

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

NATIELE PUCINELLI DA CUNHA

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÕES SUPRAPARTIDÁRIAS DE
FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO POLÍTICA: uma análise da atuação da RAPS e do RENOVABR
(2018-2022)

SÃO PAULO

2023

Natiele Pucinelli da Cunha

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÕES
SUPRAPARTIDÁRIAS DE FORMAÇÃO E
RENOVAÇÃO POLÍTICA: uma análise da atuação da
RAPS e do RENOVABR (2018-2022)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira

São Paulo

2023

Ficha Catalográfica

C972c CUNHA, Natiele Pucinelli da

Crise de representação e organizações suprapartidárias de formação e renovação política: uma análise da atuação da RAPS e do RENOVABR (2018-2022) / Natiele Pucinelli da Cunha. São Paulo: FLACSO/FPA, 2023.

143f.

Dissertação (Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas) - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023.

Orientador: Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira

1. organizações suprapartidárias; 2. renovação política; 3. representação política; 4. crise política; 5. prática legislativa.

Natiele Pucinelli da Cunha

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E
ORGANIZAÇÕES SUPRAPARTIDÁRIAS DE
FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO POLÍTICA: uma
análise da atuação da RAPS e do RENOVABR
(2018-2022)

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado,
Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade
Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação
Perseu Abramo, como parte dos requisitos
necessários à obtenção do título de Magíster en
Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Aprovada em: 28/06/2023

Prof. Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira
FLACSO Brasil/FPA

Profa. Dra. Tatiana Teixeira da Silva
Instituto de Relações Internacionais e Defesa da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profa. Dra. Márcia Pereira Cunha
FLACSO Brasil/FPA

Prof. Dr. Leonardo Belinelli (suplente)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Partido dos Trabalhadores, à Fundação Perseu Abramo e à FLACSO pela oportunidade de ingressar nessa formação tão rica e desafiadora, que nos permitiu ampliar enormemente nossa compreensão sobre a realidade brasileira e latinoamericana.

Gostaria de agradecer também a minha família, meus pais, Elizabeth e João, por me apoiarem em todos os momentos, e meu irmão, Marcelo, pela escuta sempre tão acolhedora.

Aos meus amigos e amigas, que me incentivaram e me acompanharam nessa jornada, dividindo as alegrias e dissabores da vida ao longo dos últimos anos, Gabriel, Krícia, Caio, Júlia, Renata, Letícia, Ana Carolina e Daniel.

Aos meus queridos colegas de turma, por todo o companheirismo, união e empatia, mesmo nos tempos mais árduos, nas inseguranças da pandemia e na ansiedade das eleições, "ninguém soltou a mão de ninguém".

Aos professores e professoras que tanto me ensinaram e me inspiraram no decorrer do curso, mas especialmente ao meu orientador, Professor Dr. Otávio Dias de Souza Ferreira, pela orientação generosa e assertiva. Aos membros da banca, a professora Dra. Tatiana Teixeira da Silva e a professora Márcia Dra. Márcia Pereira Cunha, pelas valorosas contribuições e pelas palavras de incentivo.

Por fim, agradeço a todos e todas que ousam acreditar em dias melhores e que lutam cotidianamente por uma sociedade mais justa.

"O capitalismo central pode dar-se ao luxo de criar seus próprios mitos e acreditar neles, mas mitos não se comem, bem sabem os países pobres que constituem o vasto capitalismo periférico."

(Eduardo Galeano, 1971)

CRISE DE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÕES SUPRAPARTIDÁRIAS DE FORMAÇÃO E RENOVAÇÃO POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DA RAPS E DO RENOVABR (2018-2022)

RESUMO

Recentemente, as discussões sobre a crise da democracia representativa se multiplicam, fomentando críticas à política partidária e favorecendo a ascensão de *outsiders*, ou seja, indivíduos não ligados ou não identificados com a política tradicional. Diversas têm sido as causas e consequências apontadas para isso. Neste contexto, as organizações suprapartidárias de formação e renovação política ganham espaço e passam a ter cada vez mais relevância no cenário político-institucional nacional. Beneficiam-se de uma aversão à política e de um discurso tecnicista. O trabalho em questão tem por objetivo analisar o discurso, as propostas e a atuação parlamentar de duas dessas organizações - RAPS e RenovaBR, inserindo-as no contexto da crise de representação política recente. Verifica-se, por meio da análise de documentos e dados abertos do congresso nacional, quais tipos de interesses, opiniões e perspectivas tais organizações representam, na articulação entre ideias e políticas. A hipótese levantada é de que essas organizações se favorecem da recente crise da democracia representativa brasileira e latinoamericana, propondo uma "nova política", mas na prática não apresentam avanços representativos significativos e tampouco rompem com os referenciais políticos vigentes.

Palavras-chave: organizações suprapartidárias; renovação política; representação política; crise política; prática legislativa.

REPRESENTATION CRISIS AND SUPRA-PARTY ORGANIZATIONS FOR FORMATION AND POLITICAL RENEWAL: AN ANALYSIS OF THE PERFORMANCE OF RAPS AND RENOVABR (2018-2022)

ABSTRACT

Recently, discussions about the crisis of representative democracy have multiplied, fomenting criticism of party politics and favoring the rise of outsiders, that is, individuals not connected or not identified with traditional politics. Several causes and consequences have been pointed out for this. In this context, supra-party organizations for political formation and renewal gain space and become increasingly relevant in the national political-institutional scenario. They benefit from the aversion to politics and a technicist discourse. The objective of this work is to analyze the discourse, proposals and parliamentary action of two of these organizations - RAPS and RenovaBR, inserting them in the context of the recent political representation crisis. It is verified, through the analysis of open documents and data from the national congress, which types of interests, opinions and perspectives these organizations represent, in the articulation between ideas and policies. The hypothesis raised is that these organizations benefit from the recent crisis of Brazilian and Latin American representative democracy, proposing "New Politics", but in practice they do not present significant representative advances nor break with the current political references.

Keywords: supra-party organizations; political renewal; political representation; political crisis; legislative practice.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRF - Brasil Foods
CIEB - Centro de Inovação para a Educação Brasileira
CLP - Centro de Lideranças Públicas
DEM - Democratas
DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar
EC - Emenda Constitucional
EUA – Estados Unidos da América
EVÓPOLI - Evolución Política
FEPASA - Ferrovia Paulista S/A
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetários Internacional
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEE – Instituto de Estudos Empresariais
IL – Instituto Liberal
IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
MBL - Movimento Brasil Livre
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MP - Medida Provisória
NOVO - Partido Novo
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG – Organização não Governamental
ONU – Organização das Nações Unidas
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCdoB - Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PEMER - Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda
PEN – Partido Ecológico Nacional
PFL – Partido da Frente Liberal
PGT – Partido Geral dos Trabalhadores
PHS - Partido Humanista da Solidariedade
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Projeto de Lei
PL (Partido) - Partido Liberal
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional
PODE - Podemos
PP - Progressistas
PPB – Partido do Povo Brasileiro
PPL – Partido Pátria Livre
PPS - Partido Popular Socialista
PR – Partido da República
PRB – Partido Republicano Brasileiro
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PRO - Propuesta Republicana
PRONA - Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PROS - Partido Republicano da Ordem Social
PRP - Partido Republicano Progressista
PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSC - Partido Social Cristão
PSD - Partido Social Democrático
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC - Partido Social Democrata Cristão
PSL - Partido Social Liberal
PSN - Partido da Solidariedade Nacional
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PST - Partido Social Trabalhista
PSTU - Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT - Partido dos Trabalhadores
PTdoB - Partido Trabalhista do Brasil
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PTC – Partido Trabalhista Cristão
PTN - Partido Trabalhista Nacional
PV - Partido Verde
RAP - Red de Acción Política
RAPS - Rede de Ação Política pela Sustentabilidade
REDE - Rede Sustentabilidade
RENOVABR - Renova Brasil
SBCoaching - Sociedade Brasileira de Coaching
SD - Solidariedade
TSE - Tribunal Superior Eleitoral
WWF - World Wide Fund for Nature

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Comparativo Mulheres e Não Brancos Eleitos (2018).....	95
Gráfico 2: Partido dos Membros Eleitos (2018).....	97
Gráfico 3: Composição das Receitas Eleitorais.....	100
Gráfico 4: Índice de Governismo.....	103
Gráfico 5: Índice de Apoio ao Trabalhador (DIAP).....	104
Gráfico 6: Votação Reforma da Previdência (1º turno).....	108
Gráfico 7: Votação Reforma da Previdência (2º turno).....	109
Gráfico 8: Média das Votações Reforma Trabalhista (2019-2022).....	110
Gráfico 9: Votação Privatização dos Correios (2021).....	112
Gráfico 10: Votação Marco Legal do Saneamento Básico (2019).....	114
Gráfico 11: Votação Privatização da Eletrobras (2021).....	115
Gráfico 12: Votação Autonomia do Banco Central (2021).....	116
Gráfico 13: Votação Dispensa de Licença Ambiental (2021).....	118
Gráfico 14: Votação Suspensão de Despejo na Pandemia (2020).....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Classificação dos Partidos Brasileiros.....	58
Tabela 2: Parcerias RAPS.....	69
Tabela 3: Doadores RENOVABR.....	75
Tabela 4: Cargos de Liderança RAPS.....	76
Tabela 5: Cargos de Liderança RENOVABR.....	81
Tabela 6: Redes Sociais RAPS e RENOVABR.....	86
Tabela 7: LinkedIn RAPS e RENOVABR.....	87
Tabela 8: Organizações Suprapartidárias Seleccionadas e Membros Eleitos (2018).....	92
Tabela 9: Membros das Organizações Suprapartidárias Seleccionadas Eleitos (2018).....	92
Tabela 10: Classificação dos Partidos.....	97
Tabela 11: Votos e Receitas.....	98
Tabela 12: Índice de Governismo - Eleitos (2018).....	101
Tabela 13: Índice de Apoio ao Trabalhador - Eleitos (2018).....	103
Tabela 14: Posição no "Cabeças do Congresso" - DIAP (2019-2022).....	106
Tabela 15: Total de Menções no "Cabeças do Congresso" - DIAP (2019-2022).....	107
Tabela 16: Votação Reforma da Previdência (2019) por Organização.....	108
Tabela 17: Votação Reforma Trabalhista (2019-2022) por Organização.....	110
Tabela 18: Votação Privatização dos Correios (2021) por Organização.....	112
Tabela 19: Votação Marco Legal do Saneamento Básico (2019) por Organização.....	113
Tabela 20: Votação Privatização da Eletrobras (2021) por Organização.....	115
Tabela 21: Votação Autonomia do Banco Central (2021) por Organização.....	116
Tabela 22: Votação Dispensa de Licença Ambiental (2021) por Organização.....	117
Tabela 23: Votação Suspensão de Despejo na Pandemia (2020) por Organização.....	118
Tabela 24: Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022).....	120
Tabela 25: Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022) – RAPS.....	122
Tabela 26: Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022) – RENOVABR.....	123

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Site da RAPS.....	67
Imagem 2: Site do RENOVABR.....	68
Imagem 3: Página Inicial Youtube RAPS.....	84
Imagem 4: Página Inicial Youtube RENOVABR.....	84
Imagem 5: Vídeos Antigos Youtube RAPS.....	85
Imagem 6: Vídeos Antigos Youtube RENOVABR.....	86

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 Notas Teóricas	22
1.1 Ideologia	22
1.2 Neoliberalismo	24
1.2.1 Pós-política	28
1.3 Dominação e Hegemonia	32
1.4 Representação Política	36
1.4.1 (Des)confiança na Democracia	49
2 Contexto Histórico e Político	43
2.1 Da Maré Rosa aos Protestos de Junho de 2013	43
2.2 Do Golpe de 2016 às Eleições de 2018	48
2.3 Think Tanks	51
2.4 Partidos Políticos e Novas Direitas	54
2.5 Surgimento e Caracterização dos Atores	50
2.5.1 Referencial Político-Social	66
3 Atuação	91
3.1 Eleições Legislativas de 2018	91
3.3.1 Perfil	93
3.3.2 Financiamento	98
3.2 Atuação Parlamentar	101
3.2.1 Votações no Congresso	107
3.2.2 Proposições Legislativas	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
Referências	133

INTRODUÇÃO

Recentemente, as discussões sobre a crise da democracia representativa, tanto no Brasil como no mundo, se multiplicaram, fomentando críticas à política partidária e favorecendo a ascensão de *outsiders*, ou seja, indivíduos não ligados ou não identificados com a política tradicional. Diversas têm sido as causas e consequências apontadas para isso, mas o fato é que, neste contexto, os grupos de formação e renovação política ganham espaço e passam a ter cada vez mais relevância no cenário político-institucional nacional, beneficiando-se da aversão à política, em geral fazendo uso de um discurso tecnicista e meritocrático, muitas vezes alinhado ao neoliberalismo e à pós-política, pressupondo a existência de um representante "ideal", que precede a própria ideia da representação.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, primeiramente na área do audiovisual e, mais recentemente, na gestão de políticas públicas, me interessei por observar a construção de narrativas e como elas influenciam nas escolhas políticas que tanto impactam na vida das pessoas diariamente. Desde 2013 e, principalmente, a partir do golpe de 2016, é possível verificar uma grande disputa narrativa que buscou ocupar os espaços deixados pela crise política e social que se instaurou no país. Entre esses atores, as organizações suprapartidárias de formação e renovação política se destacam, ao lado de outros perfis de *outsiders*.

Assim, meu interesse parte da narrativa apresentada por tais atores, que visam se afastar da chamada "velha política". Em estudos anteriores, no meu trabalho de conclusão da graduação de gestão de políticas públicas, busquei realizar um mapeamento sobre as principais organizações suprapartidárias de renovação política brasileiras, RenovaBR, Acredito, Agora, e RAPS e Livres, que se apresentam como uma "nova política"¹, e ascendem no contexto posterior às manifestações de 2013 e seus desdobramentos (CUNHA, 2023). Dentre os cinco grupos aqui citados, e objetivando uma análise mais detalhada entre o arcabouço teórico mobilizado neste trabalho e a atuação das organizações de renovação e formação política, optou-se por destacar dois deles, RAPS e RenovaBR, permitindo assim que haja também uma leitura das semelhanças e

¹ O termo "nova política" pode se referir tanto a novos representantes como a novas práticas políticas, em oposição à chamada "velha política". Segundo Oliveira (2016, p. 204-205 *apud* MOURA, 2019, p. 93), "A Nova Política é uma ideia construída por um coletivo de jovens militantes e mediadores de modelos de participação política direta que pensam e propõem novas formas de atuação política do cidadão e dos políticos, com um sistema político mais aberto à sociedade, num modelo horizontal, e não vertical, que possibilite maior integração da sociedade ao processo de decisões políticas e às instituições públicas. Valorizam princípios éticos e morais na política".

diferenças entre ambos. A escolha das duas organizações foi motivada por três razões: 1) ambas oferecem capacitação política para seus membros, embora o RenovaBR esteja voltado para novas lideranças e a RAPS permita também a participação daqueles que já possuem mandato; 2) são os dois grupos que possuem maior número de integrantes em atuação no congresso nacional, RAPS com 39 membros e RenovaBR com 10 membros²; 3) surgem em momentos distintos, RAPS em 2012, portanto antes das manifestações de 2013, e RenovaBR em 2017, no auge da crise política que se instaurou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

De acordo com as informações contidas no site oficial da organização, a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS) começou a ser gestada em 2010, por um grupo de lideranças sociais, políticas e empresariais, que visava pensar em soluções políticas para os desafios do Brasil, e foi oficialmente fundada em 2012, como uma organização apartidária e suprapartidária sem fins lucrativos, "[...] pioneira na missão de contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro e na disseminação da sustentabilidade na política institucional"³. Já o RenovaBR, também de acordo com seu site oficial, atua formalmente desde 2017 como organização, sendo "uma escola de formação política mantida por cidadãos comuns que acreditam em uma democracia mais saudável, participativa e representativa"⁴.

O cenário político-social nacional passou por uma rápida deterioração nos últimos anos, com a jovem democracia brasileira sendo colocada à prova. Uma crise multifacetada, seguida por um golpe parlamentar, um governo ilegítimo, que desconsiderou o programa eleito nas urnas, um pleito eleitoral com o favorito impedido de concorrer por meio de *lawfare*, a ascensão da extrema direita e, por fim, a eleição de Bolsonaro, que vem aprofundando medidas neoliberais, destruindo direitos sociais e fazendo o país acumular todo tipo de retrocesso desde que assumiu a cadeira presidencial. A verdade é que Bolsonaro não se elegeu apenas com o apoio da extrema direita, mas também contou (e vem contando em seu governo) com outras parcelas significativas da sociedade que, de certa forma, fortalecem sua narrativa. Assim, é relevante localizar aqueles que têm contribuído, direta ou indiretamente, para o enfraquecimento das instituições democráticas e o declínio das condições de vida da população brasileira.

De acordo com Avritzer (2016), os impasses da democracia no Brasil incluem as dificuldades do presidencialismo de coalizão, os limites da participação popular, as manifestações

² Disponível em: <<https://www.camara.leg.br>> e <<https://www12.senado.leg.br/hpsenado>>. Acesso em: 13/04/22

³ Disponível em: <<https://www.raps.org.br/nossa-historia>>. Acesso em: 07 nov. 2021

⁴ Disponível em: <<https://renovabr.org/quem-somos/>>. Acesso em: 07 nov. 2021

de rua a partir de 2013, os escândalos de corrupção e a reação da classe média. Como na famosa definição de Churchill (1947 *apud* RUNCIMAN, 2018) que diz que a democracia é a pior forma de governo que existe, exceto por todas as outras, ainda hoje, a democracia é vista como o melhor sistema, pois oferece, segundo Runciman (2018), benefícios coletivos e individuais a longo prazo, porém, tais benefícios têm se mostrado cada vez mais insuficientes. Segundo dados do Latinobarómetro (2018), a insatisfação com a democracia na América Latina aumentou de 51% para 71% em 10 anos e a satisfação caiu de 44% para 24% no mesmo período. Com a fragmentação da classe trabalhadora e o neoliberalismo corroendo os laços sociais, o engajamento entre as pessoas se tornou mais difícil (DARDOT; LAVAL, 2016). A consequência é um cenário hostil e individualista, onde parece cada vez mais difícil estabelecer uma visão coletiva de sociedade. Há uma sensação recorrente de que a democracia representativa não é mais capaz de dar conta das diversas expectativas de uma sociedade cada vez mais complexa e dividida, abrindo espaço para a polarização e a desconfiança nas instituições, que são um campo fértil para a ascensão de *outsiders*.

Os movimentos de renovação política são um fenômeno que surgiu e ascendeu muito rapidamente, e tem sido objeto de atenção de especialistas e da mídia por diversos aspectos. Além dos deputados federais e senadores eleitos para o congresso nacional em 2018, nas eleições de 2020, os principais grupos de renovação brasileiros contavam com candidatos em 29 dos 33 partidos existentes, demonstrando grande capilaridade e poder de influência também nos municípios⁵.

Tábata Amaral talvez seja a mais conhecida expoente dos grupos de renovação, pela grande repercussão que sua atuação vem tendo desde que foi eleita Deputada Federal em 2018. Integrante do RenovaBR, da RAPS e uma das fundadoras do movimento Acredito, ela se filiou ao PDT, partido de centro esquerda, para concorrer às eleições, mas após eleita passou a votar de forma contrária a orientação partidária em momentos decisivos, especialmente em pautas de viés neoliberal, como é o caso da reforma da previdência e das privatizações. Criticada pelas lideranças partidárias, Tábata conseguiu autorização do TSE para deixar o partido sem perder o

⁵ Mais informações em: <https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes/grupos-de-renovacao-terao-candidatos-em-29-partidos,70003479258>. Acesso em 13 set. 2021.

mandato, alegando estar sofrendo discriminação por parte do PDT⁶. Além disso, Tábata Amaral, por sua vida pregressa, oriunda de classe popular que conseguiu ascender por meio da educação, dá forma ao discurso meritocrático tão afeito ao neoliberalismo. Embora seja um caso de maior repercussão, que exemplifica algumas das problemáticas das organizações de renovação e formação política, a trajetória, a atuação e o discurso de Tábata Amaral são similares aos de outros membros.

Em que pese uma aparente preocupação dessas organizações com pautas como a representatividade, o combate às desigualdades e a preservação do meio ambiente, na prática e no discurso de alguns de seus membros, a defesa do individualismo, da meritocracia, do empreendedorismo e dos ideais neoliberais apontam para uma possível incongruência. Um exemplo disso é a alta afinidade com o bolsonarismo nas votações legislativas mais recentes⁷. O discurso que busca resolver os problemas do país de forma puramente técnica, especialmente nas questões econômicas, propondo cortes nas áreas sociais e o enxugamento do Estado, precarizando serviços universais em benefício da iniciativa privada, além de mascarar sua ideologia e de não ter se mostrado efetivo na história recente da América Latina, se abstém de lidar com as desigualdades estruturais do país e ainda acaba por acentuá-las, produzindo políticas públicas ineficazes e que atendem apenas a interesses de grupos econômicos específicos.

Os indicadores sociais no país vêm se deteriorando rapidamente e as desigualdades se acentuando desde o golpe de 2016. Em reportagem à Rede Brasil Atual, em 2020, o diretor técnico do Dieese, Fausto Augusto Junior, aponta que o abandono à valorização do salário mínimo e das políticas de distribuição de renda contribuem com o aprofundamento da crise econômica e das desigualdades⁸. Da mesma forma, a Folha de São Paulo, em 2021, apresenta dados que demonstram que aqueles que ascenderam à classe C durante os governos do Partido dos Trabalhadores estão rapidamente sendo empurrados novamente para as classes D e E⁹. Além disso, há um aumento no número de pessoas em situação de extrema pobreza, gerando um ciclo

⁶ Mais informações em:

<https://oglobo.globo.com/politica/tse-autoriza-tabata-amaral-deixar-pdt-sem-perder-mandato-25034149>. Acesso em 13 set. 2021.

⁷ De acordo com os índices de governismo dos membros dos grupos de renovação durante o governo Bolsonaro, a partir do Radar do Congresso em Foco. Mais informações em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/>

⁸ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/economia/2020/12/salario-minimo-queda-idh-brasil/>. Acesso em: 27 mai. 2021.

⁹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/04/fenomeno-dos-anos-lula-classe-c-afunda-aos-milhoes-e-cai-na-misericordia.shtml>. Acesso em: 27 mai. 2021.

devastador que parece estar longe do fim. Por outro lado, o Brasil ganhou 20 novos bilionários durante a pandemia do novo coronavírus¹⁰ e o lucro dos grandes bancos cresceu 35% no primeiro trimestre de 2021¹¹, exemplificando quem são os grandes beneficiários da receita neoliberal apontados por Kliksberg (2014, p. 185):

Os maiores [beneficiários] estão nos grandes interesses financeiros, que querem garantir por todos os meios que cobrarão as muito elevadas taxas de juros, recuperarão os seus empréstimos e poderão até fazer negócios com a compra de bens públicos a preços de pechincha.

Para estes, é conveniente um Estado fraco, incapaz de se defender. Eles não estão preocupados com a qualidade de seus serviços. Podem comprar diretamente os serviços de que necessitam. Enquanto a grande maioria da população necessita que haja saúde pública, educação pública, seguridade estatal, eles podem comprá-las.

Portanto, é relevante observar a relação das organizações de renovação e formação com aqueles setores que vêm se beneficiando da crise que assola a maior parte da população, intensificada por medidas neoliberais, adotadas especialmente desde 2016, como o teto de gastos, a reforma da previdência, a reforma trabalhista e as privatizações.

Discursos que negam a política e tentam disfarçar escolhas ideológicas como se fossem escolhas exclusivamente técnicas são característicos do neoliberalismo, que busca, através de uma nova razão mundial, conformar comportamentos em benefício dos setores financeiros e empresariais. Desta forma, é possível ressaltar a forma como os grupos de renovação e formação se apresentam, suas narrativas, suas relações com as elites empresariais e suas atuações políticas, em geral, apoiando medidas neoliberais que nada tem de novidade.

O trabalho proposto se insere nos estudos recentes sobre a crise da democracia, mais especificamente a crise de representação política, em um esforço para compreender o papel, tanto simbólico quanto prático, das organizações suprapartidárias de renovação e formação na política institucional, buscando assim um cenário político mais transparente, de forma a destacar as problemáticas da representação política, visto que as políticas públicas não podem ser pensadas unicamente pela via do tecnicismo neoliberal que gera despolitização e desumanização, mas devem carregar em sua formulação nossas contradições sociais mais profundas e o desejo iminente de superá-las.

¹⁰ Disponível em: <https://gq.globo.com/Lifestyle/Poder/noticia/2021/04/brasil-20-novos-bilionarios-panemia.html>. Acesso em: 27 mai. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/05/07/lucro-dos-grandes-bancos-cresce-35percent-no-1o-trimestre-e-ati-nge-r-186-bilhoes.ghtml>. Acesso em: 27 mai. 2021.

Assim, o tema da pesquisa são as organizações suprapartidárias de formação e renovação política, no contexto da crise de representação brasileira recente, com foco na RAPS e no RenovaBR, em um recorte temporal que abrange desde o surgimento da RAPS em 2012, passando pelos movimentos políticos iniciados em 2013, marco apontado pela maioria dos autores como início da crise, a eleição de 2018 e a atuação parlamentar entre 2019 e 2022, permitindo assim uma análise conjunta do surgimento e da movimentação de tais grupos no cenário político nacional recente. Os mandatos analisados serão dos membros da RAPS e do RenovaBR, eleitos para a Câmara dos Deputados Federais na eleição de 2018. A hipótese levantada é de que as organizações suprapartidárias de renovação e formação política, em especial a RAPS e o RenovaBR, se beneficiam da recente crise da democracia representativa brasileira, propondo uma nova política, mas na prática política-institucional apresentam características ligadas ao neoliberalismo, representando interesses, opiniões e perspectivas¹² que não necessariamente são novas.

O objetivo principal da pesquisa passa por verificar que tipos de interesses, opiniões e perspectivas as propostas e ações da RAPS e do RenovaBR representam e de que forma tais organizações contribuem para uma nova política, em oposição à velha política, localizando assim a atuação desses grupos na discussão sobre representação política. Já os objetivos secundários incluem: 1) A descrição e caracterização de duas das principais organizações de formação e renovação política em atuação no país, a RAPS e o RenovaBR; 2) A observação da atuação parlamentar dos membros da RAPS e da RenovaBR na Câmara dos Deputados, no período de 2019 a 2022, verificando as convergências e divergências entre os dois grupos; 3) A análise dos dados encontrados, com base na revisão bibliográfica, buscando a articulação entre ideias e políticas que confirmem ou não a hipótese inicial.

Para atingir os objetivos expostos, a metodologia conta com a triangulação de ferramentas quantitativas e qualitativas de pesquisas comparadas, a partir da sistematização e da interpretação de um número significativo de dados primários e secundários. A opção pela não realização de entrevistas com os atores analisados se dá em função da disponibilidade de vasto material sobre o objeto de pesquisa nos sites oficiais, nos órgãos públicos, na mídia e nas redes sociais, de forma que o foco estará no mapeamento, sistematização e interpretação dos dados já existentes, em

¹² YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. *Lua Nova*, nº 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>>. Acesso em: 31 mai. 2022.

articulação com a revisão bibliográfica. Assim, a metodologia da pesquisa contempla: 1) Revisão bibliográfica sobre crise da democracia representativa, tipos de representação, neoliberalismo, despolitização, *think tanks*, novas direitas e organizações de renovação e formação política, especialmente no contexto recente brasileiro; 2) Mapeamento de duas das principais organizações de formação e renovação política brasileiros (RAPS e RenovaBR), seus integrantes e fundadores, a partir do acesso aos sites oficiais, relatórios, redes sociais, entrevistas, reportagens e etc; 3) Mapeamento do resultado eleitoral e da atividade legislativa dos membros dos dois grupos de renovação e formação política analisados, entre 2018 e 2022, por meio de dados públicos disponíveis nos sites da Câmara Federal e do Senado, Tribunal Superior Eleitoral, Justiça Eleitoral, bem como ferramentas de monitoramento legislativo, entre outros.

A pesquisa se divide em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo apresenta algumas notas teóricas sobre conceitos e autores considerados relevantes para a compreensão da pesquisa. Na sequência, o segundo capítulo busca contextualizar o surgimento dos atores analisados nos recentes acontecimentos políticos brasileiros e latinoamericanos, passando pela onda rosa, pelas manifestações de 2013 e pelo golpe parlamentar de 2016, com ênfase nas eleições de 2018. A terceira e última parte traz o mapeamento e o comparativo entre as duas organizações de renovação e formação política analisadas, RAPS e RenovaBR, destacando a eleição de 2018, perfil, financiamento e a atuação parlamentar de seus membros na câmara dos deputados entre 2019 e 2022, buscando assim verificar as opiniões, interesses e perspectivas representadas.

1. Notas Teóricas

O presente capítulo tem por objetivo apresentar e elucidar brevemente alguns dos conceitos teóricos que permeiam a pesquisa, sem nenhuma pretensão de esgotá-los. O primeiro deles é a questão ideológica, pois além de ser um daqueles termos que carregam significados diversos, é bastante comum a tentativa de "encaixar" ideologicamente determinados movimentos no espectro da direita ou da esquerda, mas além das variações possíveis serem determinadas pelo contexto de cada país, nem sempre essa classificação é tão simples visto que existem muitas nuances intermediárias, por vezes até contraditórias. O segundo ponto inescapável ao tratar dos movimentos políticos recentes é a dominância do neoliberalismo global que, para além do sistema econômico, vem se sobrepondo a todas as esferas da vida social, influenciando comportamentos, práticas, discursos, narrativas e até mesmo as subjetividades dos indivíduos. Mais recentemente ainda, o neoliberalismo tem se apresentado de outras formas, entre elas a pós-política, que é um tipo de despolitização bastante característica dos movimentos e organizações de renovação política. As relações de dominação e hegemonia, bem como entre o público e o privado, também são brevemente analisadas a partir de autores clássicos das ciências sociais e políticas. Por fim, não há como discutir renovação e formação política, especialmente no legislativo, sem adentrar questões relacionadas à representação política em si. Para além da complexa discussão teórica que cerca o conceito, alguns dados sobre percepção e participação política contribuem para a compreensão do objeto de pesquisa e preparam a leitura do capítulo seguinte, de contextualização histórica e política do surgimento dos atores.

1.1 Ideologia

Ideologia é um termo que se destaca tanto pela frequência com que é utilizado como pelo extenso conjunto de diferentes significados que carrega (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998). De acordo com David MacLellan (1995 apud HEYWOOD, 2010), "ideologia é o conceito mais impreciso das ciências sociais". Heywood (2010) aponta pelo menos uma dezena de significados possíveis para o termo, destacando a relação entre ideologia e ideias, crenças e visões de mundo. Para o autor, as ideias e ideologias são formadas por conjuntos de

crenças e valores que influenciam e inspiram a ação política. Além disso, o conceito de ideologia encontra divergências ao longo da sua construção histórica, por vezes sendo utilizado como "arma política" por diferentes grupos (HEYWOOD, 2010).

Bobbio (1957; 1968 apud BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998) divide os significados de ideologia em dois grupos: um chamado de "significado fraco" e outro de "significado forte". O significado fraco é definido pelos sistemas de crenças políticas que orientam comportamentos políticos, enquanto o significado forte está baseado no conceito de ideologia de Marx, de que existe uma falsa percepção das relações de dominação entre as classes, o que dá origem a ideia de ideologia como uma crença falsa. Assim,

No significado fraco, Ideologia é um conceito neutro, que prescinde do caráter eventual e mistificante das crenças políticas. No significado forte, Ideologia é um conceito negativo que denota precisamente o caráter mistificante de falsa consciência de uma crença política (BOBBIO; MATTEUCCI; GIANFRANCO, 1998, p. 585).

A partir dos anos 60, Heywood (2010) aponta que passou a se aceitar uma conceituação mais ampla e neutra do termo ideologia, como na definição de Martin Seleger (1976 apud HEYWOOD, 2010, p. 24): "um conjunto de ideias por meio das quais os homens postulam, explicam e justificam os fins e os meios da ação social organizada, independentemente de se tal ação visa preservar, melhorar, erradicar ou reconstruir uma dada ordem social." Porém, o autor alerta para os riscos de neutralizar o termo ao ponto de perder de vista sua bagagem política e rigor crítico. Para Bobbio, Matteucci e Gianfranco (1998, p. 588-589):

[...] a Ideologia, assim analisada, pela sua pronunciada heterogeneidade de composição, é o instrumento fundamental que as elites políticas têm à disposição para conseguir a mobilização política das massas e para levar, a um grau máximo, a sua manipulação.

A discussão em torno da ideologia também se estende à classificação dos espectros políticos entre direita e esquerda. Para Cruz (2015), há um caráter abstrato nessa definição, pois a direita, e seu oposto, a esquerda, não remetem "[...] a uma corrente de pensamento particular, nem sequer a uma família de pensadores, de partidos ou movimentos políticos e sociais." (CRUZ, 2015, p. 14). O termo surge na França revolucionária, em 1789, onde o espaço da Assembléia Constituinte era ocupado, por questões procedimentais, à direita e à esquerda, respectivamente, pelos favoráveis ao rei e pelos contrários, passando assim a distribuição na escala espacial a ser adotada como categoria política, com o passar do tempo ganhando significados fortes, positivos e negativos, e se convertendo em marcadores de identidade (CRUZ, 2015). Tal significado está presente no cenário político nacional, que abarca as diversas gradações de direita e de esquerda,

além de uma vasta gama de partidos políticos localizados entre uma extremidade e outra, popularmente chamados de "centrão", justamente por sua frágil identificação ideológica.

Identificar os partidos ideologicamente consiste em um desafio que abarca diversas possibilidades, muitas vezes com resultados divergentes. Codato, Bolognesi e Roeder (2015) apontam para formas distintas utilizadas pelos pesquisadores, como a autoimputação ideológica dos membros do partido (ZUCCO JR., 2011) a consulta a experts (ALTMAN ET AL., 2009; COPPEDGE, 1997) e classificações prévias, o exame do comportamento dos partidos (CARREIRÃO, 2006), o diagnóstico dos programas oficiais (JAHN, 2011; TAROUCO; MADEIRA, 2013; TAROUCO, 2011), o comportamento legislativo dos eleitos (DIAS, 2012; RIBEIRO, 2012) e os objetivos econômicos dos partidos (HIBBS, 1977). Da mesma forma, identificar ideologicamente as organizações analisadas perpassa pela escolha entre uma infinidade de opções de análises, motivo pelo qual não se pretende obter tal classificação de forma contundente nesta pesquisa.

Para Bobbio (1994 apud CRUZ, 2015) a diferenciação entre direita e esquerda reside no juízo de valor acerca do ideal de igualdade. Mas Cruz (2015) enfatiza que a demarcação desses dois campos está relacionada ao debate político interno de cada país e na posição geopolítica ocupada na escala internacional. Tal debate é bastante evidente quando se analisa comparativamente os marcadores direita e esquerda na Europa, nos EUA ou na América Latina, incorrendo em características bastante particulares a cada um dos contextos sócio-políticos ligados ao fator imperialista.

Assim, para além de buscar um enquadramento fechado das organizações aqui analisadas em determinadas ideologias e espectros ideológicos, o objetivo é verificar, nas narrativas e na atuação prática de tais atores, elementos de convergência e divergência com as correntes ideológicas atuais, sempre considerando o contexto em que estão inseridas.

1.2 Neoliberalismo

O neoliberalismo é um conceito importante para compreender diversos movimentos políticos recentes e, no caso das organizações de formação e renovação política, também há convergências, especialmente discursivas.

De acordo com Moraes (2001, p. 3), o neoliberalismo pode ser entendido a partir de três significados:

1. uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social;
2. um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria think tanks, isto é, centros de geração de idéias e programas, de difusão e promoção de eventos;
3. um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, sobretudo a partir da segunda metade dos anos 70, e propagadas pelo mundo a partir das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em seu contexto histórico, o neoliberalismo surge como uma resposta ao chamado Estado de Bem-Estar Social, que teve seu auge nos países desenvolvidos nos anos 60. Segundo Fiori (1997) existe uma discussão sobre a conceituação do chamado Estado de Bem-Estar Social. Para Mishra (1990, apud FIORI, 1997), apenas depois dos anos 50 é que se pode falar em Estado de Bem-Estar Social, ou seja, quando se passa a reconhecer os direitos dos cidadãos e não apenas dos trabalhadores e seus dependentes.

Independentemente do marco inicial do Estado de Bem-Estar Social, o fato é que ele teve sua ascensão, segundo Claus Offe (apud FIORI, 1997), durante a era de ouro do capitalismo, motivado por fatores como o consenso keynesiano, o crescimento econômico, os ganhos fiscais, o clima de solidariedade nacional do pós guerra e o

avanço das democracias partidárias e de massa que, pelo menos nos países centrais — onde de fato pode-se falar de *welfare* —, permitiu que a concorrência eleitoral aumentasse o peso e a importância das reivindicações dos trabalhadores — e dos seus sindicatos e partidos — e dos demais setores sociais interessados no desenvolvimento dos sistemas de *welfare state* (FIORI, 1997, p. 5)

Aureliano e Draibe (1989 apud FIORI, 1997) sintetizam o modelo elaborado por Titmus dividindo os tipos de Estado de Bem-Estar Social em: residual, de caráter pontual e limitado, como nos EUA; meritocrático-particularista, quando a política social intervém apenas na correção das ações do mercado, como é o caso da Alemanha; e institucional redistributivo, onde há produção e distribuição de bens e serviços pelo Estado de forma universal, caso dos países nórdicos. Já Esping-Andersen (1991 apud FIORI, 1997) prefere utilizar a nomenclatura: *welfare state* liberal, em que predomina a assistência aos comprovadamente mais pobres; *welfare state* conservador e corporativista, com baixo potencial redistributivo, com a manutenção das diferenças de status e classe; e *welfare state* social democrata, onde de fato há ações universalistas e desmercantilizantes.

O caso brasileiro, segundo Fiori (1997) com base nos estudos apresentados, está muito próximo do tipo “meritocrático-particularista” ou “conservador-corporativista”. Para George Kornis (1994 apud FIORI, 1997), o Estado de Bem-Estar Social brasileiro, e da maioria dos casos latinoamericanos, se caracterizam por

Um financiamento regressivo do gasto social e uma hipertrofia burocrática que eleva em muito o custo operacional e favorece a manipulação clientelística. Um *welfare state*, em síntese meritocrático-particularista fundado na capacidade contributiva do trabalhador e num gasto público residual financiado por um sistema tributário regressivo (KORNIS, 1994, p. 58 apud FIORI, 1997, p. 9)

Mais recentemente, a partir dos anos 60, se intensifica o debate sobre a crise dos Estados que, segundo os conservadores, se deve ao excesso de democracia e bem estar social, fazendo com que as ideias neoconservadoras prevaleçam e os projetos neoliberais de reforma do Estado se multipliquem, gerando uma gradativa transição em direção aos formatos menos inclusivos do que foi o Estado de Bem-Estar Social em seu apogeu (FIORI, 1997).

Segundo o autor (FIORI, 1997), fica claro que de fato ocorreu nos últimos anos uma série de fatores, nos planos econômico, político e ideológico mundiais que acabaram abalando, de forma aparentemente definitiva, as bases em que se sustentava o Estado de Bem-Estar Social, deixando claro a disputa entre as políticas e processos globalizantes e as políticas sociais. Tais transformações atuaram não apenas enfraquecendo o Estado de Bem-Estar Social como modificando a correlação entre os partidos políticos e a sociedade em diversos locais do mundo. Para Jessé Souza (2018), a partir da década de 80, o capitalismo financeiro se apresenta como uma nova fase do capitalismo mundial, sendo a principal característica desse período "o grande movimento de desregulamentação, descompartimentalização e desintermediação impulsionados por governos comprometidos com o neoliberalismo" (ANTUNES, 2011, p. 72).

É o que Dardot e Laval (2016) definem como a "grande virada", ou seja, a implementação de uma nova lógica que se baseia na racionalidade política e social, de maneira entrecruzada à globalização e à financeirização do capitalismo moderno. Não se trata apenas da retirada do Estado de cena na oferta de serviços, mas sim de uma reorientação de toda a atuação estatal, a partir de pressupostos como da generalização da concorrência, a financeirização de todas as esferas da vida, a valorização do individual em detrimento do coletivo e do privado em detrimento do público. Dardot e Laval têm como argumento central que a nova razão neoliberal do mundo se expande das instituições para o Estado e para o individual, afetando inclusive as

subjetividades, fazendo com que os indivíduos ajam como empresas, tendo assim influência em todos os aspectos da sociedade, incluindo obviamente a política.

Tal mudança de paradigma, representada pela nova razão mundial, impõe desafios para as democracias modernas acentuando seus paradoxos, especialmente porque não se limita apenas à atuação dos governos e corporações, mas se estende também às subjetividades dos indivíduos e às relações sociais, corroendo portanto as estruturas, tanto formais como simbólicas, características de uma democracia, como a coletividade e a solidariedade. Desta forma, podemos dizer que "(...) a governamentalidade neoliberal não é democrática na forma e antidemocrática nos fatos; ela simplesmente não é mais democrática, nem mesmo no sentido formal, mas nem por isso identifica-se com um exercício ditatorial ou autoritário do poder. Ela é ademocrática." (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 381).

Segundo Andrade (2019), a polêmica em torno do termo neoliberalismo aponta mais para um debate do que para um consenso propriamente. O autor defende ainda "a reabilitação do conceito do neoliberalismo pelas ciências sociais brasileiras devido à sua importância como saber estratégico", pois tal termo "tem o potencial de desfazer o isolamento acadêmico" e "e dialogar com as lutas sociais" (ANDRADE, 2019, p. 213).

Andrade (2019) destaca que, apesar das divergências teórico-políticas acerca do conceito de neoliberalismo, é possível identificar quatro dimensões, que atuam de forma complementar e relacionada. A dimensão econômica globalizada, caracterizada pela acumulação, espoliação e financeirização dentro da reconfiguração geopolítica da produção, de forma a concentrar o poder na mão de grandes capitalistas transnacionais. A dimensão dos modos de regulamentação e gestão, especialmente derivadas da concorrência e da empresa privada, se caracteriza por um espaço de disputas nas formas institucionais, como nos campos do direito, da administração e das políticas públicas. A dimensão teórica e simbólica, travada no âmbito das ideologias, baseia-se no apelo à eficiência de mercado, a partir de valores como competitividade e economização, deslegitimando decisões fora do receituário. Por fim, a dimensão da subjetividade, está na relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros, dentro de uma lógica economicista, onde ideais como concorrência, meritocracia e empreendedorismo se sobressaem a uma visão de mundo fora da lógica do capital humano.

Ainda é importante ressaltar que o neoliberalismo não se apresenta em estado puro, podendo absorver outras formas sociais (ANDRADE, 2019). Por exemplo, nos países

latinoamericanos, o neoliberalismo ascende a partir de uma "estratégia similar à do sermão" (MORAES, 2001, p. 13), onde se tem um diagnóstico apocalíptico seguido por uma solução infalível que, como veremos, não era tão infalível assim e fracassou em diversos países onde foi adotada, favorecendo a chamada "Maré Rosa" na América do Sul, uma guinada à esquerda em diversos países da região a partir do final da década de 1990.

Segundo Moraes (2001, p. 13): "aquilo que se tem chamado de neoliberalismo, como dissemos, constitui em primeiro lugar uma ideologia, uma forma de ver o mundo social, uma corrente de pensamento". Ou seja, na prática, as medidas neoliberais não se mostram tão eficientes quanto na narrativa cuidadosamente construída e exaustivamente difundida por diferentes atores. Autores como Kliksberg (2014) e Castro (2012) desconstruem o mito no qual o neoliberalismo finca suas bases, que coloca gasto social e crescimento econômico como antagonistas. Para Kliksberg (2014) tal ideia, frequentemente propagada por economistas ortodoxos, atende apenas a interesses específicos. Segundo o autor (KLIKSBERG, 2014, p. 184), "a grande mentira não coincide com a realidade, mas é muito funcional, pois permite dar uma aura de legitimidade a cortes que são eticamente inadmissíveis e que ferem os direitos sociais mais básicos". Resta claro que apesar da comprovada relação virtuosa entre as políticas sociais e o desenvolvimento econômico, a insistência nas medidas neoliberais desnuda um complexo jogo de interesses e disputas de poder onde "a sociedade humana tornara-se um acessório do sistema econômico" (POLANYI, 2000, p. 97).

Portanto, ao verificar o perfil e a atuação do objeto de estudo, é inegável a percepção de elementos característicos do neoliberalismo mundial, especialmente na relação com empresários e grupos empresariais que possuem interesses muitas vezes conflitantes com a igualdade social.

1.2.1 Pós-política

Uma outra dimensão do neoliberalismo, analisada por autores contemporâneos como Žižek (2016), está ligada à negação da política. Para Aristóteles (1998) o espaço da política é o espaço público e portanto a cidade é o campo por excelência do exercício do discurso político: "[...] uma cidade é uma daquelas coisas que existem por natureza e que o homem é, por natureza, um ser vivo político" (ARISTÓTELES, 1998, p. 53). Segundo o autor, dentre todos os seres

vivos, o ser humano é o único que possui a palavra e o discurso como fontes de expressão do bem e do mal, do justo e do injusto e, por isso, sua existência é essencialmente política.

Hannah Arendt (1979; 2002) também faz a distinção entre o público e o privado na definição de política, mas vai além, para a autora o lugar da política é o pensamento, a liberdade e a pluralidade, de modo que o contrário é a antipolítica, representada pela tirania, onde não há o espaço público e nem a voz, apenas o espaço privado e o silêncio. Segundo a autora, a política é o lugar por excelência da convivência entre os diferentes, porém, ao contrário de Aristóteles, Arendt não vê a política como algo “natural” ou “essencial”, mas sim como uma construção social que surge a partir da relação estabelecida entre os seres humanos.

A política, assim aprendemos, é algo como uma necessidade imperiosa para a vida humana e, na verdade, tanto para a vida do indivíduo como da sociedade. Como o homem não é autárquico, porém depende de outros em sua existência, precisa haver um provimento da vida relativo a todos, sem o qual não seria possível justamente o convívio. Tarefa e objetivo da política é a garantia da vida no sentido mais amplo (ARENDR, 1979, p. 17).

A partir das definições clássicas, podemos compreender a política como algo tão necessário quanto inevitável nas sociedades modernas, permeando todas as relações sociais e promovendo o embate público das mais diversas ideias. O sentido da política, em resumo, é a liberdade para buscar um mundo mais justo e “[...] sempre onde não existe essa espécie de liberdade, tampouco existe o espaço político no verdadeiro sentido” (ARENDR, 1979, p. 23). Ou seja, a política é indissociável da democracia.

Porém, com o passar dos tempos e o fim das utopias, estamos diante de uma nova visão da política clássica, caracterizada por um processo mundial de despolitização. Slavoj Žižek (2016) argumenta que a política e a democracia são equivalentes, de forma que a despolitização, entendida como a negação da política, é o propósito da política antidemocrática. Para o autor, existe uma série de negações da lógica própria do conflito político, sendo uma delas a pós-política, que substitui o conflito oriundo de visões ideológicas, mediadas pela disputa dos partidos políticos pelo poder, pela colaboração de tecnocratas liberais através da negociação de interesses. Segundo o autor, estamos diante de uma resignificação da política, caracterizada por uma despolitização geral que consiste em suavizar as dimensões conflitivas da política e desestabilizar o seu potencial de ação, que seria o ato político propriamente, em favor de uma simples administração das questões sociais.

Rancière (1996) também faz uma distinção entre a "política" propriamente e o que o autor chama de "polícia", sendo essa relativa a processos que operam no consentimento das coletividades, organização e distribuição de funções, poderes e suas legitimações, enquanto a política, por outro lado, é compreendida como um processo antagônico que rompe com as configurações existentes, deslocando os elementos do lugar que lhes é atribuído, reconfigurando assim os espaços ocupados pelas partes, parcelas e ausências.

Existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos. O primeiro é o processo policial no sentido que o tentamos definir. O segundo é o processo da igualdade. Entendamos provisoriamente sob esse termo o conjunto aberto das práticas guiadas pela suposição da igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante e pela preocupação de averiguar essa igualdade. (RANCIÈRE, 1996, p. 43)

Portanto, o objetivo da política, e consequentemente da democracia, é a igualdade, o que inevitavelmente passa por conflitos de interesses dos mais diversos. E é justamente nesses conflitos, aprofundados pela conformação neoliberal, entre o individual e o coletivo, o Estado democrático e o domínio das oligarquias, que se dá o paradoxo da democracia apontado por Rancière.

Uma oposição clássica em relação aos tipos de democracia é aquela que coloca de um lado a democracia liberal, que restringe a atuação do Estado em favor das liberdades individuais, e do outro a democracia radical, que prioriza o coletivo em detrimento do individual. Com a queda da União Soviética, entretanto, temos o triunfo da primeira sobre a segunda e o surgimento de um outro tipo de crítica à democracia, agora baseada na ideia do "homem democrático" movido pelo consumo desenfreado da sociedade capitalista (RANCIÈRE, 2014). O autor critica essa visão, visto que ela limita a democracia a uma forma de sociedade, além de ser "(...) resultado, sobretudo, de todo um processo de eliminação da figura política da democracia" (RANCIÈRE, 2014, p. 43), sendo que a política, em sua definição clássica, é a busca do bem comum. Para Žižek (2016, p. 205), "a política propriamente dita envolve, portanto, uma espécie de curto-circuito entre o Universal e o Particular [...]". Tal diferenciação, entre os interesses coletivos e particulares, o público e o privado, são elementos recorrentes ao longo desta pesquisa.

Portanto, a ideia de pós-política e suas variações, que atuam na negação da política e do conflito político, vai ao encontro do tema desta pesquisa, pois os movimentos de renovação e formação política, em geral, buscam suavizar diferenças ideológicas, destacando tais ideias como

ultrapassadas ou "extremistas" e se colocando como representantes de uma "Nova Política" supostamente técnica e neutra, "nem de esquerda, nem de direita".

De acordo com Fernandes (2019), a pós-política é um dos tipos de despolitização que atua na pós-ideologia, fazendo com que os assuntos políticos, sociais e econômicos passem a ser apenas "gerenciados", dando a impressão de que não há disputas ideológicas em jogo, "[...] ou seja, o fazer da política torna-se subordinado a uma presumida imparcialidade atribuída à tecnocracia e aos especialistas esclarecidos" (FERNANDES, 2019, posição 3948).

Assim, a pós-política se torna uma resposta fácil na administração das inevitáveis crises capitalistas, propondo soluções "técnicas", como a redução do Estado, para problemas sistêmicos enraizados no antagonismo de classes, reduzindo assim demandas globais à particulares (ŽIŽEK, 2016; FERNANDES, 2019). Com isso, pautas abstratas e com forte apelo moral, como democracia, representação, participação e corrupção, passam a ser usadas nas disputas narrativas pela pós-política, contribuindo com a despolitização geral da sociedade.

No cenário brasileiro, existe atualmente uma desconfiança generalizada em relação à política, em parte causada pelos recentes casos de corrupção, mas também por outros fatores que vêm se aprofundando ao longo dos últimos anos, especialmente desde as manifestações de Junho de 2013 (AVRITZER, 2016). Negar a política e os conflitos inerentes a ela, funciona como uma arma discursiva que mantém a classe trabalhadora distraída com questões como as pautas morais, visando assim a manutenção e o fortalecimento do *status quo* vigente, tirando do horizonte qualquer reivindicação mais ampla e disruptiva. Segundo Sabrina Fernandes (2019), para além da desinformação e manipulação, a despolitização também abrange um processo mais complexo que, em última instância, altera significados políticos e sociais, afastando as pessoas e grupos da compreensão do seu papel na realidade concreta.

1.3 Dominação e Hegemonia

Karl Marx, Max Weber e Michel Foucault são alguns dos principais nomes que, em diferentes contextos históricos, elaboraram considerações relevantes acerca do conceito de Estado Moderno. Em comum, os autores compreendem o Estado enquanto instrumento de poder e dominação, intimamente alinhado aos interesses do sistema econômico vigente.

Para Marx (1848), a dominação está ancorada principalmente na economia e no modo de produção capitalista, que se apresenta através da divisão de classes entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver. Segundo o autor, (MARX, 1848, p. 7) “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” onde opressores e oprimidos, burgueses e proletários, têm vivido uma guerra ininterrupta, e o Estado Moderno é parte fundamental dessa equação enquanto causa e efeito da reprodução e acumulação capitalista.

[...] deve-se entender o Estado não como um aparato neutro à disposição da burguesia, para que, nele, ela exerça o poder. É preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado. [...] O Estado é um derivado necessário da própria reprodução capitalista (MASCARO, 2013, p. 16)

Nas palavras de Marx (1848, p. 10), “o governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Tal afirmação parece encontrar bastante eco na atualidade ao levarmos em conta os números, tão incômodos quanto persistentes, da desigualdade social e a incapacidade estatal em lidar com o problema. No Brasil, segundo os dados da Organização das Nações Unidas, o 1% mais rico concentra 28,3% da renda do país, ou seja, quase um terço do total¹³.

Enquanto para Marx a dominação é um fenômeno baseado no sistema econômico e de produção, para Weber ela está ligada também a outros fatores. Segundo Weber (2004), o poder do Estado é baseado na dominação do homem pelo homem, que consiste na probabilidade de que um determinado grupo de indivíduos, por razões variadas, oriente sua ação para emitir ordens, enquanto outro grupo determinado de indivíduos, também por motivos diversos, oriente sua ação para a obediência. A dominação necessita de algum tipo de legitimidade que pode se dar através

¹³ ONU. Relatório de desenvolvimento humano do PNUD destaca altos índices de desigualdade no Brasil. 2019.

Disponível em:

<https://nacoesunidas.org/relatorio-de-desenvolvimento-humano-do-pnud-destaca-altos-indices-de-desigualdade-no-brasil/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

da mobilização de costumes, afetos ou do tipo racional-legal, como é o caso da dominação do Estado Moderno e também da empresa capitalista, fundamentados por suas práticas burocráticas e divisões hierárquicas (WEBER, 2004). Para Motta (2000), a burocracia é poder, controle e alienação, no sentido de ser utilizada como forma de dominação estatal e controle social através das instituições que necessitam da alienação das pessoas para manterem o funcionamento do capitalismo burocrático, fazendo com que seus comportamentos se conformem com o padrão social exigido. Um exemplo clássico da dominação estatal burocrática que se aproxima do tipo racional-legal de Weber está no conceito da “banalidade do mal” de Hannah Arendt (2007), que discorre sobre a disposição de Adolf Eichmann, um cidadão aparentemente comum, em obedecer ordens de forma irreflexiva durante o período nazista. Assim como Eichmann, muitos outros praticaram enormes atrocidades em nome de uma suposta legalidade de Estado. Para Weber (2004) a burocracia é algo "inescapável" por sua destacada racionalização, mas o autor também aponta para os perigos de um funcionalismo público "duro e sem alma".

Outro ponto importante da teoria weberiana está no conceito de ação social, onde as ações individuais, na interrelação com outras ações individuais, em conjunto, acabam por gerar a ação social (WEBER, 2004). Ou seja, o sistema de dominação trabalha de forma a se retroalimentar através da reprodução e conformação dos indivíduos que compõem a sociedade.

A ação social de Weber guarda similaridades com o conceito de biopolítica de Foucault. Para o autor (FOUCAULT, 2008), existe uma série de micropoderes locais que atuam na sociedade como forma de dominação, fazendo com que os indivíduos sejam afetados e, ao mesmo tempo, afetem as dinâmicas sociais. Assim, segundo Foucault, não é apenas o Estado, mas também as instituições, as pessoas e as formas de pensamento que exercem a dominação na sua forma disciplinar, visando a conformação dos indivíduos em todas as esferas da vida pública e privada.

Neste contexto, a Teoria da Dominância Social (PRATTO; SIDANIUS; LEVIN, 2006) também analisa os mecanismos que geram e sustentam, em diversos e complexos níveis analíticos, as hierarquias sociais, incluindo os comportamentos individuais, dos grupos, das instituições, do Estado e da própria sociedade. Uma pessoa comum, inserida no sistema neoliberal, cumprindo ordens, exercendo seus pequenos poderes, participando de grupos, não necessariamente agirá de forma opressora e/ou cruel, mas é bastante provável que isso aconteça pois, conforme Pratto, Sidanius e Levin (2006), a estrutura social incentiva os comportamentos que mantêm as

hierarquias mais do que aqueles comportamentos hierarquicamente atenuantes. Desta forma, podemos dizer que o contexto social no qual estamos inseridos incentiva a dominação praticada por indivíduos através da conveniência para desempenhar ações que incentivam e sustentam desigualdades (PRATTO, SIDANIUS e LEVIN, 2006).

Para Dardot e Laval (2016), o espaço das empresas e instituições têm um papel fundamental na manutenção desse sistema, tornando-se uma fábrica de opressões, um microcosmo da sociedade neoliberal como um todo.

Dessa forma, a empresa torna-se não apenas um modelo geral que deve ser imitado, como também uma atitude que deve ser valorizada na criança e no aluno, uma energia potencial que deve ser solicitada no assalariado, uma maneira de ser que é produzida pelas mudanças institucionais [...] (2016, p. 332)

O Estado neoliberal, ao normatizar condutas e relações em nome do acúmulo do capital, desvaloriza o engajamento entre as pessoas, corroendo os laços sociais e criando um questionamento de valores como generosidade, fidelidade, lealdade e solidariedade (DARDOT; LAVAL, 2016).

A ordem econômica e, seguindo seu modelo, em grande parte também a organização econômica, continuam obrigando a maioria das pessoas a depender de situações dadas em relação às quais são impotentes, bem como a se manter numa situação de não-emancipação. Se as pessoas querem viver, nada lhes resta senão se adaptar à situação existente, se conformar (ADORNO, 1995, p. 42)

A crise da democracia tem sido assunto recorrente na atualidade, mobilizando intelectuais e especialistas na busca por respostas, mas talvez o que estejamos vivenciando seja uma crise do Estado Moderno em sua forma mais notável: a democracia capitalista. As democracias se mostram hoje ineficientes no combate às desigualdades e, segundo Runciman (2018), reside aí uma das principais frustrações e motivos de crise do sistema. Uma sociedade desigual torna cada vez mais difícil a obtenção de consensos, acentuando a polarização e dificultando a democracia representativa.

Uma queixa comum contra a democracia do século XXI é que ela perdeu o controle sobre o poder corporativo. As grandes empresas açambarcam riqueza e influência. Fomentam a desigualdade. Espoliam o planeta. (RUNCIMAN, 2018, p. 119)

Marx percebeu de forma mais clara a ligação entre Estado e capital através da manutenção e reprodução da estrutura econômica capitalista, Weber e Foucault foram além incorporando outros fatores, como a ação individual e os micropoderes, às relações de poder e dominação. Outro importante autor que contribui com essa discussão, que reverbera diretamente

no objeto desta pesquisa, é Antonio Gramsci, com o conceito de aparelhos privados de hegemonia.

Mas para adentrar tal conceito é preciso, primeiramente, perpassar a definição de sociedade civil até chegar à visão de Gramsci, onde a sociedade civil faz parte de um Estado ampliado. De acordo com Fontes (2010, p. 127), "uma tendência forte do pensamento liberal seria alternar-se entre o ponto de vista da sociedade civil (os interesses privados, 'naturais') e o da sociedade política, ou o Estado" e, com isso, o termo sociedade civil passou a ter um sentido de progresso. Já com Hegel, a sociedade civil é associada à burguesia e passa a ter uma conotação negativa, ligada a interesses particulares que se chocam aos interesses coletivos do Estado (FONTES, 2010). Outros autores também contribuíram para as formas de conceituação do termo mas, em resumo,

Antes de Gramsci, o conceito de sociedade civil admitia um sentido mais ou menos comum entre os diversos autores – designava, sobretudo, o âmbito dos apetites incontroláveis, naturais, traduzidos através dos interesses, do mercado, da concorrência, do âmbito privado. Para uns, valorizado como instância central a ser preservada, figurando a propriedade mencionada, inclusive, da vida. Por esse viés, a propriedade e o mercado eram equiparados à própria civilização. Para outros, como a expressão do domínio, numa sociedade histórica precisa e delimitada, da sociedade burguesa moderna, de um individualismo que limitava e reduzia a própria individualidade, fazendo-a perder a consciência de seu pleno sentido, o do pertencimento a um processo histórico e social. (FONTES, 2010, p. 131)

Com Gramsci, o conceito passa a abarcar questões como a produção social e a organização das vontades coletivas, com suas visões de mundo e sua consciência social, bem como a dominação e adequação, por meio do Estado, aos interesses burgueses, compondo assim o Estado ampliado (FONTES, 2010). De acordo com Gramsci (V2, Q12, §1 apud CRISTOFOLETTI, 2021), são fixados dois grandes "planos", sendo a sociedade civil e a sociedade política ou Estado, de forma que esses planos correspondem à hegemonia que os grupos dominantes exercem na sociedade. Assim, os aparelhos privados de hegemonia são parte da sociedade civil, constituindo espaços associativos voluntários, de diversos formatos, mas que diferem na forma organizacional das empresas e das instituições de Estado.

Nessa relação ampliada entre Estado e sociedade civil, o convencimento se consolida em duas direções – dos aparelhos privados de hegemonia em direção à ocupação de instâncias estatais e, em sentido inverso, do Estado, da sociedade política, da legislação e da coerção, em direção ao fortalecimento e à consolidação da direção imposta pelas frações de classe dominantes através da sociedade civil, reforçando a partir do Estado seus aparelhos privados de hegemonia. Não há um isolamento entre o terreno do consenso e do convencimento, ou uma sociedade civil idealizada, e o âmbito da coerção e da violência. Ambas encontram-se estreitamente relacionadas (FONTES, 2010, p.136).

Portanto, a sociedade civil, para Gramsci, constitui em essência um espaço de luta de classes que se expressa nas organizações, responsáveis por formularem e moldarem vontades. De acordo com Fraser (2018, p. 45), a hegemonia em Gramsci se refere ao "processo pelo qual uma classe dominante naturaliza sua dominação instalando os pressupostos de sua própria visão de mundo como o senso comum da sociedade como um todo". Fontes (2010) destaca ainda os diversos momentos históricos brasileiros em que a atuação governamental se fez em estreita relação com aparelhos privados de hegemonia do tipo empresarial, ou seja ou seja, aqueles criados ou financiados por empresários e suas empresas, em geral, sob o domínio neoliberal, e com uma forte apelo à grande mídia.

De acordo com Mendonça (2007, p. 15 apud FONTES, 2010, p. 137), é importante

[...] verificar quem são os atores que integram esses sujeitos coletivos organizados, a que classe ou fração de classe estão organicamente vinculados e, sobretudo, o que estão disputando junto a cada um dos organismos do Estado restrito, sem jamais obscurecer que Sociedade Civil e Sociedade Política encontram-se em permanente inter-relação. Pensar o Estado significa, portanto, verificar, a cada momento histórico, que eixo central organiza e articula a Sociedade Civil enquanto matriz produtiva e, ao mesmo tempo, como essas formas de organização da sociedade Civil articulam-se no e pelo Estado restrito, através da análise de seus agentes e práticas.

Ao observarmos de quem parte a iniciativa e o financiamento das organizações aqui analisadas, a relação com o conceito de aparelhos privados de hegemonia, especialmente do tipo empresarial, se evidencia, restando verificar se a atuação prática dessas organizações, no exercício da representação política, também se dá em direção ao fortalecimento de tais aparelhos.

1.4 Representação Política

Por fim, entramos em um conceito chave para esta pesquisa: a representação política, bem como suas contradições e suas crises. De acordo com Luis Felipe Miguel (2014, p. 11), um tema central da ciência política "é a constituição e a manutenção do poder político". O autor também aponta para a contradição presente na própria conceituação de democracia representativa: "um governo do povo no qual o povo não está presente na tomada de decisão" (MIGUEL, 2014, p. 13). O autor discute ainda a dualidade contida no conceito de ordem democrática, que coloca na balança a relação entre os desejos individuais e uma suposta "vontade coletiva".

Para Pitkin (2006), o conceito de representação é bastante complexo, pois encarna um alto grau de abstração, além de ser, em grande parte, um fenômeno cultural, político e sobretudo

humano. Em seu texto, a autora perpassa a trajetória histórica do tema, se atendo a dois pontos principais: "a 'polêmica sobre o mandato e independência' e a relação entre a representação e a democracia" (PITKIN, 2006, p. 30). Em relação ao primeiro ponto, em que pese um infindável debate, a dicotomia parte do questionamento sobre se um representante deve seguir o que seus eleitores esperam ou o que ele acha melhor para seus eleitores, e se estende para o próprio paradoxo inerente à representação, visto que o significado de representar é fazer presente o que não está de fato presente e as vontades a serem representadas transitam entre interesse públicos ou sociais e interesses privados ou auto-interesses, cabendo assim ao legislador

"[...] recompensar ações socialmente desejáveis, mas não atrativas do ponto de vista individual, e punir as ações socialmente indesejáveis e atrativas do ponto de vista individual, de forma que o interesse próprio se alinhe com o bem público" (PITKIN, 2006, p. 38).

Porém, muitos críticos ao longo dos tempos questionaram, não a representação em si mas a sua legitimidade em um sistema capitalista. Só mais recentemente, nas últimas décadas, Pitkin (2006) aponta que há uma retomada das críticas em relação à própria ideia de representação, defendendo que as instituições representativas atuais não incentivam uma cidadania de fato ativa, ou seja, baseada no envolvimento político esclarecido de um povo "livre".

Enquanto a política é igualada ao governo e o governo é visto como um meio para a realização de fins privados e para a conciliação de reivindicações privadas conflitantes numa forma geral aceitável, as instituições representativas corretamente elaboradas podem servir muito bem a esses propósitos. Mas se sua função real é a de dirigir nossa vida pública compartilhada e se seu valor real reside na oportunidade de dividir poder e responsabilidade sobre aquilo que estamos fazendo conjuntamente como sociedade, então ninguém mais pode fazer minha política "por" mim e a representação pode significar apenas, na maior parte das vezes, a exclusão da maioria das pessoas dos benefícios da política (PITKIN, 2006, p. 42).

Para Urbinati (2006), a representação política é um processo circular e que, portanto, está suscetível ao atrito entre as instituições estatais e as práticas sociais. A autora destaca três perspectivas acerca da representação: a jurídica, a institucional e a política. As duas primeiras perspectivas estão ligadas ao Estado de Direito e suas garantias, mas o que nos interessa aqui é a perspectiva política da representação que, segundo a autora, rompe com as categorias anteriores por acrescentar um elemento de dinamismo ao processo, que se caracteriza pelas trocas circulares entre as instituições e a sociedade. Assim,

As múltiplas fontes de informação e as variadas formas de comunicação e influência que os cidadãos ativam através da mídia, movimentos sociais e partidos políticos dão o tom da representação em uma sociedade democrática, ao tornar o social político. Vontade e juízo, a presença física imediata (o direito ao voto) e uma presença idealizada mediada (o direito à livre expressão e à livre associação) estão inextricavelmente entrelaçados em uma

sociedade que é ela mesma uma confutação viva do dualismo entre a política da presença e a política das idéias, uma vez que toda presença é um artefato do discurso (URBINATI, 2006, p. 202-203).

Portanto, um ponto importante que a autora destaca é a presença materializada por meio do discurso e das ideias. Assim, na democracia representativa, os eleitores espelham uma enorme complexidade de opiniões, interpretações, ideias e influências políticas que não se esgotam na simples contagem numérica dos votos, de forma que a eleição de um representante vincula o seu eleitor no tempo e no espaço a uma determinada narrativa ideológica (URBINATI, 2006). Tal perspectiva dialoga com os perigos da pós-política e da racionalidade neoliberal, destacados anteriormente, onde se tenta "apagar" as disputas ideológicas em nome de uma suposta racionalidade técnica.

É, portanto, apropriado dizer que a compreensão da representação como uma instituição democrática, ao invés de um recurso ou uma segunda alternativa, coincide com a reabilitação de uma dimensão ideológica inevitável da política. Isso porque a política, no contexto da representação, envolve um processo complexo de unificação-e-desunião dos cidadãos, que os projeta para uma perspectiva orientada para o futuro. A política mantém o soberano em moto perpétuo, por assim dizer, ao passo em que transforma sua presença em uma manifestação de influência política complexa e delicada (URBINATI, 2006, p. 224-225).

Young (2006) alerta que muitas das discussões e críticas entendem a representação como uma relação de substituição e identificação com os representados, mas para ela a representação é caracterizada por uma relação entre atores políticos engajados em determinado espaço-tempo, desta forma, representando igualmente oportunidades e riscos políticos. A autora também destaca que a representação não necessariamente se opõe à participação política, sendo que um cenário ideal seria onde ambas se complementassem em uma política plenamente democrática. Rebatendo os argumentos anti-representação a autora continua:

Se aceitamos o argumento de que a representação é necessária e, ao mesmo tempo, admitimos a visão de que uma deliberação democrática requer co-presença de cidadãos e de que a representação só é legítima se o representante é de algum modo idêntico aos eleitores, temos então um paradoxo: a representação é necessária mas impossível (YOUNG, 2006, p. 147).

Assim, a representação enquanto relação mediada entre eleitores e representantes ao longo do espaço e do tempo, pressupõe que, necessariamente, o eleito se afastará do eleitor mas, ao mesmo tempo, não devem perder totalmente de vista a conexão estabelecida, manter tal conexão se torna portanto um desafio nas democracias de massa modernas e quanto maior o alcance dessa conexão, maior será o grau de representação daquela sociedade (YOUNG, 2006).

Não sendo o representante capaz de representar a identidade, individual ou coletiva, do seu eleitorado, sua capacidade de representação política pode ser resumida a três aspectos: interesses, opiniões e perspectivas. Segundo Young (2006, p. 168):

Interesses, opiniões e perspectivas são, portanto, três importantes aspectos das pessoas que podem ser representados. Não penso que esses três aspectos esgotem os modos pelos quais as pessoas podem ser representadas. Certamente, há outros modos de representação possíveis, mas creio que esses três sobressaem quando falamos de representação da política contemporânea e quando discutimos os problemas conceituais e práticos colocados à representação de grupos.

Vejamus resumidamente como a autora (YOUNG, 2006) descreve cada um desses três aspectos. Os interesses dizem respeito aquilo que afeta ou é importante no horizonte dos indivíduos ou organizações, ou seja, aquilo que é necessário ou desejável e podem incluir recursos materiais, como influência, poder e etc. Diferentemente das ideias, princípios e valores, que podem definir os fins, o interesse está mais relacionado aos meios para se chegar a tais fins. Já as opiniões podem ser caracterizadas como os princípios, valores e prioridades que condicionam o juízo de determinado indivíduo, ou seja, a visão dele de como as coisas devem ser, partindo de aspectos como religião, cultura e conhecimento, podendo assim ser mais ou menos fundamentadas. Por fim, as perspectivas se relacionam com a posição que os indivíduos ocupam nas estruturas dos grupos sociais. É importante ressaltar que tal posicionamento não define a identidade de cada um, mas supõe que diferentes posições terão diferentes experiências, histórias e compreensões sociais derivadas, ou seja, diferentes perspectivas sociais.

Como é possível observar, a discussão sobre representação política é bastante complexa e intrincada, mas importante para compreender fenômenos recentes como o surgimento e a ascensão das diversas organizações suprapartidárias de formação e renovação política. Um dos aspectos do debate que deve ser destacado é de que "todos os sistemas e instituições de representação agrupam indivíduos de acordo com certos princípios, e nenhum deles é inocente ou neutro" (WILLIAMS, 1998 apud YOUNG, 2006, p. 173), por isso, verificar as intenções por trás de ações e discursos supostamente neutros é relevante para o fortalecimento da democracia, que como vimos anteriormente está associada a capacidade de mediação das disputas político-ideológicas da sociedade.

1.4.1 (Des)confiança na Democracia

O alto índice de desconfiança nas instituições democráticas configura um alerta e abre espaço para a ascensão de discursos autoritários e despolutizantes. Dados da pesquisa feita em 2018, pela organização Latinobarómetro, revelam a baixa confiança do Brasil nas suas instituições, especialmente nos partidos políticos e no congresso, que possuem respectivamente apenas 6% e 12% de confiança entre os entrevistados, enquanto a igreja e as forças armadas possuem, respectivamente, 73% e 58% de confiança entre os brasileiros. Entre as instituições privadas, o maior nível de confiança está nos meios de comunicação, com 47%, e nas ONGs, com 46%, já o menor índice é apresentado pelas organizações multilaterais, com 28%, e pelos sindicatos, com 32% de confiança entre os brasileiros.

O fato é que a democracia piorou, não apenas no Brasil mas na América Latina como um todo, nos últimos anos. A cultura de desalento generalizado vem como um questionamento da própria democracia enquanto sistema de governo. Os dados (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018) mostram que o apoio ao sistema democrático vem caindo na região desde 2010, chegando a 48% em 2018. Ao mesmo tempo, desde 2010, aumenta o número de cidadãos que se dizem indiferentes em relação ao tipo de governo, indo de 16% em 2010 para 28% em 2018. A insatisfação com a democracia na América Latina aumentou de 51% em 2008 para 71% em 2018 e a satisfação caiu de 44% para 24% no mesmo período. Especificamente no Brasil, apenas 9% dos entrevistados estão satisfeitos com o sistema democrático, uma queda vertiginosa de 40 pontos percentuais em relação a 2010, abaixo inclusive de países que vivem graves crises políticas como é o caso da Venezuela, que tem 12% de satisfação. A democracia é vista como o melhor sistema por 34% dos brasileiros, enquanto para 41% não faz diferença se o regime é democrático ou não. Tal indiferença pode facilmente ser capitaneada por projetos de governo autoritários.

Os dados do relatório apontam que, desde 2010, o número de cidadão latinoamericanos indiferentes ao tipo de regime adotado, vem aumentando sistematicamente, chegando a 28% em 2018, contra 16% em 2010. Tal tendência é acompanhada pelo aumento nos índices daqueles que não se identificam nem com a esquerda nem com a direita e com a queda no número daqueles que votam em determinados partidos e até mesmo daqueles que exercem o direito ao voto.

Se trata de un conjunto de ciudadanos que abandonan lo colectivo para refugiarse en su individualismo, rechazan lo establecido y rompen los esquemas. Son ciudadanos mas bien desencantados y frustrados. Este contingente de desafectados de los gobiernos, las ideologías y la democracia son la fuente mayor en el surgimiento de populismos en la región, no son una novedad y hace años que se observa su crecimiento (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018, p. 14).

Outro dado alarmante revelado pela pesquisa diz respeito à confiança entre as pessoas, onde o Brasil apresenta o menor índice, com apenas 4% de confiança, indicando um cenário de desconfiança generalizada bastante crítico. Corroborando com tais dados, Timothy Power e Giselle Jamison (2005), demonstram que a baixa confiança nos políticos da América Latina é apenas um dos aspectos de uma síndrome de baixa confiança generalizada, com algumas possíveis causas, como o fraco desempenho econômico da maioria das democracias da região, os escândalos de corrupção e o uso instrumental das instituições políticas pelos governantes. A corrupção passou a ser considerada o principal problema do país para 16% dos entrevistados contra 10% em 2013 (CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO, 2018). Como consequência, Power e Jamison (2005), relacionam o apoio fraco e desigual à democracia na região com a desconfiança nos políticos.

Guillermo O'Donnell (1991) argumenta que as teorias da democracia existentes se referem à democracia representativa praticada pelos países capitalistas desenvolvidos, mas que algumas democracias mais recentes são delegativas, ou seja, não são democracias consolidadas, mas podem ser duradouras e, na maioria dos casos, não enfrentam ameaças iminentes de uma regressão autoritária aberta, porém também têm dificuldades para avançar em direção a uma representatividade institucionalizada. Além disso, o autor aponta que a grande crise social e econômica, que a maioria desses países herdou dos períodos autoritários, intensifica as consequências de certas concepções e práticas que acabam conduzindo essas democracias em direção à democracia delegativa, e não à democracia representativa propriamente. A distinção entre "democracia representativa" e "democracia delegativa" trás alguns elementos relevantes para problematizar a trajetória política brasileira.

Para Baquero, Ranincheski e Castro (2018), a cultura política brasileira favorece uma cidadania passiva, onde o cidadão é um mero espectador. A redemocratização não foi o suficiente para construir um sentimento duradouro de confiança política e atualmente há um evidente mal estar gerado pela incompatibilidade entre valores democráticos e desconfiança institucional, cujos autores denominam democracia inercial. De acordo com os autores, a combinação de

desigualdade social e déficit democrático gera a desconfiança nas instituições e caracteriza a inércia democrática. Além disso, longos períodos com eleições diretas não necessariamente geram uma consolidação democrática, visto que a mera existência de processo eleitoral não garante uma cultura de participação política e de confiança nas instituições, pois o debate político vai além do debate eleitoral.

Todos esses conceitos e autores nos ajudam a traçar um panorama dos fenômenos ligados ao problema da representação e ao surgimento dos atores analisados, inseridos no contexto histórico-político recente, que veremos a seguir.

2. Contexto Histórico e Político

Alguns movimentos das últimas décadas contribuem com a contextualização do recente fenômeno das organizações suprapartidárias de formação e renovação política, tanto na conjuntura nacional como transnacional. No contexto latinoamericano, é preciso retornar um pouco o movimento chamado "onda rosa", "maré rosa" ou "virada à esquerda", que consiste na eleição de diversas figuras de esquerda e centro esquerda na região, a partir do final dos anos 90. No Brasil, as manifestações de Junho de 2013 iniciaram um movimento de protestos de rua de massa que, somado a outros fatores, culminou com o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e o governo de seu vice, Michel Temer. Por fim, o ano de 2018 marca a eleição de Bolsonaro à presidência e a ascensão da extrema-direita ao poder no país. Em um contexto mais amplo, se busca um diálogo entre a literatura sobre *think tanks* e novas direitas com o fenômeno dos grupos de renovação política no Brasil e o surgimento dos atores aqui analisados.

2.1 Da Maré Rosa aos Protestos de Junho de 2013

De acordo com Fischer e Plehwe (2013), o neoliberalismo na América Latina, que esteve, em geral, associado às ditaduras militares e ao Consenso de Washington, e teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990 na região, parecia ter sucumbido ao começo do novo século com a chamada maré rosa, período caracterizado pela ascensão de líderes de esquerda e centro esquerda ao poder por vias eleitorais. Segundo Ferreira (2019), a utilização da cor rosa para caracterizar tal movimento, em detrimento do vermelho característico das esquerdas, objetiva abarcar a grande variação de "tons" de esquerda que compuseram o cenário, com coalizões das mais moderadas às mais extremas.

Autores como Levitsky e Roberts (2011) apontam para uma combinação de fatores que possibilitaram a maré rosa na América Latina, como as crises econômicas e a incapacidade de resposta do sistema neoliberal às demandas sociais da região. Segundo Amaral e Braga (2012, p. 4) esse contexto "[...] abriu uma importante brecha para a repolitização do tema da desigualdade social a partir de uma perspectiva de esquerda de ampliação da ação estatal e de expansão de direitos". Uma vez no poder, o cenário internacional, de aumento do preço das *commodities* e

ampliação das exportações, aliada às políticas redistributivas e aos programas sociais implementados, favoreceram os governos de esquerda, possibilitando a reeleição e/ou a eleição de seus sucessores em diversos países (LEVITSKY; ROBERTS, 2011).

Porém, como apontado por Fischer e Plehwe (2013), alguns movimentos recentes demonstram que a vitória da oposição ao neoliberalismo na região não se completou, alertando para uma "(re)emergência" de figuras e partidos de direita, o que de fato veio a se confirmar, inclusive no caso brasileiro. Ferreira (2019, p. 120), denominou o período posterior, de reação à maré rosa, de "maré cinza", por caracterizar um movimento reativo de tonalidade ainda imprecisa, composto por amplas coalizões de oposição com conservadores, liberais e etc. Faz-se relevante compreender tais ciclos pois eles refletem diretamente no cenário nacional e nas posições adotadas pelos novos atores que surgem a cada mudança de paradigma no contexto global e latinoamericano.

O Brasil integrou a maré rosa com a eleição presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002. Antes de Lula, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi presidente por dois mandatos. De acordo com Fabio Giambiagi (2011), o governo FHC deixou marcas positivas, especialmente em relação à estabilização econômica e às reformas. Lula assumiu em 2003, cercado de grande simbolismo e muitas expectativas e os bons resultados econômicos dos anos 2000 renderam a alcunha de "milagrinho brasileiro" para o período. De acordo com Laura Carvalho (2018), além da alta dos preços das *commodities* e do cenário externo favorável, três pilares contribuíram com o bom desempenho econômico do país: a distribuição de renda, o acesso ao crédito e os investimentos públicos. Para a autora, o "milagrinho" fica ainda mais evidente levando em conta que o crescimento maior do PIB, em relação às duas décadas anteriores, é acompanhado de inflação menor, dívida pública e dívida externa em queda e acúmulo de reservas internacionais.

Tais resultados contribuíram para a reeleição de Lula em 2006. No segundo mandato, em que pese a previsão de apenas uma "marolinha", feita pelo presidente Lula, a crise de 2008 atinge o Brasil causando efeitos similares aos observados em outros países emergentes, mas já no segundo trimestre de 2009, a economia voltou a crescer devido, em parte, às políticas que já vinham sendo implementadas (CARVALHO, 2018).

As escolhas econômicas do governo Lula tiveram importantes reflexos políticos e sociais. Singer (2012) aponta para uma mudança no perfil do eleitorado de Lula a partir da eleição de

2006, caracterizado por um realinhamento de bases sociais que, segundo o autor, faz emergir o lulismo, assim, enquanto o PT perdia apoio nas camadas médias, se consolidava nas camadas mais populares, que até então pendiam para a direita. Apenas após assumir o governo, Lula conseguiu a adesão desse segmento, em parte pela aposta no tripé distribuição de renda, aumento do salário mínimo e oferta de crédito, gerando um crescimento da autoestima e da confiança das classes populares, mas também pela manutenção da estabilidade econômica, associada a uma manutenção da ordem, fator importante para essa população.

O resultado favorável da empreitada petista nos dois mandatos de Lula garantiram a vitória de sua sucessora, Dilma Rousseff, em 2010, que já no primeiro ano de mandato, diante da desaceleração da economia, passou a aventar a necessidade de um novo modelo econômico privilegiando as exportações, que teve resultados desastrosos, com a desaceleração da economia e a deterioração fiscal (CARVALHO, 2018). A hipótese levantada por Singer (2018) é de que o enorme capital político herdado de Lula, levou Dilma a acelerar o ritmo da empreitada petista, dando início a uma política econômica desenvolvimentista e a uma ação republicana de combate à corrupção, empurrando o partido para um reformismo forte em comparação com o reformismo fraco de Lula. Ambas as tentativas não chegaram a se completar, mas produziram fortes reações contrárias que ajudam a explicar os acontecimentos seguintes.

Aqui cabe uma referência ao conceito de economias dependentes. Ruy Mauro Marini (1990) destaca que os movimentos desenvolvimentistas supunham que os problemas econômicos e sociais que afetavam a América Latina tinham como origem a insuficiência do desenvolvimento capitalista, porém a industrialização latinoamericana não é capaz de criar, como nas economias clássicas, sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda pré existente e assim se estrutura em função das exigências de mercado externo. O modelo adotado, de intervenção do Estado por meio da ampliação do aparato burocrático, de subsídio aos produtores, do financiamento ao consumo supérfluo e da intervenção na inflação, acaba por transferir poder de compra da esfera baixa para a esfera alta, gerando um círculo vicioso que aumenta cada vez mais a desigualdade entre as esferas, uma vez que a compressão do nível de vida das massas trabalhadoras passa a ser a condição necessária da expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais valia. Incapazes de produzir mercado interno devido à distância entre aquilo que produzem e o poder aquisitivo de sua população, as economias dependentes mais uma vez se voltam para o exterior reafirmando sua dependência.

Neste contexto, de crise econômica e avanço nas denúncias de corrupção no governo Dilma, as manifestações de Junho de 2013 funcionam como um estopim social e são apontadas como marco temporal para diversos movimentos políticos e sociais que se sucederam no país. Primeiramente, é preciso compreender que algumas características das manifestações de Junho de 2013 no Brasil não estão isoladas e encontram eco em um movimento global mais amplo que ficou conhecido como Primavera Árabe, se espalhando posteriormente para outras partes do mundo. Segundo Korybko (2018), o movimento que surgiu no mundo árabe a partir de 2010, com características como a horizontalidade, a ausência de hierarquias e o apelo a pautas mais abstratas, tem as manifestações de massa como uma de suas táticas de ação nas chamadas revoluções coloridas que compõem as guerras híbridas.

As manifestações brasileiras, iniciam com uma pauta bem definida, encabeçada pelo Movimento Passe Livre, contra o aumento do valor do transporte público na cidade de São Paulo, mas que foi se modificando ao longo dos dias, se massificando e incorporando novas pautas e atores. Segundo Alonso (2017), a partir do marco temporal de 2013, é possível verificar três ciclos de manifestações no país, o ciclo mosaico de 2013, o ciclo patriota e o ciclo do *impeachment*. Para Laura Carvalho (2018, p. 157),

As manifestações de junho de 2013 eclodiram reivindicando direitos ao Estado provedor. Fortaleceram-se com a revolta contra um Estado repressor. Expandiram-se com protestos contra um Estado corrupto. E, em alguma medida, dissiparam-se pela contradição entre os clamores por mais Estado, de um lado, e sua completa rejeição, de outro. Afinal, que Estado merece ser demonizado?

A retórica anticorrupção, que como visto anteriormente, possui grande potencial moralizante e despolitizante, foi um dos principais combustíveis para os ciclos de manifestações seguintes, causando uma enorme crise de legitimidade política que se estendeu rapidamente. Santos (2017) lembra que o recurso à narrativa da corrupção não é novidade e sempre foi usado, especialmente pela direita. Segundo Avritzer (2016), com isso, a esquerda perdeu o domínio das ruas que vinha mantendo desde as manifestações pela redemocratização, em parte por não punir devidamente os casos de corrupção, em parte por uma reação das classes médias ao avanço da inclusão social, entre outros fatores. Segundo o autor (AVRITZER, 2018, p. 273),

Até 2013, todos os indicadores de curto prazo apontavam para a consolidação e o fortalecimento da democracia no país. Nos quase cinco anos que vão de junho de 2013 a 2018, houve uma completa inversão de condições, com a produção de um “mal-estar” na democracia.

A atuação do poder judiciário, com as arbitrariedades perpetradas pela Operação Lava Jato, também demonstra a fragilidade na efetiva tradição brasileira de defesa de direitos e garantias individuais o que, segundo Avritzer (2018), gera uma insuficiência democrática. Assim, com a "munição" fornecida pelos juízes e promotores da Lava Jato, outros atores, como a mídia hegemônica, tiveram papel fundamental na propagação da tese acusatória antipolítica, favorecendo o cenário de despolitização, conforme demonstra Carvalho (2015 apud BAQUERO; RANINCHESKI; CASTRO, 2018). De acordo com Fernandes (2019), houve uma transição, a partir de junho de 2013, que passou de um descontentamento com o Estado corrupto, orientado especialmente para o Partido dos Trabalhadores, mas que por fim se estendeu a classe política como um todo, contribuindo para um cenário de descrédito geral em relação à política e o acentuamento da despolitização. Assim, esse vácuo de representação foi sendo ocupado por novos atores, que buscavam se distanciar da política partidária tradicional, por meio de discursos antipolítica e apolíticos.

Para Baquero, Ranincheski e Castro (2018), as manifestações de 2013 estão alinhadas a movimentos mundiais caracterizados pelo aumento do individualismo e o chamado “fim das utopias”. No caso do Brasil, segundo os autores, os jovens buscavam respostas coletivas para demandas individuais, o resultado foi um descontentamento geral e uma negação da própria política, sendo que as eleições de 2014 foram um reflexo disso, mostrando um processo radicalizado e, ao mesmo tempo, despolitizado, focado em ataques e com escassas discussões de propostas e visões de país.

Desta forma, a reeleição de Dilma Rousseff, em 2014, se deu de forma completamente diferente às eleições anteriores porque, conforme Singer (2018), a euforia em torno do lulismo fora substituída pela polarização, fazendo o pêndulo se deslocar a favor da oposição, especialmente nos setores médios, embora ainda não em proporção suficiente para vencer as eleições, que foram extremamente disputadas. Na economia, logo após a vitória apertada, Dilma quebrou as promessas de campanha realizando um ajuste recessivo, rompendo com a base do seu eleitorado, por outro lado, suas escolhas, baseadas no que o autor chamou de empreitada desenvolvimentista na economia e empreitada republicana contra a corrupção, também afastam a base empresarial e política, deixando-a isolada e vulnerável diante da manobra golpista.

Além disso, se convencionou atribuir aos governos petistas um suposto colapso fiscal associado à "gastança" do Estado, favorecendo a narrativa de defesa do Estado mínimo,

característica do modelo neoliberal. Mas, segundo Carvalho (2018), a verdade é que as crises econômicas acirram os conflitos distributivos em torno dos recursos públicos limitados e as sucessivas tentativas de Dilma de resolver tais conflitos priorizando o lado mais influente da barganha, por exemplo pela concessão cada vez maior de desonerações fiscais e subsídios, não tiveram o efeito esperado na estabilização da economia e ainda minaram parte de sua base de apoio.

Singer (2018) tenta desvendar porque o lulismo se desintegrou e sua reflexão aponta para o surgimento de uma nova classe média consumista e individualista que perdeu a identificação enquanto classe trabalhadora. Os governos petistas beneficiaram especialmente as camadas mais pobres da sociedade e os grandes empresários, deixando uma grande massa intermediária insatisfeita ao experimentar uma perda de status causada pela ascensão dos menos favorecidos. Para Anderson (2019), enquanto esteve no poder em circunstâncias favoráveis, o PT beneficiou os mais pobres, mas falhou em educar e mobilizar, deixando um vácuo que foi ocupado por seus adversários. O resultado, segundo o autor, foi uma guerra de classes unilateral.

O lulismo, segundo Singer (2018), padeceu de suas próprias contradições, que são justamente as contradições da sociedade brasileira. Mesmo não pretendendo produzir confronto com as classes dominantes, Lula o fez sem querer ao diminuir a pobreza, escancarando a tensão entre capitalismo e democracia de massas que Wanderley Guilherme dos Santos (2017) destaca como um dos elementos constitutivos do golpe parlamentar de 2016.

2.2 Do Golpe de 2016 às Eleições de 2018

De acordo com Avritzer (2018), a institucionalidade brasileira possui vias não eleitorais de acesso ao poder que são utilizadas de tempos em tempos, gerando um movimento pendular na democracia brasileira, caracterizado pela alternância entre períodos democráticos e de regressão. Tais momentos, mais do que um mero desvio em um padrão democrático, são marcados por importantes violações de garantias e direitos constitucionais. O pêndulo balança ora para um furor democrático, com maior consolidação das instituições e ampliação de direitos, como ocorrido entre 1985 e 1988, onde as elite e as massas convergiram na defesa da democracia, ora

por momentos de tensionamento, marcados especialmente por conflitos entre grupos políticos, crises econômicas e desacordos em relação a um projeto de país.

Para Santos (2017), a diminuição do abismo social entre as classes foi um fator fundamental para o golpe parlamentar de 2016, que sequestrou o poder constituinte do voto com o apoio do judiciário, do empresariado e da imprensa, através de uma manobra constitucional que distorceu a legislação. A hipótese de Avritzer (2018) demonstra que a estrutura de defesa de direitos no país é bastante instável e está fortemente vinculada a arranjos "intraelites", desta forma, quando os interesses da elite estão ameaçados, a estabilidade política é rompida.

Conforme Avritzer (2018), o processo de formação da elite brasileira está baseado no extrativismo colonial e na exploração do trabalhador, o que reverbera ainda hoje nas relações de trabalho e nas divisões de classe. Enquanto nações mais avançadas já estão familiarizadas com os sistemas distributivos de renda como mecanismo de combate a desigualdade, no Brasil, essas políticas públicas enfrentam forte oposição, gerando tensões que resultam em desequilíbrios institucionais. Para Laura Carvalho (2018) falta a boa parte do empresariado nacional perceber que de nada adianta ter uma fatia maior de um bolo menor.

Com o governo Temer, a elite nacional finalmente teve a oportunidade de colocar em prática sua agenda tantas vezes derrotada nas urnas, de desmantelamento do Estado e retirada de direitos, através da "ponte para o futuro"¹⁴, plano de governo, produzido pela Fundação Ulysses Guimarães, entidade ligada ao MDB (antigo PMDB), partido do então vice-presidente Michel Temer, ainda antes mesmo da deposição de Dilma Rousseff.

Abranches (2018), também destaca que o governo Temer assumiu com um programa de governo bastante parecido com aquele da oposição, que fora derrotado nas urnas. Seu governo, segundo o autor, teve três momentos: o da coalizão de rescaldo, com os aliados do *impeachment*, o da coalizão de conveniência, formado por uma aliança de salvação coletiva contra as denúncias de corrupção, e um terceiro, caracterizado pela perda de sua capacidade política e de liderança, que o colocou numa posição de isolamento e paralisia, refém de seus próprios acordos.

Porém, a troca na presidência não apenas não trouxe a estabilidade e a retomada de investimentos prometida, como ainda cobrou um alto preço através do pagamento da "conta do *impeachment*" para seus apoiadores, com as denúncias de corrupção se aproximando da base

¹⁴ Uma ponte para o futuro. Disponível em:

<https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2022.

aliada e do próprio governo, o fisiologismo funcionava a todo o vapor (CARVALHO, 2018). A ironia, demonstrada por Carvalho (2018), é que embora o governo tenha seguido à risca o programa econômico desejado pela maior parte dos analistas econômicos ortodoxos, a economia real tratou de mostrar que funciona de forma diferente.

Na avaliação de Hunter e Power (2019), houve pelo menos quatro crises simultâneas no Brasil de 2017 e 2018: a econômica, causada pelo prolongamento da recessão; a política, com o aumento da polarização; a da corrupção, que foi potencializada pelas investigações da Lava Jato; e a da deterioração da segurança pública, que já era bastante precária mas se intensificou. Para eles, a junção dessas crises causou uma descrença nas instituições políticas, deixando a democracia brasileira com a menor popularidade de toda a nossa história. Os autores defendem que o PT, após vencer quatro eleições consecutivas, sofreu um grande desgaste e, com Lula, seu principal nome, preso e impedido de concorrer ao pleito, o apoio ao lulismo se mostrou maior do que o próprio partido, não consagrando a vitória de seu substituto, Fernando Haddad. Por outro lado, a rejeição de Temer, vice-presidente de Dilma, que assumiu após o seu *impeachment*, respingou nos dois principais partidos de centro-direita, o MDB e o PSDB, que encolheram, empurrando seus eleitores cada vez mais para a extrema direita.

Nesse cenário, a eleição de Bolsonaro em 2018 se mostrou atípica. Para Jairo Nicolau (2020), até então, três fatores eram determinantes para vencer uma eleição presidencial: grande soma de dinheiro, tempo de propaganda eleitoral e uma rede de apoio nos estados, preferencialmente os com maior população. Bolsonaro, por sua vez, conquistou a vitória sem seguir a cartilha, em um pleito marcado por uma maior influência de fatores como a religião e o uso das redes sociais.

Para Hunter e Power (2019), Bolsonaro teve sucesso ao conquistar apoio em diversos grupos, não apenas entre os que odeiam o PT, mas também entre os que odeiam todos os partidos tradicionais, e obteve vitória esmagadora entre os que possuem formação superior e 70% dos votos dos cristãos pentecostais, evidenciando a importância dos evangélicos que representam hoje um quarto do eleitorado brasileiro.

Assim, segundo os autores (HUNTER; POWER, 2019), as quatro crises juntas - econômica, política, da corrupção e da segurança pública - além de elegerem Bolsonaro, também impactaram na percepção do brasileiro em relação à democracia representativa, como vimos nos

dados apresentados anteriormente. Para os autores, os grandes derrotados na eleição de 2018 foram o PT, o PSDB, o sistema partidário brasileiro e talvez a própria democracia.

Segundo Abranches (2018), a crise de representação atual não é exclusividade do presidencialismo de coalizão, e embora ela tenha raízes locais, se encontra também inserida em um contexto de descrença política mundial, logo, a simples troca de um sistema por outro, por si só, não é garantia de melhores resultados. A heterogeneidade e a desigualdade exacerbam diferenças e disputas, polarizando e criando grandes desafios para a institucionalização e a legitimidade da democracia no nosso país. Economicamente, Bolsonaro deu continuidade a cartilha neoliberal personificada na figura do discípulo dos Chicago Boys, Paulo Guedes, porém com resultados pífios.

Para Avritzer (2018), o sistema brasileiro possui uma relação complexa entre economia e política e falha ao permitir que programas de governo sejam implementados por vias não eleitorais, como acontece a partir de 2014 quando, em um confronto entre elite e vontade popular, grupos de interesse, derrotados nas urnas conspiram para impor sua agenda de austeridade, forçando uma mudança no pêndulo da democracia. Já em 2018, o programa econômico neoliberal foi de fato eleito, em que pesem diversas problemáticas envolvidas, relacionadas a acusação de *lawfare*, mecanismos de difusão de desinformação em massa, uso político dos espaços religiosos, entre outras. Assim, é preciso aprofundar a análise da relação entre dinheiro e política, presente na propagação dos ideais neoliberais pelos aparelhos privados de hegemonia, as think tanks, as novas direitas e, em alguma medida, as organizações suprapartidárias de renovação e formação política aqui analisadas.

2.3 Think Tanks

De acordo com Rocha (2015), embora os *think tanks* ainda não sejam um fenômeno tão conhecido pela população brasileira, hoje abrigamos 82 dessas organizações, de diversos espectros ideológicos, sendo o Brasil o segundo país da América Latina com o maior número de *think tanks*, atrás apenas da Argentina. A autora define *think tanks* genericamente como

[...] instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas que atuam a partir da sociedade civil, procurando informar e influenciar tanto instâncias governamentais como a opinião pública no que tange à adoção de determinadas políticas públicas. Essas instituições, que podem ser independentes ou associadas a grupos de

interesse específicos, costumam atuar como uma ponte entre a academia e demais comunidades epistêmicas e a esfera pública, na medida em que traduzem resultados de pesquisas especializadas para uma linguagem e um formato que sejam acessíveis para implementadores de políticas públicas e para a população em geral (ROCHA, 2015, p. 262).

Para Acuña (2009 apud CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018) as definições compreendem atores coletivos, formalmente institucionalizadas, sem fins lucrativos, que tem como principal função organizacional a influência nas políticas públicas a partir da construção e transmissão do conhecimento, abarcando atores que possuem relação direta ou indireta com esse processo, como partidos e mídia. Assim, podemos dizer que as *think tanks* são organizações híbridas, pois se localizam em uma intersecção entre os campos científicos, políticos, econômicos e midiáticos (MEDVETZ, 2008 apud CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018).

Sobre a atuação dos *think tanks*, Rocha (2015) aponta que pode variar do “profissionalismo politicamente desinteressado” ao “ativismo político orientado ideologicamente”, com diferentes estratégias de convencimento. Os primeiros *think tanks* norte-americanos do século XX eram organizações civis privadas compostas por especialistas, técnicos e acadêmicos, visando a divulgação de ideias de forma mais "neutra". Essa suposta neutralidade é utilizada ainda hoje como estratégia narrativa por *think tanks* ao redor do mundo, mas a autora aponta que, a partir dos anos de 1970, há uma ascensão de *think tanks* ideologicamente posicionadas, com um perfil mais "ativista".

São diversos os aspectos que podem determinar a posição dos *think tanks* no processo político como suas características, escolhas, comportamentos, clima e fatos políticos, o nível de mobilização dos interesses envolvidos, entre outros (RICH, 2004 apud SILVA, 2015). Serrano (2020), ao analisar a influência dos *think tanks* na política econômica da América Latina, também aponta para a estratégia de apresentar seus intelectuais como "desprovidos de motivações políticas ou ideológicas, que tampouco representam interesses de grupo nenhum", ou seja, são detentores de uma suposta "verdade" que guia suas escolhas e seu agir e sustentam sua credibilidade "inquestionável". Também cabe a essas organizações a tarefa de preparar seus quadros para integrarem a burocracia estatal com seu saber "técnico" e "neutro" (SERRANO, 2020).

Já Fisher e Plehwe (2013) definem *think tanks* como

[...] unidades que combinam módulos de expertise, consultoria, lobby ou apoio ativo. Assim concebidos, os estudos nas redes de think tanks transcendem a organização individual para observar os vínculos sistemáticos entre interesses econômicos (elementos

da classe capitalista), acadêmicos e outros especialistas (elementos da classe intelectual), mídia e outros profissionais da transmissão (elementos da classe cultural) e a classe política em sentido estrito. Dessa forma, podemos ir além da manifestação pública do discurso para examinar os trabalhos coordenativos das elites que costumam preceder as manifestações públicas (FISHER; PLEHWE, 2013, p. 62, tradução nossa).

Tal modelo de atuação, por meio de *think tanks*, é especialmente relevante nos momentos de crise, como o vivenciado pelo Brasil nos últimos anos, pois garante espaço no debate público para ideias que já estavam em circulação, aguardando sua janela de oportunidade e que, em outras circunstâncias, não conseguiriam ascender à agenda decisória (KINGDON, 2003 apud CAPELLA, 2007).

Serrano (2020) aponta ainda que os *think tanks* vem atuando na América Latina de forma a influenciar as políticas públicas em todos os seus ciclos, por meio da boa aceitação de um discurso supostamente "técnico" e "neutro".

Desta forma, os Think Tanks intervêm não só diretamente em todos os momentos do ciclo das políticas públicas – formulação, implementação e avaliação –, senão que, além disso, proporcionam elementos, argumentos e dados que utilizam os membros do aparelho estatal ou da sociedade civil que discutem e decidem à orientação dessas políticas, fazendo que estes tanques de pensamento sejam elementos centrais a levar em consideração para compreender os Estados contemporâneos, particularmente na América Latina onde as problemáticas derivadas da corrupção fazem desse discurso técnico, tecnocrático e científico muitíssimo mais potente dentro das disputas pelo poder (SERRANO, 2020, p. 12).

Para Fisher e Plehwe (2013, p. 64) as organizações transnacionais privadas, como os *think tanks* neoliberais, vêm sendo responsáveis por uma "(contra)ofensiva ideológica em nível continental", por isso é relevante investigar tais redes profundamente, verificando seus membros, suas produções, atividades e vínculos com empresas, instituições acadêmicas, mídia e organizações políticas. Os autores apontam ainda que

A chave para o caráter elitista que caracteriza este modo de operação política em competição com o modelo dos partidos tradicionais é a capacidade dos think tanks: estes substituem os modelos ascendentes de formação de opiniões e preferências por meio de sua capacidade profissional para enquadrar problemas e desenvolver roteiros argumentativos que atribuem soluções para problemas sugerindo explicações claras e facilmente comunicadas. (FISHER; PLEHWE 2013, p. 60-61, tradução nossa).

Retomando o conceito de Gramsci, os *think tanks* são aparelhos privados de hegemonia, que "formam seus intelectuais orgânicos diretamente ligados a determinados grupos ou classes sociais, bem como outras instituições, como mídia, partidos, dentre outros", se relacionando "direta e indiretamente com outras instituições privadas de hegemonia da sociedade civil, de forma institucional ou não: mídia de massa, universidades, partidos e movimentos políticos,

dentre outras", além da relação estratégica com outros *think tanks*, empresas e empresários (CRISTOFOLETTI; SERAFIM, 2018, p. 11-12).

Rocha (2019), aponta para a formação de um contrapúblico de direita, nos últimos anos, com influência dos *think tanks* liberais e da presença de jovens universitários e profissionais liberais, principalemtnne das classes média e alta, em fóruns e redes sociais que vem contribuindo com a ascensão de lideranças políticas relevantes na Europa, nos Estados Unidos, e também no Brasil. Assim, a atuação por meio de *think tanks* vem se intensificando e é apontada por especialistas como uma das principais características das novas direitas latinoamericanas. Como visto anteriormente, a associação negativa à imagem dos partidos políticos e da política como um todo, contribui para esse reposicionamento, por meio de *think tanks*, que especialmente as direitas vêm tirando melhor proveito.

2.4 Partidos Políticos e Novas Direitas

Os Partido Políticos são fundamentais para o funcionamento do Estado nos regimes democráticos, estruturando a competição eleitoral, agregando interesses e organizando os governos (AMARAL, 2013). Assim, as teorias clássicas das ciências políticas buscam formular modelos que nos auxiliam na compreensão das estruturas internas dos Partidos Políticos e nas suas interações com a sociedade.

Dentre os modelos mais consolidados, descritos por Amaral (2013), a “Lei de Ferro da Oligarquia” de Michels (1982 apud AMARAL, 2013) diz que os partidos tendem a desenvolver uma estrutura burocrática centralizada, mais voltada à sobrevivência eleitoral do que às bases ideológicas. Já a divisão de Duverger (1980 apud AMARAL, 2013), entre partidos de quadros e partidos de massa, coloca de um lado os partidos formados por notáveis parlamentares e do outro aqueles com maior adesão popular. Para Kirchheimer (1966 apud AMARAL, 2013), o crescimento econômico e a consolidação do Estado de Bem-Estar Social diminuiu a polarização, movendo os partidos cada vez mais em direção ao tipo “*catch all*”, ou seja, diluindo suas ideologias, com foco na ampliação das filiações e nos objetivos eleitoreiros. O Modelo Genético de Angelo Panebianco (1980 apud AMARAL, 2013) analisa o movimento dos partidos em torno de sistemas de solidariedade, alinhados aos objetivos ideológicos, ou sistemas de interesses,

quando estes se sobressaem à ideologia partidária, destacando ainda a tendência de transmutação dos partidos burocráticos de massa em profissional-eleitoral, devido às mudanças estruturais do próprio sistema capitalista e dos meios de comunicação de massa. Katz e Mair (1994; 1995 apud AMARAL, 2013) propõem uma mudança de enfoque, da relação entre partido e sociedade para a relação entre partido e Estado, com o uso do conceito de partido de cartel, onde garantir o acesso aos recursos estatais se torna mais importante do que vencer as eleições.

Desta forma, a partir dos estudos apresentados, é possível perceber como mudanças sociais e econômicas, ao longo dos anos, têm grande influência sobre os partidos políticos, empurrando-os em direção a determinados modelos de organização e estruturação, bem como, alterando a relação entre eles e os eleitores.

Como observamos, o Brasil passou recentemente por um amplo processo de vilanização da política e dos partidos políticos. Como estratégia, alguns desses partidos optaram por retirar a palavra partido dos seus nomes, apostando numa espécie de *rebranding* para se afastar da imagem negativa.

Vários exemplos são observados no Brasil, desde a mudança do Partido da Frente Liberal para Democratas (2007) e da criação do Solidariedade (2013), do Novo (2015) e da Rede Sustentabilidade (2015), a tendência de exclusão da famigerada palavra “partido” parece ter emplacado. O Partido do Movimento Democrático Brasileiro voltou a ser Movimento Democrático Brasileiro; o Partido Trabalhista do Brasil tornou-se Avante; o Partido Trabalhista Nacional é Podemos; o Partido Ecológico Nacional se chama agora Patriota; o Partido Progressista é Progressistas; o Partido da Social Democrata Cristão mudou o nome para Democracia Cristã; o Partido Republicano Brasileiro para Republicanos; e o Partido Popular Socialista para Cidadania. (SALGADO; SANTOS; BERGONZINE, 2020, p. 19-20)

Tal estratégia, para além da mudança de nome, se insere em um contexto mais amplo de mudança narrativa, que busca uma "modernização", da velha política para a chamada nova política, também alinhada ao surgimento dos atores aqui analisados.

Muito se fala sobre Junho de 2013 como marco temporal para o surgimento da nova direita, mas conforme Miranda (2020, p. 45), "[...] essa direita não é uma absoluta novidade, a sua edificação não foi repentina". Por isso, para compreender as chamadas novas direitas é preciso retomar algumas características históricas das direitas brasileiras. Ao traçar uma genealogia das direitas brasileiras, Kaysel (2015), em que pese a predominância histórica ligada ao conservadorismo entre os pensadores brasileiros, aponta para o recurso de evitar a identificação com a direita, demonstrado pelo fato de que no início dos anos 1990, pesquisas demonstraram que a maioria dos parlamentares de direita preferiam se classificar como de

"centro" (MAINWARING; MENEGELLO; POWER, 2000 apud KAYSEL, 2015). O conservadorismo pode ser definido como reação à modernidade burguesa (MANNHEIM, 1981 apud KAYSEL, 2015) ou em oposição ao radicalismo (HUNTINGTON, 1957 apud KAYSEL 2015), tendo o autor preferido aplicar a segunda versão ao caso brasileiro, visto que os valores e formas da sociedade burguesa, do capitalismo e do Estado moderno são relativamente consensuais entre as nossas elites, inclusive no próprio processo de independência, marcado por uma pactuação "intraelites".

Posteriormente, um importante marcador na divisão política brasileira foi a adesão ou não ao projeto político varguista a partir dos anos 1930, gerando duas direitas distintas: uma varguista e outra oposicionista, mas ambas de caráter conservador e oligárquico (KAYSEL, 2015). Com a crise gerada pela renúncia de Jânio Quadros e a chegada de João Goulart ao poder, no início dos anos de 1961, houve um favorecimento à unificação das direitas em um grande "bloco histórico multinacional-associado" composto por tecnoempresários vinculados ao capital multinacional, formando um complexo de organizações da sociedade civil, cujo núcleo principal era o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), constituindo o que Dreyfus (1897 apud KAYSEL, 2015), denominou como "complexo Ipes-Ibad". Alguns dos vínculos que compunham esse grande bloco incluíam a grande mídia, os militares e a igreja católica, além da forte conexão internacional com os EUA. Conforme Dreyfus (1897 apud KAYSEL, 2015), o heterogêneo grupo possuía um ideário liberal-conservador, apoiado em narrativas abstratas como de "democracia" e "liberdade".

Com a proximidade do fim do período ditatorial, os anos de 1980 apresentaram mudanças significativas no campo da direita nacional, que até então se caracterizava pelo apoio ao regime militar, para um predomínio na defesa dos ideais neoliberais, que vai se aprofundar na década seguinte com a proliferação de *think tanks* neoliberais. Após a eleição de Lula e o sucesso político de seus dois mandatos, que absorveu parte da agenda de manutenção da estabilidade econômica em sua ampla coalizão de centro-esquerda, a direita acaba por se deslocar, buscando outras narrativas para fortalecer a oposição, como visto anteriormente, uma dessas narrativas foi a anticorrupção, que contou com o apoio da grande mídia (KAYSEL, 2015). O autor aponta que "qualquer analogia ou semelhança com o presente não é mera coincidência" (KAYSEL, 2015, p. 71) e que não é possível compreender a nova direita sem antes entender as raízes mais profundas e complexas da história brasileira e, portanto, a utilização do termo "nova" direita deve vir

acompanhado de certo grau de ponderação. Com isso, é importante ressaltar que o debate sobre novas direitas permanece em aberto, visto que não há um consenso em relação às suas origens e características, mas alguns estudos recentes indicam um conjunto de hipóteses em relação ao tema, como veremos a seguir.

Codato, Bolognesi e Roeder (2015) apontam para um movimento de reconfiguração da direita latinoamericana desde o final do século XX, com a ascensão de uma nova direita, especialmente no Brasil, na Argentina e no Chile. Os autores explicam que, o receituário neoliberal, como vimos anteriormente, propiciou um contexto favorável à chamada maré rosa, com a eleição de diversos líderes de esquerda e centro-esquerda na região. Porém, após esse período vem ressurgindo o debate sobre a ascensão de uma nova direita, caracterizada por incorporar alguns elementos da esquerda e do centro, como as políticas sociais e ambientais e o rechaço aos períodos ditatoriais, mas mantendo alguns pontos característicos da direita tradicional, como o modelo econômico neoliberal (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015).

Para exemplificar esse movimento, os autores destacam os partidos PRO, Evópoli e PSD, respectivamente, da Argentina, do Chile e do Brasil, que continuam defendendo o "mercado" mas com apoio à "democracia" e às "liberdades". Em que pese as dificuldades de classificação ideológica dos partidos políticos como já visto anteriormente, os autores analisaram "[...] ainda que de forma não sistemática, a face pública na qual a legenda deixa transparecer seus princípios, suas bandeiras e seus símbolos" (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 126) e assim chegaram na classificação disposta na Tabela 1.

Tabela 1 - Classificação dos Partidos Brasileiros

NOVA DIREITA	VELHA DIREITA	OUTROS
PEN (2011)	DEM (2007)	PC do B (1962)
PRB (2005)	PAN (1998-2006)	PCB (1922)
PSD (2011)	PFL (1985-2007)	PCO (1995)
PSDC (1997)	PGT (1995-2003)	PDT (1979)
PSL (1994)	PHS (1997)	PMDB (1980)
PST (1996-2003)	PL (1985-2006)	PMN (1984)
PT do B (1989)	PP (2006)	PPL (2009)
PTC (1990)	PPB (1993-2006)	PPS (1992)
PTN (1995)	PR (2006)	PROS (2010)
SD (2013)	PRN (1989-1990)	PSB (1985)
	PRONA (1989-2006)	PSDB (1988)
	PRP (1991)	PSOL (2004)
	PRTB (1994)	PSTU (1993)
	PSC (1985)	PT (1980)
	PSD (1987-2003)	PV (1986)
	PSN (1996)	
	PTB (1981)	

Fonte: Codato, Bolognesi e Roeder (2015)

Desta forma, os autores buscam identificar a velha direita e a nova direita latinoamericana a partir de algumas características.

Para resumir o argumento: a velha direita latina pode ser enquadrada em três statments: i) ligação com as ditaduras militares; ii) defesa radical da não intervenção do Estado na economia; iii) defesa da moral cívica e da família tradicional. A nova direita, que surge como resposta dupla à velha e à ascensão da esquerda também em três: i) liberalismo econômico, com intervenção limitada do Estado na economia para garantir igualdade de oportunidades; ii) defesa da democracia; iii) defesa radical dos valores da família tradicional (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 127)

Assim, os estudos apontam que, no Brasil, enquanto a velha direita diminuiu sua bancada em 36%, a nova direita aumentou em mais de 40 vezes no período analisado pelos autores, especialmente a partir de 2006, com a inversão - da velha direita para uma nova direita -

acontecendo de fato em 2010 e se consolidando em 2014, com isso demonstrando uma inegável ascensão, de um fenômeno que não é exclusivo do Brasil. Como conclusão, os autores apontam que

Uma classificação de partidos que tente apenas descrever as colorações ideológicas principais e discriminar entre esquerda e direita parece não oferecer o melhor caminho para entender o surgimento da nova forma de manifestação das direitas no Brasil. É evidente que existe uma dificuldade considerável em ordenar e separar esses partidos de forma programática e que atalhos ideológicos servem pouco para compreender a relação entre as bases sociais, as cúpulas e o comportamento eleitoral das legendas. No entanto, a forma que classificamos os partidos teve um bom rendimento empírico e mostrou congruência entre os partidos da velha direita e da nova direita e suas respectivas bases. Assim, é preciso, para o estudo da direita no Brasil e na América Latina, um esforço para diferenciar os vários matizes das colorações ideológicas desse campo conservador tão grande quanto heterogêneo (CODATO; BOLOGNESI; ROEDER, 2015, p. 127).

Fisher e Plehwe (2013) também apontam para uma "nova direita social neoliberal" que se alinha, em uma aliança de centro-direita, e tem por característica a incorporação de direitos dos povos indígenas e iniciativas de desenvolvimento social, mas com uma visão de governança efetiva.

Já Miranda (2020), estabelece uma conexão entre a nova direita e os aparelhos privados de hegemonia empresarial, discutidos anteriormente. Para o autor, a partir dos anos de 1980, a burguesia nacional atuou fortemente na expansão de seus aparelhos privados de hegemonia. Assim, de acordo com Casimiro (2018 apud MIRANDA, 2020), o que diferencia a nova direita é seu "*modus operandi*", caracterizado pela instrumentalização através de uma série de aparelhos privados de hegemonia burguesa, contribuindo com a expansão da sociedade civil brasileira em uma infinidade de formatos, como ONGs, institutos, associações, *think tanks* e etc. Desta forma, com sua inserção, a nova direita transmuta a estrutura e atuação do Estado, em uma espécie de "reprivatização" (MIRANDA, 2020, p. 36).

Miranda (2020), destaca que além do *modus operandi* diferenciado das velhas direitas, outra característica das novas direitas é a origem social daqueles que criam e compõem os aparelhos privados de hegemonia utilizados por ela, sendo essas de dois conjuntos: os criados e protagonizados pela burguesia, como o Instituto Liberal (IL), e aqueles que não são criados e protagonizados por sujeitos oriundos da burguesia, mas que agem a serviço dela, como o Movimento Brasil Livre (MBL). Segundo o autor, há uma convergência entre esse conjunto de aparelhos privados de hegemonia e os intelectuais da extrema direita em torno do Golpe de 2016,

para a implementação de uma agenda ultraliberal, mas que tem fim em 2019, com o primeiro ano do governo Bolsonaro.

Kaltwasser (2014 apud ROCHA, 2015), também levanta a hipótese de uma nova direita latinoamericana, que passa a adotar diferentes estratégias frente aos avanços da esquerda na região nos anos 2000, como: estratégias não eleitorais no âmbito da sociedade civil; estratégias eleitorais partidistas existentes no âmbito do sistema político-partidário já estabelecido; estratégias eleitorais não partidistas que se relacionam à constituição de novas lideranças políticas à margem do sistema político-partidário estabelecido. Tais características estão bastante alinhadas às organizações suprapartidárias de formação e renovação política aqui analisadas.

Em um estudo de caso sobre o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), Friederichs (2020) destaca que ambos são fundados e conduzidos por empresários no período da redemocratização, com o objetivo de difundir ideias neoliberais e, segundo a autora, são característicos da "nova direita". Os institutos convergem nas posições e propostas político-econômicas, mas entre suas atividades, o IEE tem como finalidade o treinamento e a formação intelectual de empresários, prioritariamente jovens, enquanto o IL, possui um leque mais amplo, com cursos, palestras, materiais didáticos e formulação de propostas de políticas públicas, ambos com o apoio de diversas empresas e grupos empresariais.

Portanto, como observado, a atuação de organizações suprapartidárias com o objetivo de influenciar a política nacional, especialmente em direção a um modelo econômico neoliberal, não são exatamente uma novidade, mas se apresentam de formas diversas em determinados contextos históricos, adaptando suas narrativas e atuações de acordo com os objetivos e interesses a serem alcançados.

2.5 Surgimento e Caracterização dos Atores

As organizações suprapartidárias de formação e renovação política configuram um fenômeno de ascensão recente no Brasil, em que pese um grande número de material jornalístico sobre o tema, ainda são poucas as análises acadêmicas disponíveis. Alguns dos temas relacionados ao surgimento dos atores passam pelas redes de *think tanks* liberais e pelas novas direitas latinoamericanas, pois os atores analisados, de natureza híbrida, parecem figurar em um

meio termo entre *think tanks*, aparelhos privados de hegemonia, em geral de base empresarial, e partidos políticos, em especial os da nova direita latinoamericana, abarcando características comuns a ambos.

Para Miguel (2022) o rótulo de movimentos de renovação política é bastante impreciso e utilizado de formas diversas, caracterizando grupos muitas vezes heterogêneos. Moura (2019), qualifica os movimentos de renovação política como organizações híbridas pelas seguintes razões:

Primeiro, por buscarem mudanças sociais na representação eleitoral, utilizando-se principalmente de repertórios estratégicos. Segundo, fornecem serviços que visam à mudança social, como as formações dos seus membros para se candidatarem ao pleito eleitoral, construção de agendas de políticas públicas, com debates públicos e diferentes formas de mobilização e divulgação de suas agendas. Terceiro, congregam características de coletivos, ao serem compostos por membros voluntários e desenvolverem ações com participação da sociedade civil e também se caracterizam por possuir organizações formalizadas, com *staffs* técnicos e profissionais, que gerem suas organizações e são responsáveis por tomadas de decisões mais estratégicas. (MOURA, 2019, p. 92).

Conforme verificamos, as organizações suprapartidárias de formação e renovação política não são uma novidade, estando presentes em diferentes momentos históricos e políticos nacionais, mas recentemente, especialmente após as manifestações de 2013, houve uma maior proliferação e ascensão de tais organizações, com bons resultados eleitorais em 2018 e 2020¹⁵. Tais organizações se caracterizam como *think tanks*, ou seja, aparelhos privados de hegemonia, em geral de base empresarial, com algumas características da nova direita latinoamericana.

O mapeamento dos estudos recentes sobre essas organizações de renovação política no Brasil tratam de aspectos como crise de representação, a interação com a sociedade civil e com os partidos políticos, o uso das novas tecnologias, a relação com conglomerados empresariais e a confluência com organizações que atuaram politicamente em outros momentos históricos, como o complexo Ipes-Ibad, além de questionamentos em relação a sua institucionalidade e constitucionalidade, por atuarem de forma suprapartidária, integrando diversos partidos políticos na busca por ganhos eleitorais (CUNHA, 2023).

As duas organizações aqui analisadas surgem em contextos políticos e sociais bastantes distintos e isso se reflete na forma como se apresentam e também na forma como atuam.

¹⁵ Mais informações em:

<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes/grupos-de-renovacao-terao-candidatos-em-29-partidos,70003479258>
e
<https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/movimentos-de-renovacao-politica-elegem-mais-de-30-deputados-e-senadores/>. Acesso em: 27 de agosto de 2022

O fundador da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS), o empresário e bilionário Guilherme Peirão Leal, co-fundador e acionista da empresa de cosméticos Natura, foi candidato a vice presidente na chapa de Marina Silva, pelo Partido Verde, nas eleições presidenciais de 2010, nas quais Dilma Rousseff, sucessora de Lula, foi eleita, em grande parte pelo significativo capital político herdado dos bons resultados dos dois primeiros mandatos dos governos petista. A organização, que teve como inspiração a Red de Acción Política (RAP) da Argentina, começou a ser pensada logo após o pleito eleitoral e foi oficializada em 2012, com objetivo de "montar uma estrutura 'transversal' aos partidos para garimpar lideranças e formar quadros políticos"¹⁶.

Para contextualizar, a organização irmã, da Argentina, a Red de Acción Política (RAP), surgiu em 2002, como resposta às recorrentes crises do país vizinho e com o objetivo de melhorar a qualidade da democracia fortalecendo lideranças políticas alinhadas a valores como a defesa da liberdade, dos direitos humanos, a integração global, o respeito pelo estado de direito, pela propriedade privada e pelo empreendedorismo¹⁷.

De acordo com Moura (2019), a RAPS surge a partir de uma insatisfação com as estruturas partidárias em geral, para qualificar os representantes que buscavam se inserir no sistema político, por meio da formação e da criação de redes, visando assim impactar a representação política.

Segundo o perfil traçado por Corrêa (2010), a frustração com as mazelas do sistema político brasileiro surgiu muito antes na vida de Leal, ao ser dispensado sem maiores explicações de seu primeiro e único cargo público, na findada estatal Fepasa - Ferrovia Paulista S/A, pela equipe do então novo governador, Paulo Maluf, mas como diz o próprio Leal, "o mundo gira", e quando registrou sua candidatura à vice-presidência já contava com 1,19 bilhões declarados. Mas antes do retorno ao cenário político, Leal colecionou passagens por entidades da sociedade civil voltadas às causas sociais e ambientais, como Abrinq, Instituto Ethos, Movimento Nossa São Paulo, WWF, Instituto Arapyaú e Ipê, entre outros, sempre buscando "mostrar que há outras formas de mudar a vida das pessoas e fazer desenvolvimento econômico" (CORRÊA, 2010). Já na oficialização de sua candidatura, Leal fez críticas ao "loteamento de cargos públicos e a

¹⁶ Mais informações em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esta-rede-saiu-do-papel,1502331>>. Acesso em: 2 de nov. 2022

¹⁷ Mais informações em: <<https://www.rap.org.ar/es/resena-historica>>. Acesso em: 2 de nov. 2022

corrupção" porque "a força econômica governa a política e a atual forma de fazer política afastou política e o cidadão"¹⁸.

A RAPS, de acordo com seu site oficial¹⁹, visa contribuir com a melhoria da democracia brasileira e do processo político, disseminando valores como a sustentabilidade por meio do apoio e desenvolvimento de lideranças políticas na busca de soluções em rede para os problemas ambientais, sociais, econômicos e políticos do país. Desta forma, a organização aponta que já qualificou mais de 1000 pessoas, tanto no preparo de candidatos para a disputa eleitoral quanto na qualificação daqueles que já possuem mandatos. Atualmente a organização possui o Programa Líderes RAPS e o Programa Lideranças Públicas, em parceria com a Fundação Lemann, destinado a pessoas que tenham interesse em concorrer a um cargo eletivo ou que já possuam mandatos, e atua também na construção de agenda pública, com foco na sustentabilidade e na inovação, e conta com mais de 750 integrantes, em 29 partidos políticos, 228 com mandatos entre senadores, deputados federais, estaduais e distritais, vereadores, governadores, prefeitos e vice-prefeitos.

A organização busca se afastar do rótulo da renovação política, embora já tenha contado com programas destinados a esse fim, como o Jovem RAPS, que tinha por objetivo apoiar jovens lideranças, de 18 a 30 anos, com interesse em participar da política e promover ações em benefício do desenvolvimento sustentável no espaço da sociedade civil e na política institucional, estimulando a participação de "novos atores"²⁰. Outro programa da RAPS foi o de Empreendedores Cívicos, cujos objetivos eram selecionar agentes de inovação social, ampliar e potencializar a participação da sociedade civil na política²¹. Ambos os projetos foram descontinuados em 2017²², o mesmo ano em que nasce o segundo objeto de estudo desta pesquisa, o RenovaBR.

De acordo com Moura (2019), os objetivos organizacionais da RAPS, bem como a narrativa da nova política e da sustentabilidade, estão bastante próximos aos dos movimentos de renovação política mais recentes e influenciaram muitos deles.

¹⁸ Mais informações em:

<https://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/06/vice-de-marina-silva-critica-loteamento-de-cargos-e-corrupcao.html> Acesso em: 2 de nov. 2022

¹⁹ Disponível em: <<https://www.raps.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 07 nov. 2021

²⁰ Disponível em: <<https://www.raps.org.br/conheca-o-projeto-jovens-raps/>>. Acesso em 1 de jul. 2022

²¹ Disponível em: <https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2014/11/Resumo-projeto-EC-final.pdf>

²² Disponível em: <https://www.raps.org.br/linha-do-tempo/> Acesso em: 2 de nov. 2022

Ao que parece, com a ascensão de diversas organizações de mesmo perfil, de renovação política, nos últimos anos, a RAPS buscou se reinventar, se afastando assim do discurso que busca vilanizar a política e os políticos como um todo, predominante a partir dos desdobramentos de 2013, visando mais a qualificação dos quadros políticos, sendo novos ou não, do que necessariamente a renovação de indivíduos na política, marcando, como veremos, uma diferenciação importante em relação ao RenovaBR.

O RenovaBR, atua formalmente desde 2017, e assim como a RAPS também foi fundado por um empresário, Eduardo Mufarej fez parte da investidora Tarpon, que chegou a administrar bilhões e assumir o controle de empresas como a BRF (Brasil Foods), a maior no gênero alimentício no Brasil, mas que ruiu com a Operação Carne Fraca, em 2017. Apesar de jamais ter concorrido a um cargo eletivo como o colega Leal, Mufarej nunca escondeu seu engajamento político, em 2010 contribuiu com 5 mil reais para o ex-ministro do meio ambiente e então candidato a deputado federal e líder do Movimento Endireita Brasil, Ricardo Salles, foi um dos apoiadores da candidatura de Aécio Neves nas eleições presidenciais de 2014, foi favorável às manifestações pelo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e foi filiado ao Partido Novo (MAZZA, 2020). O empresário também esteve à frente da Somos Educação, que foi vendida para a Kroton em 2018, e atualmente administra a gestora Good Karma Ventures, cujo fundo de impacto visa proporcionar investimentos em empresas das áreas de mudanças climáticas, educação e saúde.²³

Com o fim da Tarpon e objetivando influenciar nos rumos da política brasileira, Mufarej passou a circular nesse meio, trocando experiências e aspirações com Guilherme Leal, fundador da RAPS, o apresentador Luciano Huck, que faz parte do Agora, a deputada Tábata Amaral, que além de integrar a RAPS e o RenovaBR, fundou o Acredito, entre outros empresários e entusiastas políticos, até lançar oficialmente o RenovaBR, em 2017, que "tão logo foi anunciado [...] ganhou o apelido de fundo eleitoral do PIB", por contar com expressivo apoio financeiro de alguns dos maiores representantes do empresariado nacional (MAZZA, 2020).

Em diversas entrevistas o idealizador do RenovaBR, Mufarej, deixa transparecer suas visões políticas e expectativas para o futuro do país. Para o empresário, que diz defender algumas

²³ Mais informações em:

<https://neofeed.com.br/blog/home/o-good-karma-de-eduardo-mufarej-com-seu-novo-fundo-de-r-400-milhoes/>

Acesso em: 3 mar. 2023

pautas de centro-direita e outras de centro-esquerda²⁴, a polarização, para ambos os lados do espectro, tem afastados a população da política e aposta em uma renovação tanto de personagens quanto de práticas no cenário, com decisões baseadas em "evidências", como seria o caso das reformas, necessárias para "recolocar o país no rumo do crescimento"²⁵. O empresário, filho de uma professora da rede pública, critica ainda a "vilanização" da categoria empresarial e defende a educação para reduzir desigualdades, para além da discussão entre liberais e progressistas²⁶.

Segundo Moura (2019), o RenovaBR se apresenta como neutro e sem preferências ideológicas, além disso enfatiza a necessidade de autonomia dos representantes em relação aos partidos, apontados como obstáculos para o exercício dos seus mandatos. Para o fundador do RenovaBR, mais do que a filiação partidária, o importante para os eleitos pelo RenovaBR é seguir quatro diretrizes: "trabalhar até o último dia de mandato, prestar contas ao eleitor, abrir mão e combater privilégios do cargo e trabalhar por uma transformação política de larga escala que priorize o interesse público" (MUFAREJ, 2018 apud MOURA, 2019).

De acordo com seu site oficial²⁷, o RenovaBR é o maior curso de formação política do Brasil e tem por objetivo selecionar, encorajar e preparar novas lideranças políticas a partir de "dados e evidências" e do diálogo com a população e "com quem realmente entende dos assuntos essenciais da política". Com mais de 2000 ex-alunos, tiveram 17 eleitos nas eleições de 2018, entre o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas, já na eleição de 2020 foram mais de 150 membros eleitos para Prefeituras e Legislativos Municipais. Ao longo do tempo, o RenovaBR ampliou sua atuação e alcance por meio de aulas online, mas com isso, suspendeu o programa de bolsas que em 2018 oferecia até 12 mil reais para que os bolsistas pudessem se dedicar à política²⁸.

Como observado, as duas organizações surgem em momentos distintos, uma anterior às manifestações de 2013 e a crise política e de representação que se seguiu, e a outra justamente em

²⁴ Mais informações em: <https://esportes.yahoo.com/noticias/em-livro-fundador-renovabr-critica-103000595.html>
Acesso em: 3 mar. 2023

²⁵ Mais informações em: <https://www.estadao.com.br/politica/discurso-polarizado-exclui-maioria-da-populacao-que-nao-e-radical-diz-fundador-do-renovabr/> Acesso em: 3 mar. 2023

²⁶ Mais informações em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2018/09/03/internas_economia.703492/ninguem-esta-satisfeito-do-mais-rico-ao-mais-pobre-diz-eduardo-muf.shtml Acesso em: 3 mar. 2023

²⁷ Disponível em: <https://renovabr.org/quem-somos> Acesso em: 3 mar. 2023

²⁸ Mais informações em: <https://www.istoedinheiro.com.br/dialogo-e-caminho-para-fugir-da-polarizacao-diz-fundador-do-renovabr/> Acesso em: 3 mar. 2023

meio a estas crises, já no governo de Michel Temer, após a massificação das manifestações e o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, apoiado por diversos setores da sociedade. Na atuação prática, ambas oferecem cursos de formação política, mas a diferença mais evidente é em relação a quem se destina tal formação. Enquanto a RAPS integra estreantes e veteranos da política nos seus quadros, o RenovaBR permite apenas os novatos. Também resta clara uma diferença no perfil de seus fundadores, em que pese ambos compartilhem bases empresariais, suas atuações, tanto profissionais como nas causas que defendem, demonstram algumas particularidades, com Leal atuando mais no cenário ambiental e social e Mufarej apostando na educação como bandeira, mas inserida em um referencial de cunho neoliberal.

Nas eleições de 2022, onde Bolsonaro tentou a reeleição contra o ex-presidente Lula, Leal declarou apoio à Lula no segundo turno²⁹, enquanto Mufarej preferiu não se posicionar, em que pese seu arrependimento em relação ao voto despendido à Bolsonaro no segundo turno de 2018, o que o fundador do RenovaBR justifica pela afinidade com a proposta econômica do então candidato, materializada na figura de seu Ministro da Economia, Paulo Guedes³⁰.

2.5.1 Referencial Político-Social

Um referencial pode ser definido como a "representação do lugar e do papel de um determinado domínio ou setor na sociedade" (MULLER; JOBERT, 1987, p. 68 apud TOMAZINI, 2018, p. 29) e podem ser divididos em quatro níveis: valores, normas, algoritmos e imagens.

Valores dizem respeito às representações fundamentais sobre o que é considerado desejável à ação pública de modo geral (como equidade e igualdade ou crescimento e sustentabilidade). Normas de ação se referem às lacunas entre a realidade e esses padrões desejados, designando assim os princípios de ação (como por exemplo “é necessário diminuir os custos das despesas médicas” ou “é necessário modernizar as leis trabalhistas”). Algoritmos exprimem as relações causais geralmente sob a forma “se..., então” (por exemplo, “se o governo descentralizar políticas assistenciais, elas serão então mais eficazes porque estarão mais próximas dos beneficiários e dos gestores locais”). Imagens constituem a parte central do referencial por fazer sentido imediatamente sem passar por “desvios discursivos” (Muller, 1995: 159). O exemplo

²⁹ Mais informações em:

<https://valor.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/07/guilherme-leal-da-natura-declara-voto-em-lula-no-segundo-turno.ghtml>

³⁰ Mais informações em:

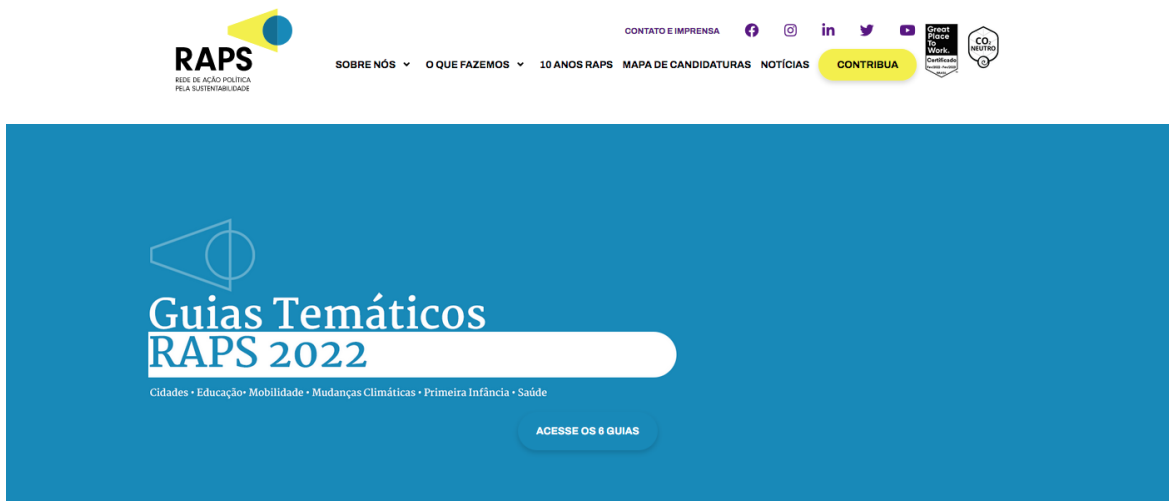
<https://veja.abril.com.br/paginas-amarelas/eduardo-mufarej-idealizador-do-renovabr-politica-e-missao/>

clássico utilizado na literatura é a imagem de um jovem agricultor dinâmico em seu trator que transmite a ideia da modernização (Muller, 1995). (TOMAZINI, 2018, p. 30).

Para melhor compreender sobre as duas organizações analisadas, buscou-se, por meio de seus sites oficiais e redes sociais, ou seja, através da sua comunicação institucional, informações que permitam inferir sobre quais referenciais políticos e sociais estão predominantemente assentadas as suas bases. Importante ressaltar que tal análise trata de uma fotografia, isto é, um recorte temporalmente localizado da imagem pública transmitida pelas organizações suprapartidárias³¹. Como vimos anteriormente, ambas as organizações surgiram em contextos diversos e passaram por mudanças ao longo do seu tempo de existência.

Em relação à identidade visual, ambas as organizações optam por cores que remetem a bandeira brasileira, com a RAPS priorizando o azul e o amarelo, e o RenovaBR destacando também o azul, mas combinado com o verde *neon*, conforme imagens 1 e 2, remetendo assim a uma ideia de nacionalismo e valorização da bandeira. Enquanto a imagem inicial da RAPS consiste em um link para seus Guias Temáticos, ou seja, suas propostas programáticas, o RenovaBR apresenta como imagem inicial um caderno sendo escrito, remetendo mais uma vez a bandeira da educação.

Imagem 1 - Site da RAPS



Fonte: RAPS

³¹ Disponível em: <https://renovabr.org/> e <https://www.raps.org.br/>. Acesso em: 28 mar. 2023.

Imagem 2 - Site do RENOVARBR



Fonte: RENOVARBR

A página "sobre nós", da RAPS, apresenta como primeiro item o seu manifesto, que destaca as possibilidades de um mundo melhor por meio da política, com uma mensagem de esperança e de chamada à ação conjunta.

A gente é o que a gente acredita.
 E a gente acredita que um mundo melhor é possível.
 A gente acredita que a política tem o poder de mudar a vida das pessoas.
 Que todos nascemos livres e iguais em direito e dignidade.
 Que num país como o Brasil, as melhores políticas são aquelas que combatem as desigualdades.
 Que educação, ciência e tecnologia são os investimentos capazes de nos colocar no século 21.
 Que a mudança do clima é a agenda política do século 21.
 Que produção e conservação ambiental não são excludentes.
 A gente acredita que é impossível fazer a diferença sozinho.
 Que diálogo e cooperação entre políticos é possível.
 Que bons políticos são movidos por propósito.
 Que boas políticas são baseadas em evidências.
 Que a democracia nunca deve sair de moda.
 E que ela se faz no encontro entre os iguais e os diferentes.
 A gente acredita que a política tem o poder de mudar a vida das pessoas.
 Que uma democracia melhor se faz com lideranças políticas melhores.
 E se a gente é o que a gente acredita, a gente acredita que uma democracia melhor é possível com você (RAPS, 2023).

Já o RenovaBR, na página "quem somos", destaca, como sendo os princípios que os movem, o conhecimento, a independência, a transparência, a democracia e a representatividade. Ambas as organizações apresentam um histórico de suas trajetórias, com a RAPS ressaltando

seus 10 anos de atuação. Também é possível localizar uma página de transparência, com a publicação dos relatórios anuais de atividades das organizações, auditorias financeiras e outros documentos.

A RAPS apresenta uma página com uma extensa listagem de parceiros. As parcerias institucionais de 2020/2021 são compostas por Instituto Arapyáú, Fundação Lemann, Instituto Clima e Sociedade e Fundação Galo da Manhã, já entre os parceiros programáticos alguns dos nomes que compõem a lista são Fundação Fernando Henrique Cardoso, Instituto Alana, Instituto Votorantim, Todos pela Educação, Insper, FGV, Instituto Ethos, Programa Cidades Sustentáveis, União Amazônia Viva, Centro Ruth Cardoso, Rede Nossa São Paulo, Instituto Alzirias, Bússola Tech, Colab, Coalizão Brasil, entre outros que podem ser observados na Tabela 2.

Tabela 2 - Parcerias RAPS

PARCERIAS INSTITUCIONAIS DE 2020/2021	BREVE DESCRIÇÃO
Instituto Arapyáú	Instituição filantrópica brasileira, que promove o desenvolvimento baseado na valorização das dimensões natural, social e econômica
Fundação Lemann	Uma organização de filantropia familiar, nascida em 2002, a partir do desejo de construir um Brasil mais justo e avançado, que atua em dois pilares estratégicos, Educação e Lideranças, para impulsionar nossa gente e gerar mudanças reais
Instituto Clima e Sociedade	Uma organização filantrópica que apoia projetos e instituições que visam o fortalecimento da economia brasileira e do posicionamento geopolítico do país, além da redução da desigualdade por meio do enfrentamento das mudanças climáticas e soluções sustentáveis
Fundação Galo da Manhã	Instituto de investimento social privado criado para apoiar organizações que atuam no fortalecimento da sociedade civil e na redução de injustiças, em especial contra populações vulneráveis

PARCEIROS PROGRAMÁTICOS 2020/2021	BREVE DESCRIÇÃO
Sigalei	Tecnologia especializada para ajudar sua organização a mapear, com rapidez, todas as informações políticas e regulatórias relevantes nos diários oficiais, casas legislativas, sites oficiais, mídia e redes sociais
Um Brasil	Plataforma da Fecomercio SP, entidade que representa o empresariado paulista e batalha por um ambiente de negócios mais simples e justo. Por meio desta plataforma, a entidade excede as discussões relativas ao campo laboral e ocupa, também, o campo das ideias, ao discutir os rumos do País, seus problemas e soluções
Fundação Fernando Henrique Cardoso	Centro de memória histórica e lugar de debates sobre a democracia e o desenvolvimento, visando contribuir para ampliar a compreensão e disseminar conhecimento sobre o País e seus desafios, com os olhos abertos para o mundo
ACA Brasil	Coalizão de atores subnacionais e não-estatais dedicados a agir para que o Brasil cumpra com os compromissos pactuados no Acordo de Paris e colaborar para que sejam ainda mais ambiciosos
Instituto Update	Uma organização que estuda e fomenta a inovação política na América Latina
Pacto Pela Democracia	Uma iniciativa da sociedade civil brasileira voltada à defesa e ao aprimoramento da vida política e democrática no Brasil
Coalizão Brasil - Clima, Floresta e Agricultura	Movimento composto por mais de 300 representantes do setor privado, setor financeiro, academia e sociedade civil, em prol da liderança do Brasil em uma nova economia de baixo carbono, competitiva, responsável e inclusiva
Fundação Maria Cecília Souto Vidigal	Desenvolver a criança para desenvolver a sociedade, a partir de quatro prioridades: mobilizar as lideranças públicas, sociais e privadas; sensibilizar a sociedade;

	fortalecer as funções dos pais e dos adultos responsáveis pelas crianças e melhorar a qualidade da educação infantil no nosso país
Instituto Alana	Organização de impacto socioambiental que promove e inspira um mundo melhor para as crianças. Um mundo mais justo, inclusivo, igualitário e plural, a partir de três esferas interligadas, interdependentes, de atuação convergente: um Instituto, uma Fundação e um Núcleo de Negócios de Entretenimento de Impacto
Instituto Democracia e Sustentabilidade	Uma organização que busca pautar os temas democracia e sustentabilidade como indissociáveis, uma vez que as práticas sustentáveis fortalecem os valores democráticos
Instituto Votorantim	Um centro de inteligência aplicada que tem como propósito impulsionar negócios para construir um futuro sustentável
República.org	Um instituto dedicado a melhorar a gestão de pessoas no serviço público do Brasil, que atua por meio de uma filantropia apartidária, não corporativa e antirracista, pautada pelo fortalecimento da democracia brasileira
Rede Nossa São Paulo	Uma organização da sociedade civil que tem por missão mobilizar diversos segmentos da sociedade para, em parceria com instituições públicas e privadas, construir e se comprometer com uma agenda e um conjunto de metas, articular e promover ações, visando a uma cidade de São Paulo justa, democrática e sustentável
Agenda Pública	Uma organização orientada por resultados e geração de impactos em escala que dão resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil, implementamos soluções, aprimorando a governança e desenvolvendo equipes intersetoriais para fazer acontecer serviços públicos mais simples, inteligentes

	e humanos
CLP - Centro de Lideranças Públicas	Uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil
Colab	Com o Colab, você faz parte do dia a dia da cidade e assume uma postura ativa na formação de políticas públicas. Ao participar das decisões da prefeitura, você também colabora com a construção de uma sociedade melhor
Datapedia	Foi fundada em 2015 com a missão de unificar, traduzir e disseminar informações de bases públicas e oficiais
ICLEI - Governos Locais Pela Sustentabilidade	É uma rede global de mais de 2.500 governos locais e regionais comprometida com o desenvolvimento urbano sustentável
Arq.Futuro	Congrega pesquisadores e profissionais de diferentes áreas, em um movimento multidisciplinaridade que resulta na formação de uma importante base de conhecimentos sobre inovação urbana no Brasil e na América Latina, com foco no urbanismo social
IEPS - Instituto de Estudos para Políticas de Saúde	Organização sem fins lucrativos, independente e apartidária, com escritórios em São Paulo e no Rio de Janeiro, com objetivo de contribuir para o aprimoramento das políticas públicas para a saúde no Brasil
ITS - Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio	A missão do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS) é assegurar que o Brasil e o Sul Global respondam de maneira criativa e apropriada às oportunidades fornecidas pela tecnologia na era digital, e que seus potenciais benefícios sejam amplamente compartilhados pela sociedade.
ITDP - Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento	Fundado em 1985 nos Estados Unidos por ativistas pró-mobilidade sustentável, o Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento (ITDP) tornou-se ao longo dos seus 30 anos de atuação uma das

	organizações que lideram atualmente o debate, as ações e políticas para a promoção de transportes sustentáveis em todo o mundo
Todos Pela Educação	Uma organização da sociedade civil com um único objetivo: mudar para valer a qualidade da Educação Básica no Brasil
INSPER - Instituto de Ensino e Pesquisa	Instituição sem fins lucrativos, dedicada ao ensino e à pesquisa
Revista Problemas Brasileiros	Entrevistas e debates sobre os desafios político-econômicos e culturais do País
Fecomercio SP	Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de SP. Reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o empreendedorismo
99 app	Aplicativo de transporte individual
Bússola Tech	É uma organização global que atua na promoção da modernização institucional e transformação digital no ecossistema legislativo, por meio da diplomacia parlamentar e da cooperação
Mandato Ativo	Consultoria pioneira em planejamento estratégico voltado para inovação de mandatos parlamentares e partidos políticos que procuram otimizar seus processos internos e sua atuação política em busca de maior conexão com a sociedade
Gove	Uma GovTech que trabalha para transformar o jeito que gestores públicos municipais tomam suas decisões diárias
Programa Cidades Sustentáveis	É uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal
Instituto Ethos	OSCIP cuja missão é mobilizar, sensibilizar e ajudar as empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável, tornando-as parceiras na construção de uma sociedade justa e sustentável

União Amazônia Viva	Um movimento voluntário composto por cidadãos e organizações não governamentais que atuam na região há décadas e que se uniram por uma causa comum e urgente
Columbia Global Centers - Rio de Janeiro	Promove e facilita o engajamento colaborativo e de impacto de docentes, alunos e ex-alunos de universidades do mundo todo para compreender e enfrentar os desafios globais
Uma Concertação Pela Amazônia	Uma rede ampla, diversa e plural de pessoas, instituições e empresas formada para buscar soluções para a conservação e o desenvolvimento sustentável desse território e a melhoria da qualidade de vida daqueles que vivem nele
CBC - Centro Brasil no Clima	Organização apartidária, que trabalha para impulsionar a descarbonização da economia brasileira e proteger a biodiversidade
Centro Ruth Cardoso	Polo de geração e disseminação de conhecimento, estimulando debates sobre temáticas contemporâneas, buscamos articular abordagens, linguagens e saberes diversos, de modo a produzir entendimentos críticos, amplos e plurais sobre as questões sociais brasileiras
Instituto Alziras	Uma organização sem fins lucrativos com a missão de ampliar e fortalecer a presença de mulheres, em toda sua diversidade, na política e na gestão pública
FGV CES - Centro de Estudos em Sustentabilidade	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
FGV EESP - Escola de Economia de São Paulo	Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas
FGV EAESP - Escola de Administração de Empresas de São Paulo	Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas

Fonte: elaboração própria a partir dos site oficial da RAPS e de seus parceiros

No seu relatório anual de 2019³², o RenovaBR apresenta, além da lista de pessoas físicas doadoras, uma lista de empresas, como Gol Linhas Aéreas, Kroll, Kallas, Moip e Orbium, e instituições, como Politize, Comunitas e o Centro de Lideranças Públicas (CLP), conforme Tabela 3.

Tabela 3 - Doadores RENOVARBR

DOADORES	BREVE DESCRIÇÃO
Kroll ³³	Multinacional especializada em prevenir, monitorar, investigar e remediar riscos corporativos, abordando os problemas de cada cliente com soluções customizadas
Kallas Mídia OOH	Uma das maiores empresas de mídia out of home (mídia exterior) do país
Gol	Companhia aérea
Locomotiva Pesquisa e Estratégia	O Instituto Locomotiva nasce para transformar resultados de pesquisas em conhecimento, estratégia e ações para empresas, instituições públicas e organizações do terceiro setor, com foco em entender o que levou ao momento da investigação e quais são as tendências e oportunidades para o futuro
Politize	Uma organização da sociedade civil que trabalha para que cada vez mais pessoas se interessem pela política, aumentando a participação cidadã
CLP - Centro de Lideranças Públicas	Uma organização suprapartidária que busca engajar a sociedade e desenvolver líderes públicos para enfrentar os problemas mais urgentes do Brasil
Orbium Soluções Interativas	Uma empresa de tecnologia 100% brasileira com o

³² Disponível em:

https://wordpress.renovabr.org/wp-content/uploads/2022/05/relatorio_anual-2019-renova-atualizado.pdf

³³ Esteve envolvida na Operação Satiagraha da Polícia Federal, que prendeu políticos acusados de desvio de verbas públicas e crimes financeiros. Mais informações em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL639895-9356,00-ENTENDA+A+OPERACAO+SATIAGRAHA+DA+POLICIA+FEDERAL.html. Acesso em 19 mai. 2023.

	intuito de transformar a forma como os clientes são atendidos
Moip	Um facilitador de pagamentos online que oferece soluções simples e customizadas para e-commerces, serviços de assinaturas, marketplaces e afins
Comunitas	Organização da sociedade civil que procura estimular parcerias inovadoras entre setor privado e poder público
Vella Pugliese Buosi Guidoni	Um escritório de advocacia global e inovador, full service e com uma abordagem ágil e colaborativa

Fonte: elaboração própria a partir dos site oficial do RENOVABR e de seus doadores

Em relação à estrutura organizacional, a RAPS é composta por Assembléia Geral, Conselho Diretor, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho de Ética. Os nomes que compõem o Conselho Diretor são: o fundador Guilherme Leal, Álvaro De Souza, ligado ao Banco Santander, a advogada da área de impacto social Marcella Monteiro de Barros, Raul Santiago, profissional da área criativa e de impacto social e cultural, o professor de direito ambiental Fernando Rei, o CEO de consultoria empresarial Jean Pierre Zarouk, a especialista em liderança executiva para o terceiro setor Helen Pedroso e Lucia Dellagnelo, diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB). A Diretora Executiva é a cientista política Mônica Sodré. Entre os 15 nomes que ocupam os principais cargos da organização, seis são de mulheres.

Tabela 4 - Cargos de Liderança RAPS

CARGO	NOME	BREVE DESCRIÇÃO
Conselho Diretor - Presidente	Guilherme Leal	Empreendedor socioambiental, co-fundador e co-presidente do conselho da Natura &Co, um dos maiores grupos de beleza do mundo, composto pelas marcas Natura, Avon, The Body Shop e AESOP. É também investidor em negócios de impacto em áreas como manejo florestal, agricultura

		sustentável, energias renováveis e gestão urbana. Participou da criação e promoção de diversas organizações, entre elas a RAPS
Conselho Diretor - Vice-Presidente	Álvaro de Souza	Diretor da AdS - Gestão, Consultoria e Investimentos Ltda. É presidente do Conselho de Administração do Banco Santander Brasil e membro do Conselho de Administração Global do Banco Santander na Espanha. Desenvolveu sua carreira nas áreas de banco de investimentos em diferentes empresas. É conselheiro certificado pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
Conselho Diretor	Marcella Monteiro de Barros	É advogada e trabalha há cerca de 10 anos com o terceiro setor, empreendedorismo e práticas de investimento e impacto social. Atual Head de Impacto Social da XP Investimentos. Antes disso, no terceiro setor, teve passagem pela Endeavor, como coordenadora da Semana Global de Empreendedorismo de 2012 a 2013, e pelo Greenpeace, como presidente do conselho de 2017 a 2019
Conselho Diretor	Raull Santiago	É um dos 50 profissionais mais criativos do Brasil segundo a revista WIRED BR (2020). Trabalha como gestor de projetos sociais do terceiro setor, produtor cultural, consultor de marketing, empresário, ativista pelos direitos humanos, mudanças climáticas, negritudes e vida na favela. É CEO da Agência Brecha - Hub de Favela, desde 2020, e da PerifaConnection, desde 2016

Conselho Diretor	Fernando Rei	Professor titular de Direito Ambiental da FAAP e professor associado do Programa de Doutorado em Direito Ambiental Internacional da Universidade Católica de Santos. É diretor científico da Sociedade Brasileira de Direito Internacional do Meio Ambiente - SBDIMA, foi por duas vezes Presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB e é conselheiro da The Network of Regional Governments for Sustainable development (nrg4SD).
Conselho Diretor	Jean Pierre Zarouk	É CEO da Tavli Consultoria Empresarial e membro do Graduate Executive Board - Latin America of the Wharton School. Atuou como investment banker por 26 anos.
Conselho Diretor	Helen Pedroso	Formada em Psicologia, atualmente cursando o MBA em Gestão de Saúde, tem MBA em Gestão de Negócios Sustentáveis, especialização em Liderança Executiva para o Terceiro Setor e é certificada pela Board Source sobre engajamento de Conselhos. Com grande experiência na área Social, atuou nacional e internacionalmente em diversas organizações sociais. Foi membro fundador do Conselho Brasileiro de Voluntariado Empresarial e em 2021 assumiu a Diretoria Institucional da Rede Brasil do Pacto Global.
Conselho Diretor	Lucia Dellagnelo	Diretora-presidente do Centro de Inovação para a Educação Brasileira (CIEB), é doutora e mestre em Educação pela Universidade de Harvard (EUA). Foi Secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável em Santa Catarina, onde criou o Cluster de Inovação na Educação. Integra o júri

		internacional do Prêmio UNESCO de Tecnologia na Educação e atua como consultora de organizações nacionais e internacionais na área de educação e desenvolvimento territorial.
Diretora Executiva	Mônica Sodré	Cientista política e mestre, com doutorado em Relações Internacionais. É membro do Conselho Consultivo do Instituto Ruth Cardoso, foi professora de pós-graduação em Ciência Política e atuou como consultora de projetos para organizações privadas e da sociedade civil em temas como sistema político, eleitoral e partidário brasileiro e relações entre Executivo e Legislativo
Conselho Fiscal	Jorge Roberto Manoel	Graduado em Ciências Contábeis e Administração de Empresas, com MBA em Finanças e em Conhecimento, Tecnologia e Inovação, também tem mestrado em Governança Corporativa, com especialização em Governança Corporativa pela Yale School of Management (USA). Tem mais de 30 anos de experiência em cargos de liderança na PwC Brasil e no fórum global de decisões da empresa. É vice-coordenador da Comissão de Finanças e Contabilidade do IBGC, membro do Comitê de Auditoria da Natura Cosméticos S/A, da GBT Latin America, da Caixa Econômica Federal, da MDias Branco, e membro do Comitê Especial de Investigação da BRF. Foi membro do Comitê de Auditoria da Vale S/A até 2017
Conselho Fiscal	Lucilene Silva Prado	Advogada, sócia de Derraik e Menezes Advogados responsável pelas práticas de direito tributário, pela assessoria jurídica e de governança ao terceiro setor (Institutos e Fundações), aconselhamento e

		planejamento da governança patrimonial de famílias. É professora do Insper, foi diretora jurídica da Natura e é membro do Conselho de Administração do Instituto Semeia
Conselho Fiscal	Luiz Carlos Passetti	Sócio sênior na EY e bacharel em Ciências Contábeis, tem curso em Corporate Finance e Gestão Estratégica de Negócios. Mais de 30 anos de experiência na prestação de serviços de auditoria e consultoria em empresas de diversos segmentos da economia. É membro do Comitê de Global Accounts da EY Global e do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon)
Conselho de Ética	Jorge Caldeira	Escritor, doutor em Ciência Política, mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais. Autor, entre outros, dos livros “Mauá, empresário do Império”, “O Banqueiro do Sertão”, “História do Brasil com Empreendedores” e “História da Riqueza no Brasil”. Ocupa a cadeira nº 18 da Academia Paulista de Letras.
Conselho de Ética	Naila Nucci	Advogada especialista em Direito Processual Penal e em Direito de Família e Mediação de Conflitos pelo Instituto de Família. Professora e coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade de Direito da FAAP e autora da obra “Prática Forense Penal”
Conselho de Ética	Ricardo Corazza Cury	Advogado militante há 18 anos na área do Direito Público, tendo atuado em diversas campanhas eleitorais. Graduado e mestre, professor de graduação e pós-graduação em Direito, é também palestrante em entidades de classe e de formação política e profissional

Fonte: elaboração própria a partir dos site oficial da RAPS

O RenovaBR apresenta os integrantes dos seus quadros divididos entre equipe, professores e Conselho Consultivo. A CEO é Patrícia Audi, da área de gestão pública e governança, com passagem como Secretária de Transparência e Prevenção à Corrupção³⁴. A lista de professores inclui Roberta Teles, na prevenção e gestão de crises, Eloá Monsores, em gente e gestão, Ionatan Gottfried, em projetos especiais, Sonia Lota, na área de estratégias de negociação, e Whashington Fajardo, responsável pelo case da cidade do Rio de Janeiro. Por fim, o Conselho Consultivo conta com o fundador Eduardo Mufarej, o co-fundador Wolff Klabin, Mafoane Odara, da empresa Meta, Ana Carla Abrão, economista na Wyman Brasil, Cristina Junqueira, co-fundadora do Nubank, Christiane da Silva Pinto, gerente de marketing no Google Brasil, o apresentador Luciano Huck, o economista e ex-governador Paulo Hartung, Jean-Marc Etlin, da CVC Capital Partners, Daniel Goldberg, da Lumina Capital Management, e Claudio Szajman, presidente do Grupo VR. Entre os 20 nomes que ocupam os principais cargos da organização, nove são de mulheres.

Tabela 5 - Cargos de Liderança RENOVARBR

CARGO	NOME	BREVE DESCRIÇÃO
Conselho Consultivo	Eduardo Mufarej	Fundador do RenovaBR
Conselho Consultivo	Wolff Klabin	Co-fundador do RenovaBR, PREP-Estudar Fora e Movimento União Rio. Sócio fundador da Alexia Ventures e Conselheiro da Klabin S.A.
Conselho Consultivo	Mafoane Odara	Líder de Recursos Humanos para América Latina na empresa Meta
Conselho Consultivo	Ana Carla Abrão	Economista e Líder de Mercado na Oliver Wyman no Brasil
Conselho Consultivo	Cristina Junqueira	Co-fundadora do Nubank
Conselho Consultivo	Cristiane Silva Pinto	Gerente de Marketing no Google Brasil e Fundadora do Comitê AfroGooglers
Conselho Consultivo	Luciano Huck	Apresentador de TV, empreendedor e

³⁴ Houve uma mudança no cargo entre março e maio de 2023. Até pouco tempo atrás o cargo de Diretora Executiva era ocupado por Irina Bullara, da área financeira e com passagem pela Somos Educação.

		filantropo
Conselho Consultivo	Paulo Hartung	Economista, ex-Governador do Espírito Santo e Presidente da IBÁ
Conselho Consultivo	Jean-Marc Etlin	Chairman América Latina da CVC Capital Partners
Conselho Consultivo	Daniel Goldberg	CIO/Managing Partner da Lumina Capital Management
Conselho Consultivo	Claudio Szajman	Presidente do Grupo VR
CEO	Patricia Audi	Bacharel em Administração de Empresas e especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental. Foi Secretária de Transparência e Prevenção à Corrupção no Ministério da Transparência, entre outros cargos públicos. Atua no como Superintendente Executiva do Santander Brasil desde 2018
Diretor de Operações	Rodrigo Cobra	Graduado em Administração Pública, foi Vice-Presidente da Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas. Trabalhou na Prefeitura de Lavras como trainee da Vetor Brasil
Diretora de Comunicação	Naara Normande	Mestre em Comunicação e Cultura Contemporânea, formada pelo Master em Liderança e Gestão Pública do CLP, especialista em jornalismo. Possui uma trajetória em campanhas e em mandatos legislativos com projetos estratégicos de comunicação política
Diretor de Educação	José Henrique	Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e Mestrando em Gestão e Políticas Públicas, com trajetória em governos, consultorias e terceiro setor
Professora - Prevenção e Gestão de Crises	Roberta Teles	sem descrição

Professora - Gente e Gestão	Eloá Monsores	sem descrição
Professor - Projetos Especiais	Ionatan Gottfried	sem descrição
Professora - Estratégias de Negociação	Sonia Lota	sem descrição
Professor - Case Cidade do Rio de Janeiro	Whashington Farjado	sem descrição

Fonte: elaboração própria a partir do site oficial do RENOVARBR

É possível observar uma diferenciação entre o perfil do Conselho Diretor da RAPS, com mais nomes ligados ao tema de impacto social e ambiental, terceiro setor, e do Conselho Consultivo do RenovaBR, onde predominam as áreas empresariais e financeiras. O mesmo ocorre no perfil dos parceiros e doadores, com a RAPS atuando em conjunto especialmente com Fundações e Organizações de Impacto Social e com o RenovaBR recebendo apoio de empresas privadas.

Ambos os websites oficiais também fornecem os links de direcionamento para as mesmas cinco redes sociais das organizações: Youtube, Twitter, Facebook, Instagram e LinkedIn. No Youtube, a RAPS apresenta seu manifesto como vídeo inicial e utiliza o *slogan* "Por uma política que transforme. Que inspire. Que inove." como imagem de capa. Já o RenovaBR, trás uma série sobre renovação como vídeo destacado e o *slogan* "há linhas que nos dividem, mas uma nos alinha: democracia" na imagem de capa do canal.

Imagem 3 - Página Inicial Youtube RAPS

Por uma política
que transforme.
que inspire.
que inove.

RAPS Brasil
@RapsBrasil 1,39 mil inscritos 289 vídeos
Inscrever-se

Aprimorando a democracia e disseminando o compromisso com a susten... >

INÍCIO VÍDEOS AO VIVO PLAYLISTS COMUNIDADE CANAIS SOBRE >

Nosso Manifesto | A gente é o que a gente acredita
A gente é o que a gente acredita.

Nosso Manifesto | A gente é o que a gente acredita
1.147 visualizações • há 1 ano

A Rede de Ação Política pela Sustentabilidade – RAPS é uma organização apartidária criada em 2012 com a missão de contribuir para a melhoria da democracia e do processo político brasileiro e de disseminar o compromisso com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável na política institucional. Nós fazemos isso por meio de apoio, conexão e

Fonte: Youtube

Imagem 4 - Página Inicial Youtube RENOVABR

HÁ LINHAS QUE NOS DIVIDEM,
MAS UMA NOS ALINHA:
DEMOCRACIA

RenovaBR
@RenovaBR 12,6 mil inscritos 290 vídeos
Inscrever-se

Seja bem-vindo(a) ao canal onde a boa política é uma prática constante e ... >

INÍCIO VÍDEOS SHORTS AO VIVO PLAYLISTS COMUNIDADE CANAIS SOBRE >

DÁ PRA RENOVAR ATÉ 2030? ESTÁ NO AR A 2ª TEMPORADA ...
ESTÁ NO AR

DÁ PRA RENOVAR ATÉ 2030? ESTÁ NO AR A 2ª TEMPORADA ...
38.154 visualizações • há 10 meses

É possível debater política com tolerância e respeito? Renova Conscientização prova que sim! Inscreva-se no canal e confira toda semana um novo episódio da 2ª temporada da série "Dá pra renovar até 2030?"! Não esqueça de curtir e compartilhar!

Fonte: Youtube

Percorrendo o canal no Youtube de ambas as organizações até os primeiros vídeos postados, verificamos que a RAPS inicia, 10 anos atrás, com as aulas ministradas para o curso intitulado "Candidatos pela Sustentabilidade", enquanto os dois primeiros vídeos do RenovaBR são uma chamada intitulada "O Brasil tem jeito" e uma entrevista de seu fundador concedida à Rede TV, ambos datados de 5 anos atrás. Podemos inferir a partir disso que o RenovaBR teve maior preocupação em se apresentar nos primeiros vídeos de seu canal no Youtube, enquanto a RAPS utilizou a plataforma, inicialmente, para difundir seu conteúdo programático.

Imagem 5 - Vídeos Antigos Youtube RAPS



RAPS | Curso de Candidatos pela Sustentabilidade | Depoimentos

322 visualizações • há 10 anos



RAPS | Steve Jarding | Curso de Candidatos pela Sustentabilidade |...

660 visualizações • há 10 anos



RAPS | Steve Jarding | Curso de Candidatos pela Sustentabilidade |...

187 visualizações • há 10 anos



RAPS | Maurício Brusadin | Curso de Candidatos pela Sustentabilidade

368 visualizações • há 10 anos

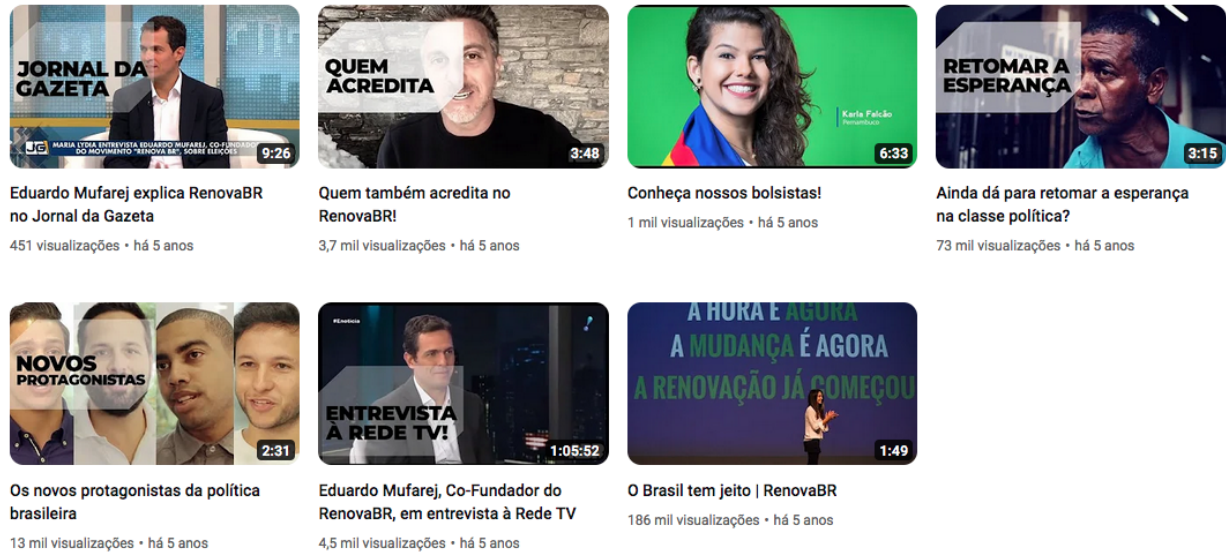


RAPS | Rodrigo Lugones | Curso de Candidatos pela Sustentabilidade

353 visualizações • há 10 anos

Fonte: Youtube

Imagem 6 - Vídeos Antigos Youtube RENOVARBR



Fonte: Youtube

Verificando as demais redes sociais das organizações, é possível observar que o RenovaBR acumula mais de 257 mil seguidores em suas redes, significativamente mais do que a RAPS, com 60 mil seguidores totais, o que demonstra maior engajamento.

Tabela 6 - Redes Sociais RAPS e RENOVARBR

REDES SOCIAIS		RAPS	<u>RENOVARBR</u>
YOUTUBE	Seguidores	1,3 mil	12,6 mil
	Postagens	289	290
TWITTER	Seguidores	5,9 mil	18,3 mil
	Postagens	3.701	2.044
INSTAGRAM	Seguidores	31,8 mil	130 mil
	Postagens	1.098	1.449
FACEBOOK	Seguidores	21 mil	97 mil

Fonte: elaboração própria a partir da consulta às redes sociais das organizações em 28/03/2023

As últimas postagens de cada uma das organizações em suas redes sociais também fornecem alguns elementos para compreensão das suas prioridades. No caso do Twitter, a última postagem da RAPS foi uma palestra sobre violência e democracia, promovida pela organização, enquanto o último post do RenovaBR na rede foi uma repostagem da Deputada Estadual eleita por São Paulo, Rosângela Moro, participando da primeira edição da Formação para Mandatos, ofertada pelo RenovaBR aos parlamentares eleitos em 2022. No Facebook, a postagem mais recente da RAPS foi sobre o Programa Lideranças Políticas pelo Clima, em colaboração internacional com a Dinamarca, enquanto o RenovaBR também utilizou esta rede para divulgação da Formação para Mandatos. No Instagram, rede onde ambas as organizações possuem maior volume de seguidores, a RAPS, trouxe um projeto de lei contra o assédio e o RenovaBR apresenta uma fala de Adriana Mallezan, ex-aluna Renova e atual Diretora da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Sergipe.

Por fim, no LinkedIn, conforme Tabela 7, embora possuam muitas semelhanças, as organizações divergem em relação aos setores de atuação e às suas especializações. Enquanto a RAPS se define como organização política, o RenovaBR se denomina uma organização cívica e social. Entre as especializações destacadas ambas atendem demandas políticas e de formação, por outro lado, a RAPS acrescenta capacidades em democracia, sustentabilidade, amizade cívica, ética, transparência, desenvolvimento sustentável e mudança climática, enquanto RenovaBR trata também de educação, eleições e gestão pública.

Tabela 7 - LinkedIn RAPS e RENOVABR

LINKEDIN	RAPS	RENOVABR
Setores	Organizações políticas	Organizações cívicas e sociais
Tamanho	11-50 funcionários	11-50 funcionários
Sede	São Paulo	São Paulo
Tipo	Sem fins lucrativos	Sem fins lucrativos
Fundação	2012	2017

Especializações	Política, Democracia, Formação, Sustentabilidade, Amizade Cívica, Ética, Transparência, Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática	Formação, Treinamento, Educação, Política, Eleições e Gestão Pública
-----------------	---	--

Fonte: elaboração própria a partir da consulta ao LinkedIn das organizações em 28/03/2023

Os programas da RAPS visam capacitar e desenvolver líderes políticos preparados para resolver problemas desafios econômicos, sociais e ambientais, por meio de formação teórica e prática, passando por temas como estruturação de equipes, comunicação, marketing digital, captação e mobilização de recursos, estratégia e inteligência política, sustentabilidade e clima, combate às fake news e outros. Já as aulas do RenovaBR englobam as temáticas políticas públicas, comunicação política, organização de campanha, governança e governabilidade, com o objetivo de qualificar seus membros como agentes da transformação política, oferecendo as ferramentas necessárias para solucionar os desafios do Brasil e das cidades.

A primeira turma do curso de formação do RenovaBR, com mais de 100 alunos, iniciou sua formação em janeiro de 2018, na sede da Sociedade Brasileira de Coaching, a SBCoaching, e foi recepcionada pelo seu fundador, Mufarej, e por nomes como da ex senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) e do jurista Márlon Reis, responsável pela lei da Ficha Limpa, que falaram sobre ética na política³⁵. Já o curso RenovaBR Cidades, teve início em 2019 e incluiu em seu conteúdo programático uma ampla gama de temas, divididos em quatro blocos: 1. Introdução, que apresenta o Renova, o contexto político brasileiro atual e a organização do Estado e dos Poderes; 2. Desafios dos municípios, como finanças, educação, saúde, planejamento urbano e mobilidade, saneamento e fiscalização; 3. Comunicação política, passando por tópicos como "real politik", posicionamento e presença digital, campanhas, ativismo digital, construção de narrativas, legislação e pesquisas eleitorais; 4. Liderança, que trata de assuntos como propósito, ética, gestão de crise, mindset de crescimento, políticas públicas baseadas em evidências e negociação³⁶.

Além das formações, a RAPS atua na proposição de políticas públicas por meio da elaboração de Notas Técnicas e Guias Temáticos, além de um Banco de Boas Práticas, com

³⁵ Mais informações em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/apadrinhados-por-luciano-huck-futuros-candidatos-comecam-a-ter-aulas-c74tfkgr284jprm605u51ldxo/>

³⁶ Mais informações em:

<https://www.estadao.com.br/blogs/blog/wp-content/uploads/sites/646/2020/01/Grade-Curricular-Renova-2019.pdf>

propostas em diversos temas, dialogando com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Os Guia Temáticos de 2022 apresentam propostas em seis áreas estratégicas: primeira infância, educação básica, saúde, mobilidade, urbanismo e mudanças climáticas.

Portanto, longe de esgotar a questão, a partir dessa breve análise da comunicação institucional das duas organizações, é possível inferir que ambas buscam uma imagem de modernidade e arrojamento, mas com apelo à ideias como nacionalismo, democracia, transparência e ética. A RAPS parece se relacionar mais com um referencial entre a social-democracia e os partidos verdes³⁷, com a priorização da pauta da sustentabilidade e, em menor grau, da desigualdade social. A RAPS, mais do que atuar na eleição de seus membros, também oferece formações para os já eleitos e formula propostas de políticas públicas, além de possuir um banco de iniciativas. Em seu quadro de colaboradores e na lista de parceiros da organização, resta claro uma prevalência ao impacto social, mesmo que ligados a grandes grupos empresariais. Nas redes sociais, em comparação com o RenovaBR, tem uma atuação menos engajada.

Já o RenovaBR parece priorizar pautas ligadas a uma determinada visão da economia, mais identificada com o neoliberalismo, como no caso das reformas propostas, por outro lado, também defende o combate às desigualdades, especialmente por meio da educação. Uma característica interessante do RenovaBR, para além de sua desenvoltura nas redes sociais, é um forte apelo a termos e conceitos "da moda" no mundo empresarial, como *coaching*, *mindset* e *storytelling*, transportando-os assim para à política e para a gestão pública. Tal característica vai ao encontro do que Laval e Dardot (2016) denominam de "Governo Empresarial", onde a nova "governança" pressupõe que a gestão privada é sempre melhor do que a gestão pública, por ser mais eficaz, mais flexível e mais inovadora, privilegiando a situações de concorrência, onde os mais "aptos" se destacam. O foco no resultado eleitoral e na formação voltada ao fazer políticas públicas "baseadas em evidências" também corroboram com essa visão. Quanto ao quadro de colaboradores e apoiadores, a ligação com grandes grupos empresariais salta aos olhos. De acordo com Hoeveler (2020), o RenovaBR possui ainda importantes conexões ligadas ao empresariado internacional, como com o Conselho das Américas, organização que reúne centenas

³⁷ Um exemplo de aliança programática entre social-democratas, verdes e liberais ocorreu na Alemanha, onde se formou um governo de coalizão de "reformas e progresso", com propostas como não aumentar os impostos e o endividamento público e a antecipação do fim do uso do carvão. Mais informações em: <https://www.correiobraziliense.com.br/mundo/2021/10/4955581-social-democratas-verdes-e-liberais-estabelecem-o-governo-na-alemanha.html>. Acesso em: 21 mai. 2023.

das maiores corporações internacionais, que representam cerca de 80% dos investimentos externos na América Latina, sendo pioneiro na propagação de ideias neoliberais para a região.

Mas para além dos referenciais políticos e sociais que parecem corroborar, por meio das suas conexões e comunicações, é relevante verificar e analisar se a atuação prática de tais organizações, por meio dos seus membros legislativos no Congresso Nacional, também estão alinhadas na defesa de determinadas opiniões, interesses e perspectivas.

3. Atuação

Como verificado anteriormente, as duas organizações analisadas, ambas idealizadas por empresários, surgem em momentos distintos, a RAPS em 2012 e o RenovaBR em 2017, com discursos semelhantes em relação a necessidade de formação e renovação de quadros políticos. Seus valores como sustentabilidade, educação e liberalismo econômico são difundidos por meio de formações, propostas de políticas públicas, aparições na mídia e a atuação de seus membros na política institucional, com objetivo claro de influenciar o cenário político. Por esse conjunto de características, podem ser classificadas como organizações híbridas, localizadas em uma zona intermediária entre *think tanks* e partidos políticos.

Enquanto organizações com evidentes objetivos eleitorais, a análise dos dados relativos à atuação das duas organizações partiu de dois caminhos, o primeiro baseou-se no resultado eleitoral que os membros da RAPS e do RenovaBR tiveram na eleição nacional de 2018, traçando um perfil e analisando seus votos e financiamentos de campanha. Em um segundo momento, observou-se a atuação parlamentar, por meio da sistematização de índices de análise legislativa, além da verificação das votações de algumas pautas no Congresso Nacional e dos principais temas das proposições legislativas dos membros das organizações analisadas, no período entre 2019 e 2022.

3.1 Eleições Legislativas de 2018

O relatório de atividades de 2018 da RAPS, publicado em 2019³⁸, aponta a eleição de 16 deputados federais em 2018 e três senadores, totalizando 19 nomes. Mas ao consultar o relatório de atividades da organização, de 2020³⁹, a bancada RAPS passa de 19 para 39 nomes, sendo 32 deputados e sete senadores dobra seu número de membros, dobrando sua representação no Congresso. Isso se deve ao fato de que a organização deu andamento a dois processos seletivos,

³⁸ Disponível em: <https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/10/RAPS-Relatorio-2018.pdf> Acesso em: 3 abr. 2022

³⁹ Disponível em: <https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2021/06/Relato%CC%81rio-de-Atividades-2020.pdf> Acesso em: 2 de jun. 2022

durante o ano de 2019, fazendo com que sua rede fosse significativamente ampliada entre parlamentares já eleitos. Já o RenovaBR, de acordo com seu relatório de 2018⁴⁰, elegeu nove deputados federais e um senador. As organizações analisadas possuem quatro membros em comum entre seus deputados federais e, além disso, conforme Cunha (2023), alguns dos membros da RAPS e do RenovaBR também integram outras organizações de renovação política, como o Livres, o Agora e o Acredito.

Além das alterações relacionadas à ampliação da bancada da RAPS, outras mudanças ocorreram na amostra de deputados entre a eleição de 2018 e o final do mandato, em dezembro de 2022: o Professor Luiz Flávio Gomes faleceu e João H. Campos foi eleito prefeito de Recife, ambos da RAPS.

Para fins de análise, o recorte selecionado compreende os membros da RAPS e do RenovaBR, eleitos deputados federais em 2018, ou seja, apenas os nomes que constam nos relatórios das organizações como eleitos em 2018, totalizando assim 21 nomes⁴¹, conforme Tabelas 8 e 9. Tal escolha se dá em razão da continuidade analítica ao longo dos quatro anos de mandato.

Tabela 8 - Organizações Suprapartidárias Selecionadas e Membros Eleitos (2018)

ORGANIZAÇÕES SELECIONADAS	MEMBROS ELEITOS (2018)
RAPS	16
RENOVA	9

Fonte: elaboração própria a partir dos sites oficiais das Organizações e do TSE

Tabela 9 - Membros das Organizações Suprapartidárias Selecionadas Eleitos (2018)

MEMBROS DAS ORGANIZAÇÕES SUPRAPARTIDÁRIAS ELEITOS EM 2018		
NOME	PARTIDO ELEITO	ORGANIZAÇÃO
Alessandro Molon	PSB	RAPS
Arnaldo Jardim	PPS	RAPS

⁴⁰ Disponível em: <https://media.renovabr.org/uploads/2020/07/Relat%C3%B3rio-2018.pdf> Acesso em: 3 abr. 2022

⁴¹ São 16 nomes da RAPS e 9 nomes do RENOVABR, mas como existem 4 nomes comuns a ambas as organizações, o recorte analisado totaliza 21 nomes de parlamentares.

Eduardo Costa	PTB	RAPS
Felipe Rigoni	PSB	RenovaBR
Francisco Junior	PSD	RAPS
Franco Cartafina	PHS	RAPS
João H. Campos	PSB	RAPS
Joênia Wapichana	Rede	RenovaBR
Leandre	PV	RAPS
Lucas Gonzalez	Novo	RenovaBR
Luiz Lima	PSL	RenovaBR
Marcelo Calero	PPS	RAPS e RenovaBR
Paulo Ganime	Novo	RenovaBR
Pedro Cunha Lima	PSDB	RAPS
Professor Luiz Flávio Gomes	PSB	RAPS
Rodrigo Agostinho	PSB	RAPS
Rodrigo Coelho	PSB	RAPS
Tábata Amaral	PDT	RAPS e RenovaBR
Tadeu Alencar	PSB	RAPS
Tiago Mitraud	Novo	RAPS e RenovaBR
Vinícius Poit	Novo	RAPS e RenovaBR

Fonte: elaboração própria a partir dos sites oficiais das Organizações e do TSE

3.3.1 Perfil

Em relação ao gênero, entre os 16 deputados eleitos da RAPS, são 14 homens e apenas duas mulheres, enquanto entre os nove parlamentares do RenovaBR também são apenas duas mulheres para sete homens. Assim, temos respectivamente 12,5% e 22% de mulheres entre os deputados eleitos da RAPS e do RenovaBR. Para fins de comparação, a representação feminina entre os eleitos para a Câmara Federal em 2018 é de 15%⁴², ou seja, está acima da amostra da RAPS e abaixo da amostra do RenovaBR.

⁴² Mais informações em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/oel/observatorio-de-equidade-nos-legislativos-fed-eral-e-estaduais>. Acesso em: 9 jul. 2022.

Apesar da baixa representatividade feminina nos quadros analisados, cabe destacar que a RAPS, a partir do aumento da sua bancada entre os já eleitos em 2019, chegou a 28% de representação feminina na Câmara Federal, entre os membros em atuação, conforme dados do relatório de atividades da organização, de 2020⁴³, demonstrando um aumento da atenção ao tema.

Quanto a raça, entre os 16 parlamentares da RAPS analisados, apenas um se autodeclara pardo, enquanto no RenovaBR, temos um autodeclarado pardo e uma indígena, no recorte de nove parlamentares. Em que pese a importância da representação de uma categoria extremamente sub representada como a indígena⁴⁴, a representatividade de negros (pretos e pardos) ainda é significativamente pequena, com apenas 6% na amostra da RAPS e apenas 11% na amostra do RenovaBR, sendo que na Câmara Federal eleita em 2018 essa representação é de 24% e na população brasileira é de 56%⁴⁵.

Outro recorte representativo que cabe menção é em relação às pessoas com deficiência, visto que o RenovaBR possui entre seus quadros, eleitos em 2018, Felipe Rigoni, o primeiro deficiente visual a ocupar o cargo de deputado federal⁴⁶, e Paulo Ganime, que prefere não evidenciar sua deficiência congênita⁴⁷.

⁴³ Disponível em:

<https://www.raps.org.br/2020/wp-content/uploads/2021/06/Relato%CC%81rio-de-Atividades-2020.pdf> Acesso em: 2 jun. 2022

⁴⁴ Joenia Wapichana foi a primeira mulher indígena eleita para a Câmara Federal. Fonte:

<https://g1.globo.com/rr/roraima/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/roraima-elege-primeira-mulher-indigena-deputada-federal.ghtml> Acesso em: 2 jun. 2022

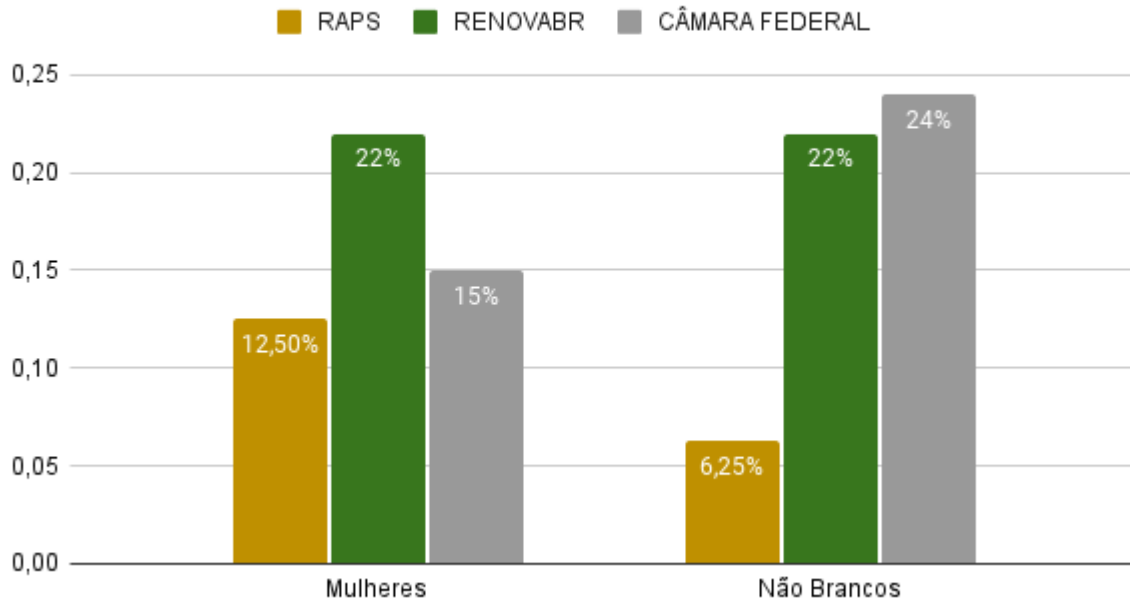
⁴⁵ Mais informações em:

<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/22/total-de-pessoas-que-se-autodeclaram-pretas-e-pardas-cresce-no-brasil-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 2 jun. 2022

⁴⁶ Mais informações em:

<https://g1.globo.com/es/espírito-santo/eleicoes/2018/noticia/2018/10/08/eleito-no-es-felipe-rigoni-psb-sera-o-unico-d-eficiente-visual-na-camara-dos-deputados.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2023

⁴⁷ Mais informações em: <https://twitter.com/pauloganime/status/1182638763136180224> Acesso em: 21 abr. 2023

Gráfico 1 - Comparativo Mulheres e Não Brancos Eleitos (2018)

Fonte: elaboração própria a partir dos sites oficiais das Organizações e do TSE.

A idade média também é um diferencial entre os eleitos em 2018 pelas organizações analisadas, em comparação com a média geral da Câmara Federal, que é de 49 anos⁴⁸. A média de idade dos deputados federais eleitos pelas organizações suprapartidárias analisadas, quando assumiram o mandato em 2019, é de 41 anos no caso da RAPS e de 39 anos no caso do RenovaBR. Ou seja, ambas apresentam médias de idade significativamente menores do que a média geral da Câmara Federal, corroborando com a narrativa da renovação, ao menos em relação a idade.

Além disso, de acordo com os dados da Câmara Federal, entre os 16 nomes eleitos pela RAPS, 11 ocuparam pela primeira vez o cargo de deputado federal, ou seja, 68,75% de novatos, já entre os membros do RenovaBR, todos eram estreantes na função, ou seja 100% de novatos. O pleito eleitoral de 2018 teve recorde de renovação na Câmara Federal, com 47,3%, o maior índice desde a redemocratização⁴⁹. De acordo com Miguel (2022), outro dado relevante é o que aponta

⁴⁸ Mais informações em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2023

⁴⁹ Mais informações em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/545896-camara-tem-243-deputados-novos-e-renovacao-de-473/> Acesso em: 21 abr. 2023

para um número significativo de novatos absolutos eleitos em 2018, ou seja, aqueles sem nenhuma experiência prévia em qualquer outro cargo eletivo ou em cargos políticos do primeiro escalão do poder executivo.

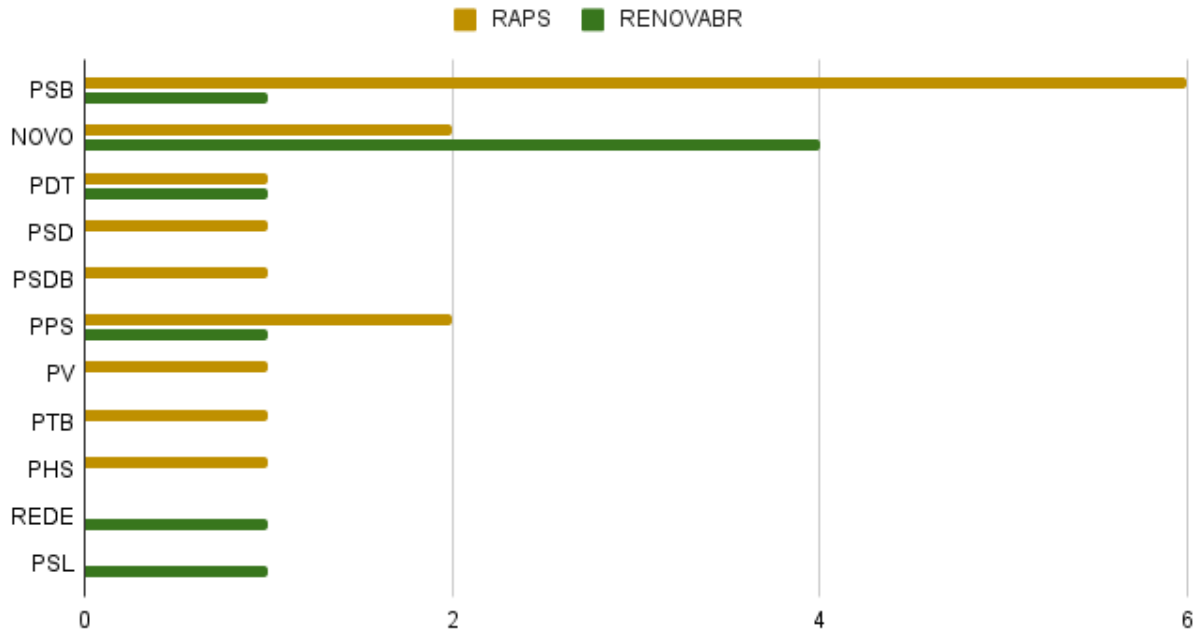
Portanto, é possível inferir que as organizações analisadas, sendo em menor grau a RAPS e em maior grau o RenovaBR, se beneficiaram da tendência de renovação observada na eleição para o legislativo federal de 2018.

Em relação a formação e a profissão declarada pelos deputados federais eleitos em 2018, 81% possuem ensino superior completo e 46% exercem atividade profissional de deputado, 10% de empresário e 8% de advogado⁵⁰. Entre os membros da RAPS, 100% dos eleitos possuem ensino superior completo e 31% exercem atividade profissional de advogados, seguido por 25% de deputados e 12,5% de administradores e professores. Já entre os membros eleitos do RenovaBR, 100% dos eleitos possuem ensino superior completo, enquanto 22,22% exercem atividade profissional de empresários, administradores e advogados. Como a organização não aceita membros já eleitos, não há nenhuma menção à atividade de deputado entre a bancada eleita pelo RenovaBR em 2018. Esse aspecto, presente no RenovaBR e, em menor grau na RAPS, é relevante pois uma das características da nova direita, apontada por Codato, Bolognesi e Roeder (2015), é a maior presença de novas lideranças e trabalhadores entre seus quadros, em oposição à prevalência dos políticos profissionais e da classe empresarial nos demais grupos analisados pelos autores.

Considerando os partidos dos deputados federais eleitos pela RAPS e pelo RenovaBR em 2018, temos o total de 11 legendas representadas, com predominância do PSB, no caso da RAPS, e do Novo, no caso do RenovaBR, conforme o Gráfico 2.

⁵⁰ Mais informações em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/21/perfil-medio-do-deputado-federal-eleito-e-homem-branco-casado-e-com-ensino-superior.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2023

Gráfico 2 - Partido dos Membros Eleitos (2018)

Fonte: elaboração própria a partir dos sites oficiais das Organizações e do TSE

Ao considerar a classificação de partidos proposta por Codato, Bolognesi e Roeder (2015), a RAPS possui maioria de membros na classificação "outros" e o RenovaBR possui maioria em partidos não classificados⁵¹ pelos autores, conforme Tabela 10.

Tabela 10 - Classificação dos Partidos

	RAPS	<u>RENOVABR</u>
Outros	11	3
Não classificados	2	5
Nova direita	1	1
Velha direita	2	0

Fonte: elaboração própria a partir de Codato, Bolognesi e Roeder, 2015

⁵¹ O Partido Novo, partido que possui mais integrantes do RenovaBR, foi oficializado em 2015 e, portanto, não figura no recorte analisado pelos autores.

3.3.2 Financiamento

Conforme dados do TSE (2018), os deputados federais eleitos pela RAPS, em 2018, somam 2.139.425 votos, com média de 133.714 votos por deputado eleito, com um total de R\$ 18.450.200,92 arrecadados para suas campanhas, uma média de R\$ 1.153.137,56 para cada deputado eleito. Já a bancada do RenovaBR somou 919.022 votos, com uma média de 102.114 votos por deputado eleito e totalizaram uma arrecadação de R\$ 6.940.508,63, com média de R\$ 771.167,63 por deputado eleito. A média de votos, considerando todos os deputados federais eleitos em 2018, é de 103.932 votos por deputado⁵², ou seja, a RAPS teve desempenho acima da média nesse quesito e o RenovaBR ligeiramente abaixo. Já a média geral de receita, considerando todos os deputados federais eleitos em 2018, é de R\$ 1.070.617,58⁵³, menor do que a média dos eleitos pela RAPS e maior do que a média dos eleitos pelo RenovaBR. Ao calcular o valor por voto, ou seja, ao dividir o total arrecadado pelo número de votos recebidos, chega-se ao valor de R\$ 10,75 por voto para o total dos deputados federais eleitos em 2018, enquanto considerando os dados apenas dos eleitos pela RAPS esse valor é de R\$ 8,62 por voto, e de R\$ 7,55 por voto no caso dos eleitos pelo RenovaBR, demonstrando um resultado melhor para ambas as organizações em comparação com a média geral.

Tabela 11 - Votos e Receitas

	Média de Votos	Média de Receita	Valor por Voto
RAPS	133.714	R\$ 1.153.137,56	R\$ 8,62
<u>RENOVABR</u>	102.114	R\$ 771.167,63	R\$ 7,55
CÂMARA FEDERAL	103.932	R\$1.070.617,58	R\$ 10,75

Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Quanto à situação financeira, os dados apontam que 47% dos eleitos para a Câmara Federal em 2018 são milionários, ou seja, possuem patrimônio declarado superior a 1 milhão de

⁵² Mais informações em:

<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/11/09/deputados-federais-eleitos-gastaram-em-media-r-10-por-cada-voto-recebido.ghtml>. Acesso em: 15 abr. 2022.

⁵³ Valor considerando a soma das receitas dos candidatos eleitos em 2018, dividida pelo quantitativo de 513. Mais informações em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/2018>

reais⁵⁴. Inclusive o deputado federal mais rico, entre os eleitos em 2018, é da RAPS, o Professor Luiz Flávio Gomes, com patrimônio declarado de R\$ 119 milhões. Os membros eleitos da RAPS somam R\$ 137.474.445,88 em bens declarados, uma média de R\$ 8.592.152,87 por deputado eleito. Já os membros eleitos do RenovaBR somam R\$ 28.842.978,43, uma média de R\$ 3.204.775,38 por deputado federal. Entre os 16 nomes do recorte da RAPS, 11 possuem patrimônio superior a um milhão de reais, ou seja, 69% de milionários. Entre os nove nomes do recorte do RenovaBR, cinco possuem mais de um milhão em bens, sendo assim, 56% de milionários.

Por fim, analisando as receitas das campanhas eleitorais dos membros da RAPS e do RenovaBR, eleitos para a Câmara Federal em 2018, há algumas diferenças. Além das doações de pessoas físicas, as campanhas podem contar com o Fundo Eleitoral e o Fundo Partidário. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha, conhecido como Fundo Eleitoral, foi criado em 2017 e é um dos principais meios de financiamento eleitoral no país, já o Fundo Partidário, criado em 1995, é distribuído entre os partidos de acordo com regras pré-estabelecidas e, além de ser utilizado nas campanhas, também custeiam as atividades rotineiras das legendas⁵⁵.

Os membros eleitos da RAPS somaram R\$ 1.283.657,92 recebidos do Fundo Partidário, dividido entre cinco parlamentares, com média de R\$ 256.731,58 para cada, sendo o maior montante para o ex-deputado e atual prefeito de Recife João Campos, com mais de 1 milhão de reais oriundos do fundo. Já os recursos do Fundo Eleitoral somam R\$ 8.623.531,82 entre 13 dos 16 deputados eleitos da RAPS, ou seja, uma média de R\$ 663.348,60 para cada um dos que receberam o recurso, sendo o maior montante para o deputado Tadeu Alencar, com R\$ 1.300.843,50. Portanto, os recursos do Fundo Partidário e do Fundo Eleitoral representam, respectivamente, 7% e 47% das receitas totais dos membros eleitos da organização, somando assim mais de 53% de fundos públicos.

Já a composição das receitas do RenovaBR difere bastante. Nenhum dos membros eleitos do RenovaBR receberam recursos do Fundo Partidário, enquanto apenas quatro dos nove nomes do recorte possuem receitas oriundas do Fundo Eleitoral, num total de R\$ 750.656,75, ou seja,

⁵⁴ Mais informações em:

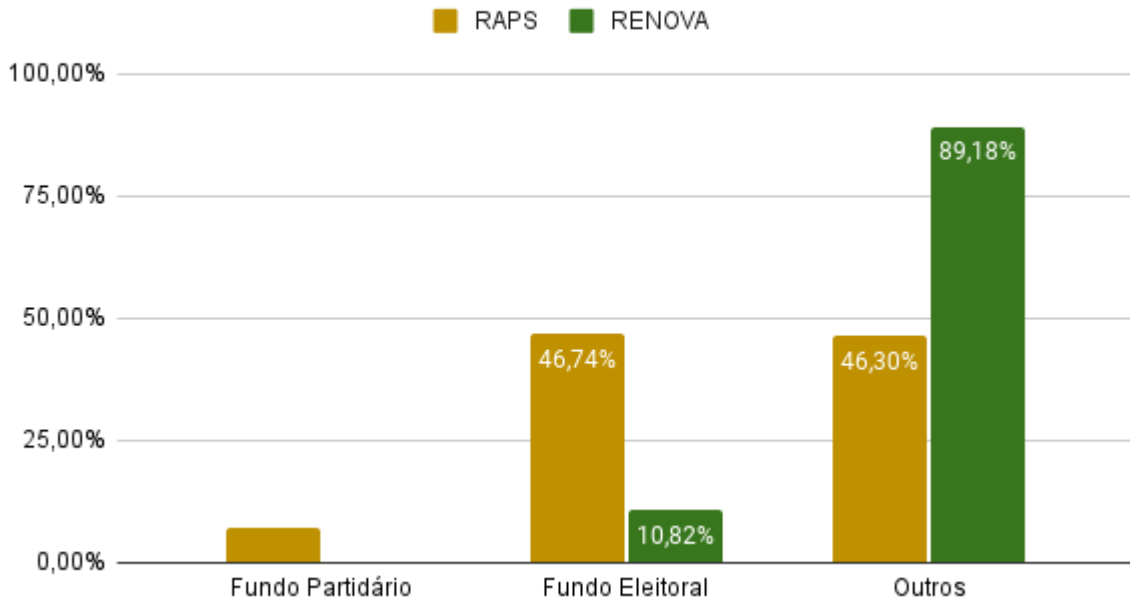
<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/09/numero-cai-mas-quase-metade-da-camara-sera-formada-por-milionarios.ghtml> Acesso em: 21 abr. 2023

⁵⁵ Mais informações em:

<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Outubro/conheca-as-diferencas-entre-fundo-partidario-e-fundo-eleitoral> Acesso em: 30 abr. 2023

menos de 11% das receitas totais. A média entre aqueles que receberam o recurso foi de R\$ 187.664,19 e o maior montante foi recebido pelo deputado Marcelo Calero, com mais de 347 mil oriundos do Fundo Eleitoral. Calero também faz parte da RAPS.

Gráfico 3 - Composição das Receitas Eleitorais



Fonte: elaboração própria a partir dos dados do TSE

Conforme Picussa (2020), a predominância entre os eleitos para a Câmara Federal em 2018 é de financiamento público de campanha, enquanto entre os eleitos por grupos de renovação predomina o financiamento privado. Desta forma, podemos verificar que o perfil de financiamento da RAPS, considerando apenas os eleitos para a Câmara Federal em 2018, se assemelha ao perfil médio dos deputados federais, enquanto o do RenovaBR segue a lógica dos grupos de renovação analisados pela autora.

3.2 Atuação Parlamentar

Em consulta à plataforma Radar do Congresso em Foco, os 21 membros do recorte analisado, apresentaram uma média de 65% de índice de governismo⁵⁶ na Câmara Federal, sendo que a média geral de governismo na Câmara é de 74%. Isso significa uma média de governismo cerca de nove pontos percentuais abaixo da média geral para os membros eleitos pelas organizações analisadas. Observando separadamente cada uma das organizações, a RAPS apresentou média de 64% de governismo e o RenovaBR média de 67% de governismo.

Na Câmara, o Radar do Congresso estabelece ainda uma divisão entre os níveis de apoio ao governo em 4 níveis, sendo aqueles com mais de 75% de apoio considerados como base e aqueles com 75% ou menos divididos em 3 níveis de oposição, conforme o índice de apoio: menos de 25%, entre 25% e 50%, e entre 50% e 75%. Considerando esses níveis, podemos dizer que sete dos 21, ou seja, um terço dos integrantes das organizações analisadas eleitos para a Câmara Nacional fazem parte da base do governo Bolsonaro, com um índice de apoio ao governo maior do que 75%, conforme a Tabela 12. O maior índice do recorte é de um integrante do RenovaBR, com 97% de governismo, enquanto o menor índice pertence a RAPS, com apenas 26% de governismo.

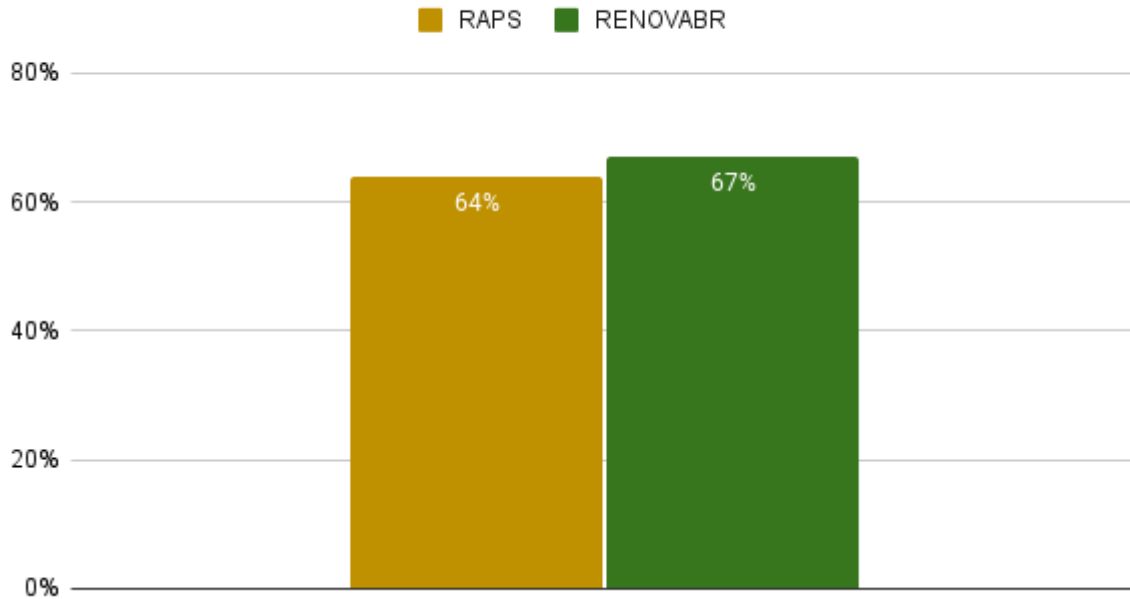
Tabela 12 - Índice de Governismo - Eleitos (2018)

NOME	PARTIDO ELEITO	ORGANIZAÇÃO	GOVERNISMO
Luiz Lima	PSL	RenovaBR	97%
Francisco Junior	PSD	RAPS	94%
Eduardo Costa	PTB	RAPS	91%
Franco Cartafina	PHS	RAPS	91%
Rodrigo Coelho	PSB	RAPS	89%
Pedro Cunha Lima	PSDB	RAPS	82%

⁵⁶ O índice de governismo é calculado a partir das votações dos parlamentares que seguiram ou não a orientação do líder do governo. Votos iguais à orientação aumentam o índice e qualquer opção diferente da orientação diminui o índice de governismo. Não aparecem no gráfico os parlamentares que não atingiram o nível mínimo de votações para o cálculo do índice. A consulta foi realizada em 5 jul. 2022. Mais informações em: <https://radar.congressoemfoco.com.br/>.

Arnaldo Jardim	PPS	RAPS	77%
Lucas Gonzalez	Novo	RenovaBR	75%
Paulo Ganime	Novo	RenovaBR	75%
Vinícius Poit	Novo	RAPS e RenovaBR	75%
Tiago Mitraud	Novo	RAPS e RenovaBR	74%
Leandre	PV	RAPS	69%
Marcelo Calero	PPS	RAPS e RenovaBR	68%
Felipe Rigoni	PSB	RenovaBR	62%
Professor Luiz Flávio Gomes	PSB	RAPS	54%
Tábata Amaral	PDT	RAPS e RenovaBR	45%
Rodrigo Agostinho	PSB	RAPS	39%
Joênia Wapichana	Rede	RenovaBR	31%
João H. Campos	PSB	RAPS	30%
Tadeu Alencar	PSB	RAPS	30%
Alessandro Molon	PSB	RAPS	26%

Fonte: elaboração própria a partir do Radar do Congresso em Foco

Gráfico 4 - Índice de Governismo

Fonte: elaboração própria a partir do Radar do Congresso em Foco

Outro índice que mede o desempenho dos parlamentares é o de "apoio ao trabalhador"⁵⁷ do DIAP, chamada "Quem foi quem no Congresso Nacional", para cada parlamentar. Assim, o índice médio de apoio ao trabalhador, entre os 21 membros das organizações suprapartidárias selecionadas, eleitos em 2018, é de 35% a favor do trabalhador. Olhando para cada uma das organizações individualmente, temos 39% de apoio ao trabalhador entre os integrantes da RAPS e 28% entre os integrantes do RenovaBR, quase 10 pontos percentuais de diferença. Entre os membros do RenovaBR apenas Joênia Wapichana apresentou 100% de apoio ao trabalhador.

Tabela 13 - Índice de Apoio ao Trabalhador - Eleitos (2018)

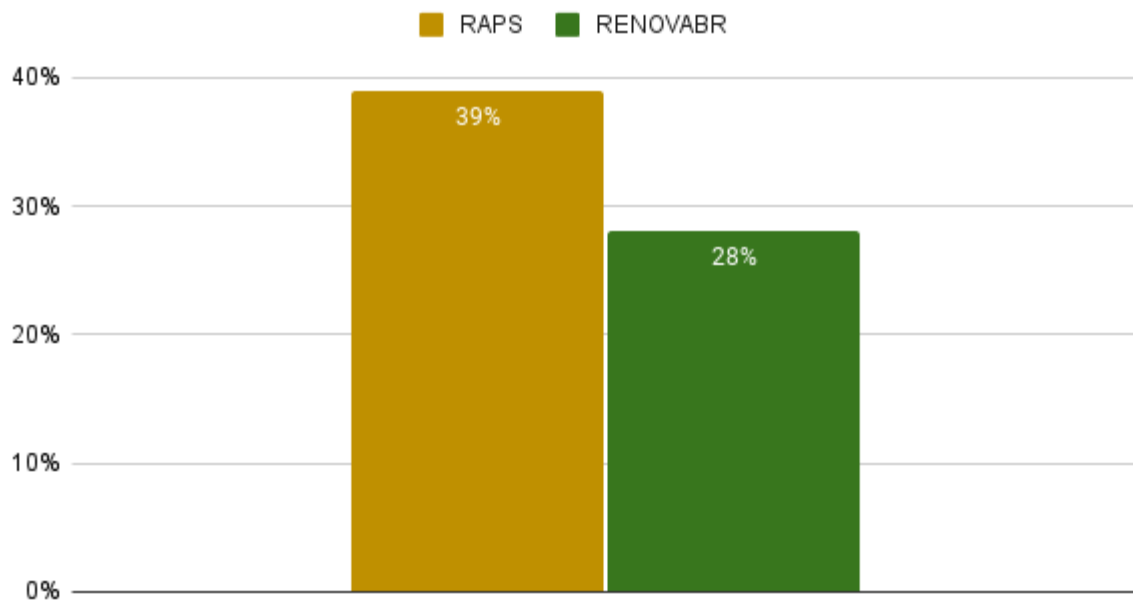
NOME	PARTIDO ELEITO	ORGANIZAÇÃO	ÍNDICE DE APOIO AO TRABALHADOR
Arnaldo Jardim	PPS	RAPS	0%
Eduardo Costa	PTB	RAPS	0%
Francisco Junior	PSD	RAPS	0%
Leandre	PV	RAPS	0%

⁵⁷ Este é um termômetro baseado nas votações de mérito, que define a posição deste parlamentar em relação às matérias de interesse dos trabalhadores. Mais informações em: <https://quemfoiquem.org.br/>. Acesso em: 27 ago. 2022.

Luiz Lima	PSL	RenovaBR	0%
Rodrigo Coelho	PSB	RAPS	0%
Paulo Ganime	Novo	RenovaBR	10%
Tiago Mitraud	Novo	RAPS e RenovaBR	10%
Vinícius Poit	Novo	RAPS e RenovaBR	10%
Franco Cartafina	PHS	RAPS	11,11%
Lucas Gonzalez	Novo	RenovaBR	11,11%
Pedro Cunha Lima	PSDB	RAPS	12,50%
Felipe Rigoni	PSB	RenovaBR	30%
Marcelo Calero	PPS	RAPS e RenovaBR	37,50%
Tábata Amaral	PDT	RAPS e RenovaBR	50%
Professor Luiz Flávio Gomes	PSB	RAPS	66,67%
Rodrigo Agostinho	PSB	RAPS	80%
Alessandro Molon	PSB	RAPS	100%
João H. Campos	PSB	RAPS	100%
Joênia Wapichana	Rede	RenovaBR	100%
Tadeu Alencar	PSB	RAPS	100%

Fonte: elaboração própria a partir do quem foi quem no congresso (DIAP)

Gráfico 5 - Índice de Apoio ao Trabalhador (DIAP)



Fonte: elaboração própria a partir do quem foi quem no congresso (DIAP)

Outro índice de avaliação legislativa, também do DIAP, publicado anualmente, é o relatório que aponta os "Cabeças do Congresso", ou seja, aqueles deputados e senadores cujas preferências, iniciativas, decisões e vetos, implementados por diversos meios, prevalecem no processo de decisão do Congresso Nacional⁵⁸. Os "Cabeças" são classificados em: debatedores; articuladores/organizadores; formuladores; negociadores; e formadores de opinião. O relatório possui ainda um anexo que apresenta os nomes dos "Parlamentares em Ascensão" naquele ano, ou seja, aqueles que possuem trajetória ascendente, podendo futuramente ocupar posições de destaque no Poder Legislativo⁵⁹.

No ano de 2019, o relatório apontou quatro membros das organizações analisadas entre os 100 nomes considerados os "Cabeças do Congresso", sendo 70 deputados. Entre os nomes de destaque, todos pertencem à RAPS e um pertence também ao RenovaBR. Considerando a classificação proposta, temos dois debatedores e dois formuladores. Além disso, o recorte apresentou seis nomes entre os 50 considerados pelo relatório como parlamentares em ascensão, sendo três oriundos da RAPS, um do RenovaBR e dois de ambas as organizações.

Em 2020 foram cinco nomes do recorte figurando entre os 100 "Cabeças", sendo 70 deputados e 30 senadores. Três dos destaques são da RAPS, um é do RenovaBR e um de ambas as organizações. Entre as classificações, temos três negociadores, um debatedor e um formulador. Também figuram cinco nomes do recorte no anexo "em ascensão", sendo três da RAPS e dois de ambas.

Já em 2121, novamente cinco nomes do recorte estiveram entre os 100 apontados como "Cabeças do Congresso", sendo 66 deputados e 34 senadores. Entre os cinco nomes, três são da RAPS e dois de ambas as organizações, sendo ainda três formuladores e dois debatedores. Já no

⁵⁸ A metodologia utilizada para classificação utiliza critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos posicionais (institucionais), reputacionais e decisoriais. Entendemos como critério posicional ou institucional o vínculo formal ou o posto hierárquico ocupado na estrutura de uma organização; o reputacional, a percepção e juízo que outras pessoas têm ou fazem sobre determinado ator político; e o decisional, a capacidade de liderar e influenciar escolhas. Além destes métodos, geralmente aceitos pelos cientistas políticos, o DIAP vem buscando a aplicação da abordagem da não-decisão, caracterizada por ações de bastidores destinadas a ocultar ou criar barreiras ou obstáculos à exposição do conflito, evitando que matérias com potencial explosivo ou ameaçador sejam incluídas na agenda política. Mais informações em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/9-os-cabecas-do-congresso-nacional>. Acesso em: 20 mai. 2023.

⁵⁹ A lista em "ascensão" também observa os mesmos critérios que orientam a pesquisa dos "Cabeças", mas optou-se por acrescentar este anexo, no qual são identificados aqueles parlamentares que eventualmente poderiam figurar entre os 100, mas que um pequeno detalhe no exame isento de suas qualidades e habilidades os deixaram fora. Mais informações em: <https://www.diap.org.br/index.php/publicacoes/category/9-os-cabecas-do-congresso-nacional>. Acesso em: 20 mai. 2023.

anexo dos 50 nomes em ascensão, apenas um nome do recorte, oriundo da RAPS, apareceu na lista.

Por fim, no ano de 2022, que apresentou 69 deputados e 31 senadores como "Cabeças do Congresso", foram quatro nomes do recorte, sendo três da RAPS e um de ambas as organizações, classificados como três debatedores e um formulador. Já entre os 50 nomes em ascensão, dois nomes fazem parte do recorte analisado, um da RAPS e um de ambas as organizações.

Tabela 14 - Posição no "Cabeças do Congresso" - DIAP (2019-2022)

NOME	ORGANIZAÇÃO	2019	2020	2021	2022
Alessandro Molon	RAPS	Debatedor	Negociador	Debatedor	Debatedor
Arnaldo Jardim	RAPS	Formulador	Negociador	Formulador	Formulador
Eduardo Costa	RAPS	-	-	-	-
Felipe Rigoni	RenovaBR	-	-	-	-
Francisco Junior	RAPS	-	-	-	-
Franco Cartafina	RAPS	-	-	-	-
João H. Campos	RAPS	Em ascensão	Em ascensão	-	-
Joênia Wapichana	RenovaBR	-	-	-	-
Leandre	RAPS	-	-	-	-
Lucas Gonzalez	RenovaBR	-	-	-	-
Luiz Lima	RenovaBR	-	-	-	-
Marcelo Calero	RAPS e RenovaBR	Em ascensão	Em ascensão	-	-
Paulo Ganime	RenovaBR	Em ascensão	Negociador	-	-
Pedro Cunha Lima	RAPS	Em ascensão	Em ascensão	-	-
Professor Luiz Flávio Gomes	RAPS	-	-	-	-
Rodrigo Agostinho	RAPS	Em ascensão	Em ascensão	Em ascensão	Em ascensão
Rodrigo Coelho	RAPS	-	-	-	-
Tábata Amaral	RAPS e RenovaBR	Debatedor	Debatedor	Formulador	Formulador
Tadeu Alencar	RAPS	Formulador	Formulador	Formulador	Formulador

Tiago Mitraud	RAPS e RenovaBR	-	-	-	Em ascensão
Vinícius Poit	RAPS e RenovaBR	Em ascensão	Em ascensão	Debatedor	-

Fonte: elaboração própria a partir do "Cabeças do Congresso" (DIAP)

Tabela 15 - Total de Menções no "Cabeças do Congresso" - DIAP (2019-2022)

ORGANIZAÇÃO	CABEÇAS	EM ASCENSÃO
RAPS	17	13
RENOVABR	6	6

Fonte: elaboração própria a partir do "Cabeças do Congresso" (DIAP)

Portanto, verificamos que ambas as organizações possuem alto índice de governismo, ainda que abaixo da média geral da Câmara Federal, e baixo índice de apoio ao trabalhador, mas dessa vez com uma diferença entre de cerca de mais de 10 pontos percentuais entre as organizações, em favor da RAPS. A RAPS também figurou mais vezes no relatório que apresenta os "Cabeças do Congresso", ainda que possamos considerar o seu maior número de parlamentares em relação ao RenovaBR.

A observação de tais índices certamente não esgota a análise sobre a atuação parlamentar dos deputados oriundos das organizações selecionadas, mas apontam algumas características que, somadas às votações e proposições legislativas, podem fornecer mais informações sobre o perfil de atuação do recorte.

3.2.1 Votações no Congresso

Em pesquisa anterior, sobre grupos de renovação política, foi analisado o comportamento das bancadas da RAPS, do RenovaBR, do Livres, do Acredito e do Agora em relação à reforma da previdência, de forma mais sucinta, e em relação à reforma trabalhista, de forma mais detalhada, no período de 2019 a 2022, dois temas importantes pautados no governo Bolsonaro, com grande impacto na vida da população brasileira. Os dados demonstram que os membros das

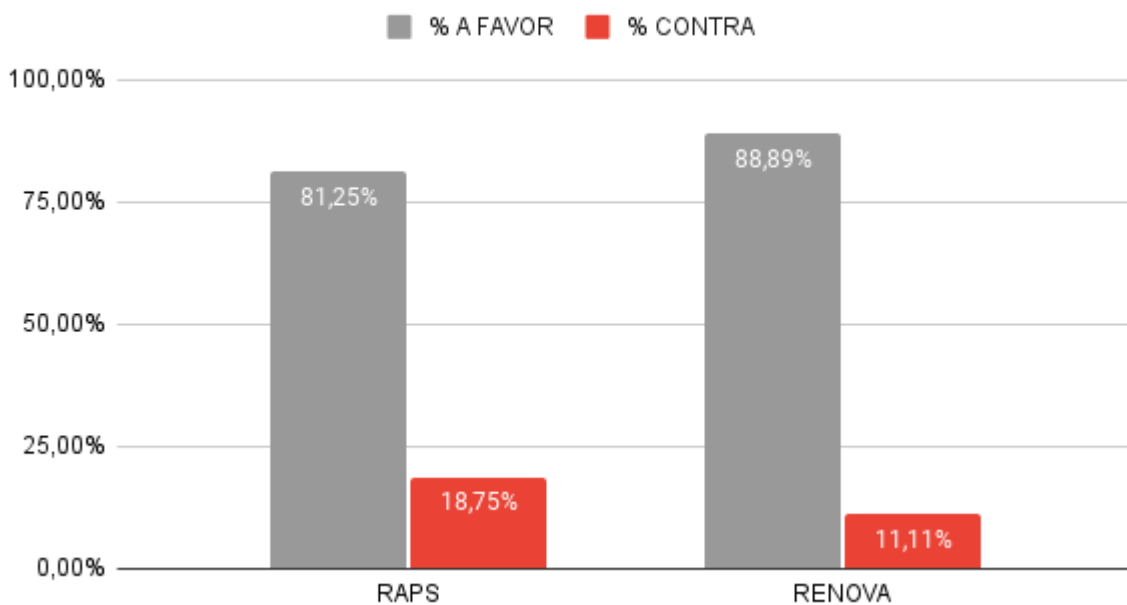
organizações analisadas, RAPS e RenovaBR, foram majoritariamente favoráveis a ambas as pautas (CUNHA, 2023). Na votação em dois turnos da reforma da previdência (EC 103/2019) a bancada da RAPS deu mais de 80% dos votos favoráveis no primeiro turno e 75% no segundo turno, enquanto a bancada do RenovaBR teve quase 90% de votos favoráveis nos dois turnos.

Tabela 16 - Votação Reforma da Previdência (2019) por Organização

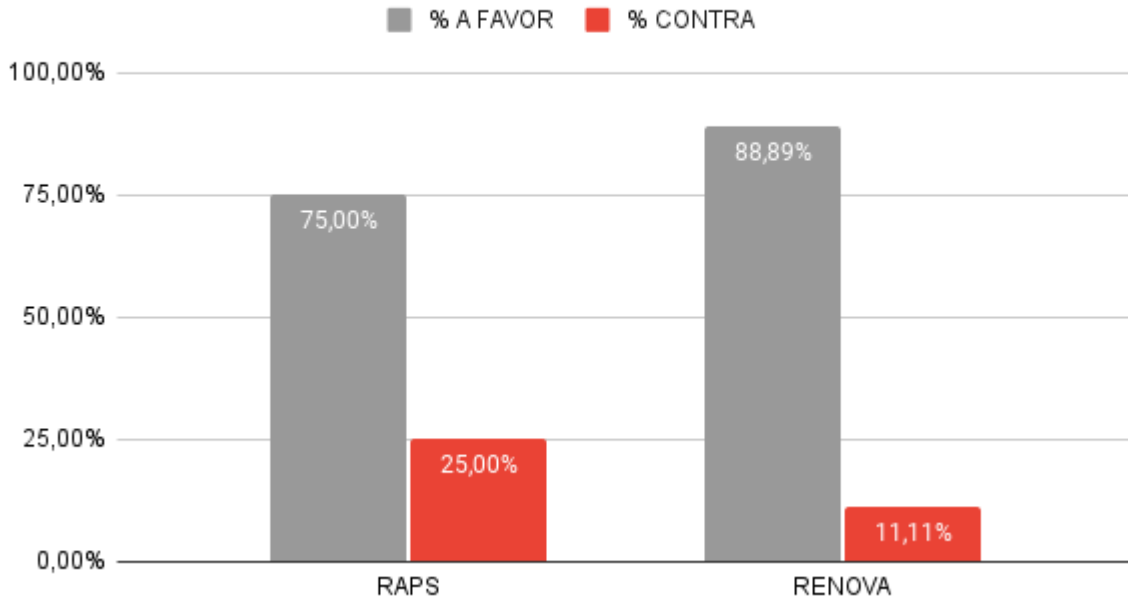
1º TURNO				
ORGANIZAÇÃO	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	13	3	81,25%	18,75%
RENOVA	8	1	88,89%	11,11%
2º TURNO				
ORGANIZAÇÃO	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	12	4	75,00%	25,00%
RENOVA	8	1	88,89%	11,11%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados e o voto dos senadores (G1)

Gráfico 6 - Votação Reforma da Previdência (1º turno)



Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 7 - Votação Reforma da Previdência (2º turno)

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

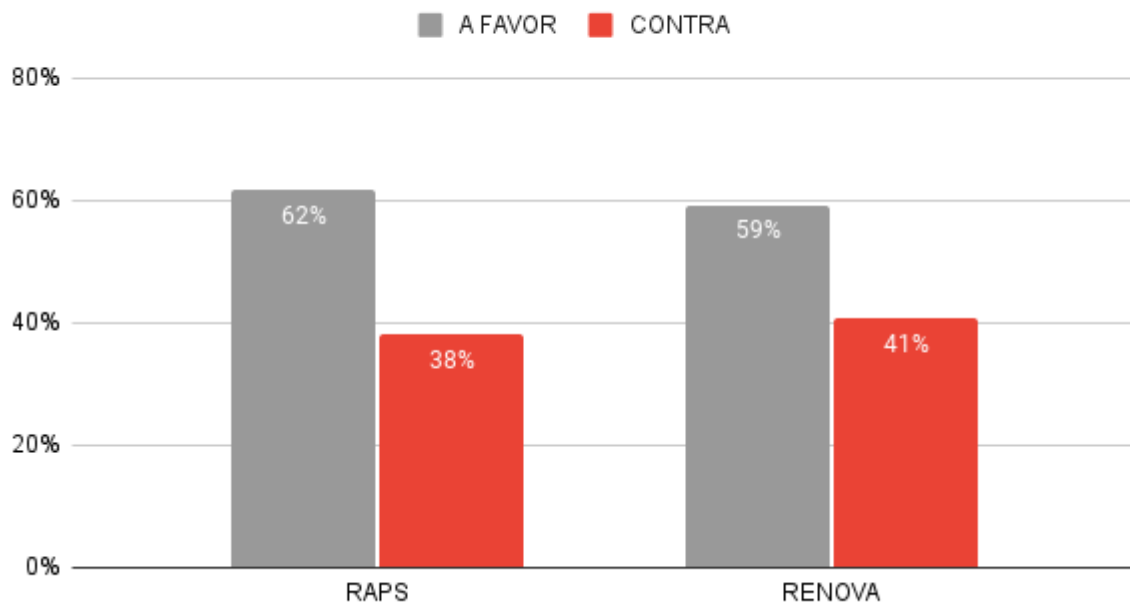
Já em relação à reforma trabalhista, foram analisadas três votações no Congresso Federal, entre 2021 e 2022, que visavam aprofundar a reforma trabalhista aprovada no governo Temer, a Medida Provisória da Liberdade Econômica (MP 881/2019), convertida na Lei nº 13.874/2019, a Medida Provisória do Contrato Verde e Amarelo (MP 905/2019), e a Medida Provisória que recria o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda - PEMER (MP 1.045/2021), durante a pandemia da Covid-19. Observando a atuação das bancadas da RAPS e do RenovaBR nas três votações, verificou-se que ambas foram majoritariamente favoráveis às medidas, com média de 62% a favor entre os membros da RAPS e 59% a favor entre os membros do RenovaBR (CUNHA, 2023).

Tabela 17 - Votação Reforma Trabalhista (2019-2022) por Organização

ORGANIZAÇÃO	MP da Liberdade Econômica			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	12	4	75%	25%
RENOVA	9	0	100%	0%
ORGANIZAÇÃO	MP do Contrato Verde e Amarelo			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	8	7	53,33%	46,67%
RENOVA	2	7	22,22%	77,78%
ORGANIZAÇÃO	MP de Recriação do PEMER			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	8	6	57,14%	42,86%
RENOVA	5	4	55,56%	44,44%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 8 - Média das Votações Reforma Trabalhista (2019-2022)



Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Visando aprofundar a análise para além dessas duas importantes pautas, foram selecionadas outras votações, de temas que também dividiram opiniões, sendo marcado por disputas narrativas entre os diferentes espectros ideológicos e que, portanto, demarcam posições relevantes para o objetivo desta pesquisa. Assim, serão apresentados dados quantitativos sobre as votações dos seguintes temas: privatização dos correios (Projeto de Lei 591/2021); novo marco legal do saneamento básico (Lei 14.026/2020); privatização da Eletrobras (Lei 14.182/2021); autonomia do banco central (Lei Complementar 179/2021); dispensa de licença ambiental para diversas atividades (Projeto de Lei 3729/2004); e suspensão de despejos na pandemia (Lei 14.216/2021). Os dados foram obtidos através da ferramenta de acompanhamento legislativo do G1⁶⁰, que reúne as informações sobre as principais votações nominais do Congresso Nacional por meio da página "o voto dos deputados", e sistematizados em tabelas e gráficos. Foram considerados apenas os votos nominais SIM e NÃO, desconsiderando ausências e abstenções.

O projeto de privatização dos Correios vem dividindo opiniões na mídia e no Congresso Nacional. O texto-base do PL 591/2021 foi votado na Câmara dos Deputados em 05/08/2021 e aguarda decisão do Senado. O projeto, que prevê a exploração de 100% dos serviços postais da estatal através de leilão, é alvo de muitas críticas, sendo as principais delas relacionadas à garantia de emprego dos trabalhadores dos correios, ao possível aumento de preços e a perda de cobertura territorial, especialmente nas regiões mais remotas do país. Segundo Paiva e Castro (2021), o lucro líquido de R\$1,53 bilhões em 2020 também é um dos argumentos favoráveis utilizados para apontar a privatização da estatal como um erro.

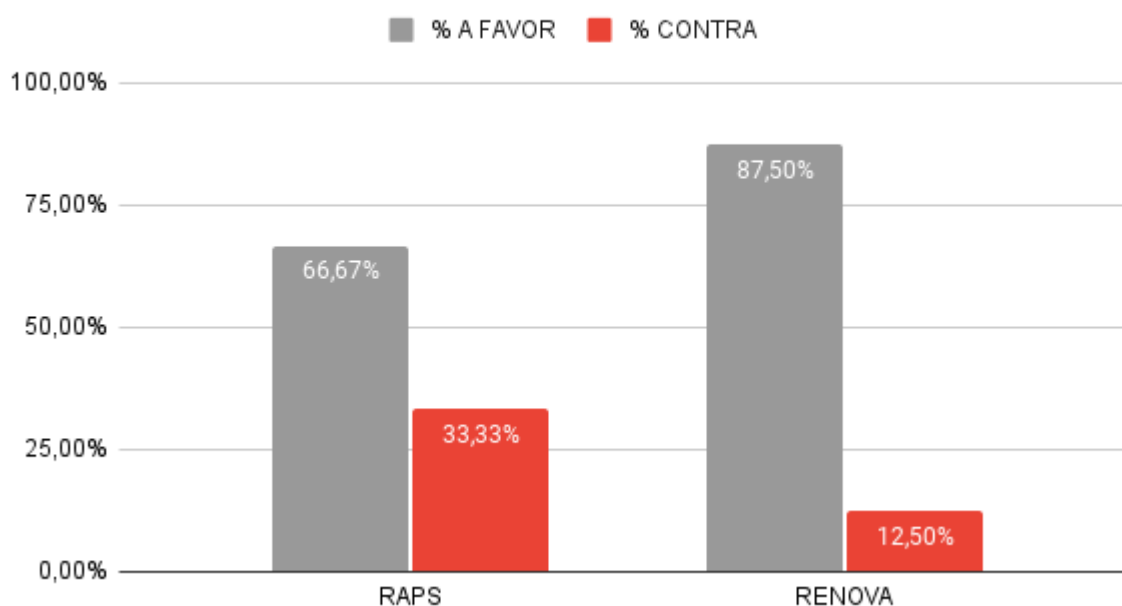
Dentre os deputados membros das organizações analisadas, a bancada da RAPS apresentou mais de 66% dos votos favoráveis, enquanto na bancada do RenovaBR esse percentual foi ainda maior, com 87,50% dos votos a favor da medida. O único voto contrário no RenovaBR foi da representante indígena, a deputada Joênia Wapichana. Assim, a RAPS demonstrou uma maior resistência à privatização da estatal entre seus membros, com pouco mais de 33% de votos contrários, contra 12,50% do RenovaBR.

⁶⁰ Mais informações em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/11/o-voto-dos-deputados-e-dos-senadores.ghtml>. Acesso em: 30 dez. 2022.

Tabela 18 - Votação Privatização dos Correios (2021) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Privatização dos Correios			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	8	4	66,67%	33,33%
RENOVA	7	1	87,50%	12,50%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 9 - Votação Privatização dos Correios (2021)

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Em que pese o não andamento da privatização dos correios, outras duas medidas de perfil neoliberal foram aprovadas no mesmo período: o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020) e a Privatização da Eletrobras (Lei nº 14.182/2021). A aprovação do chamado Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020), que faz com que as empresas públicas disputem com as empresas privadas por meio de licitação, abrindo assim caminho para a exploração do serviço pela iniciativa privada, trouxe à discussão sobre a privatização de recursos naturais água de volta ao cenário nacional, com comparações entre o modelo brasileiro e o

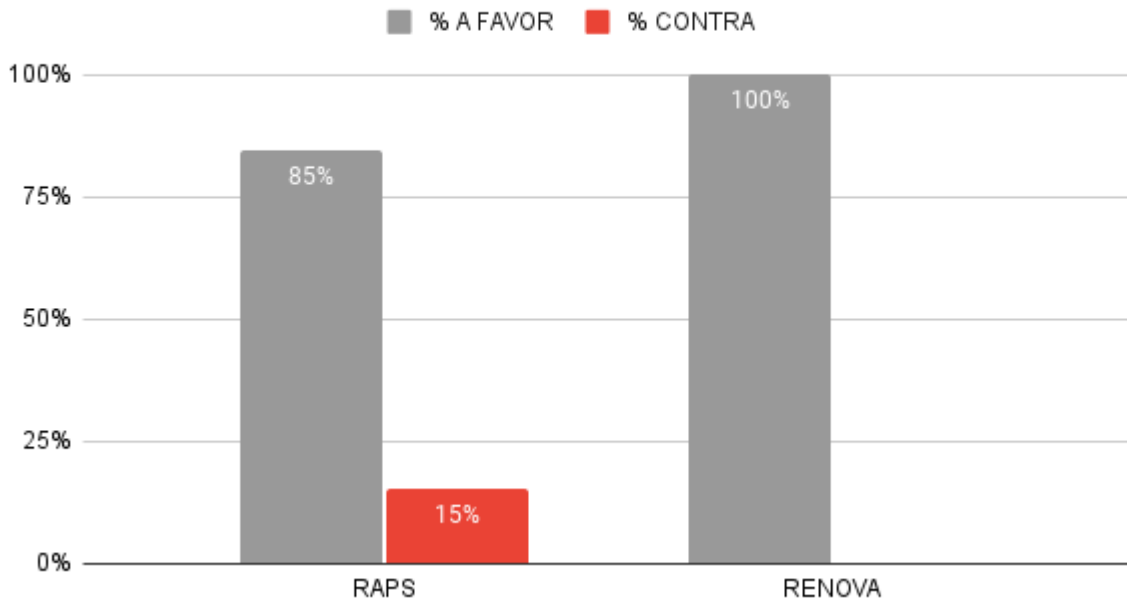
chileno. Àqueles favoráveis à nova lei apontam a necessidade de ampliação do acesso, enquanto os contrários alertam para os riscos do domínio dos interesses econômicos privados sobre o direito da população. Segundo Favareto (2020), a questão central não está em ser favorável ou não à participação de investimentos privados no setor, mas "o problema é reduzir a uma lógica de mercado aquilo que deveria ser tratado como direito". Embora não haja um modelo ideal, a privatização de recursos naturais vem sendo questionada em diversos locais. Um estudo do Instituto Transnacional (2017 apud NOVELLI, 2020), mostra que, entre 2000 e 2015, foram 235 casos de reestatização de saneamento ao redor do mundo, em geral com o objetivo de retomar o controle e diminuir os custos para a população. No Chile, além da privatização dos recursos hídricos não ter contribuído com a ampliação da cobertura ou do acesso para a população, teve como consequência o aumento das tarifas, ao ponto de forçar o governo chileno a criar um subsídio para as famílias de baixa renda, tanto que a questão vem sendo uma das principais demandas de revisão na nova Constituição.

Votado em 11/12/2019, o texto-base do PL 4.162 de 2019, teve 80% dos deputados membros da RAPS e 100% dos deputados membros do RenovaBR favoráveis ao projeto, conforme Tabela 19 e Gráfico 10.

Tabela 19 - Votação Marco Legal do Saneamento Básico (2019) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Novo Marco Legal do Saneamento Básico			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	11	2	84,62%	15,38%
RENOVA	8	0	100%	0%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 10 - Votação Marco Legal do Saneamento Básico (2019)

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

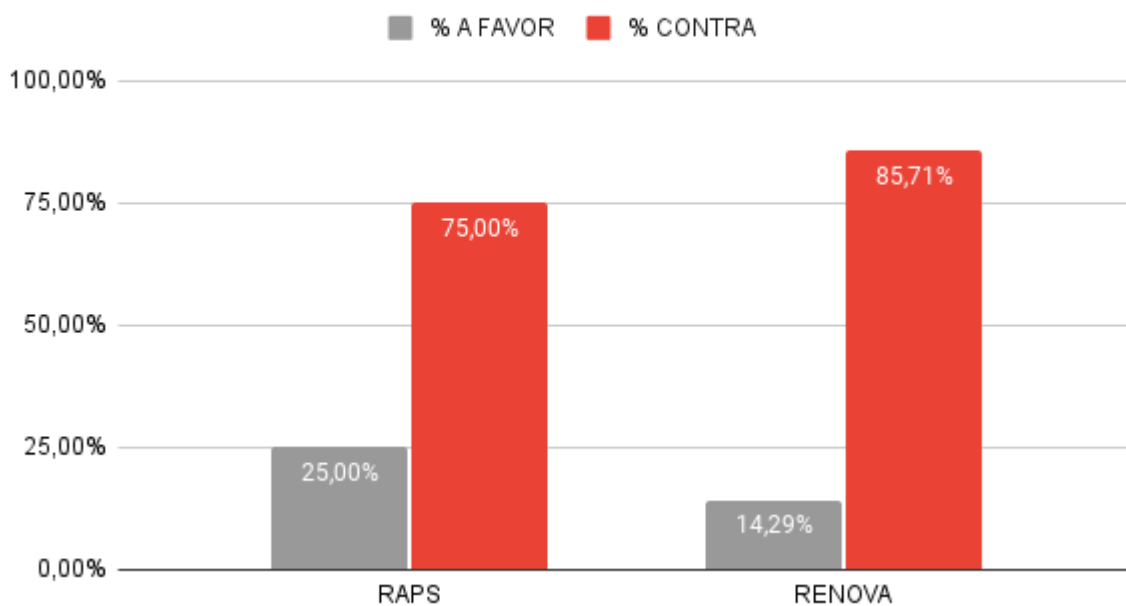
Já a privatização da Eletrobras, proposta pela Medida Provisória nº 1031, de 2021, e convertida na Lei nº 14.182 de 12/07/2021 após sua aprovação, também gerou discussões acirradas entre os favoráveis e os contrários. O argumento contrário é de que, assim como a água, a energia também é um bem comum estratégico e, portanto, não deveria estar sujeita aos interesses do mercado e da iniciativa privada. De acordo com Clark (2022), um sistema federal elétrico é uma questão de segurança e, por isso, muitas empresas europeias vêm sendo reestatizadas, demonstrando a importância de se pensar na estrutura de produção e de consumo da energia, para além do capital gerado por essas ações na bolsa.

Nessa pauta, ambas as organizações analisadas tiveram maioria de membros contrários, com 75% de votos contra na RAPS e 85,71% de votos contra no RenovaBR, invertendo a tendência das votações anteriores, conforme Tabela 20 e Gráfico 11.

Tabela 20 - Votação Privatização da Eletrobras (2021) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Privatização da Eletrobras			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	2	6	25,00%	75,00%
RENOVA	1	6	14,29%	85,71%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 11 - Votação Privatização da Eletrobras (2021)

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

A proposta de Autonomia ao Banco Central (Lei Complementar 179/2021), que foi pautada pela primeira vez há mais de 30 anos, foi aprovada na câmara e no senado e sancionada em 24/02/2021. Segundo Fattorelli (2021), coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida, “trata-se de proposta extremamente polêmica e perigosa, que deixa o controle da moeda e a política monetária do país em situação de injustificável vulnerabilidade, nas mãos dos bancos privados nacionais e internacionais”. A justificativa dos defensores da medida é a de “blindar” o Banco Central de pressões político-partidárias, mas para Fattorelli o argumento não se sustenta, pois na prática deixará o órgão suscetível ao setor financeiro.

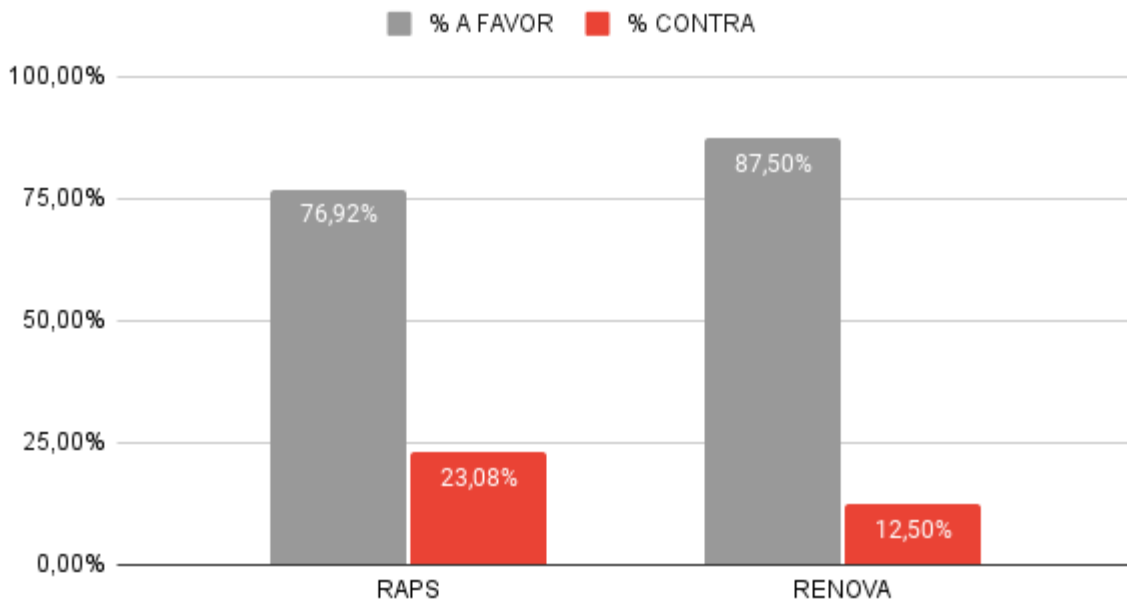
Deputados das organizações analisadas foram em maioria favoráveis, com quase 77% da bancada da RAPS e 87,50% da bancada do RenovaBR votando sim, conforme Tabela 21 e Gráfico 12.

Tabela 21 - Votação Autonomia do Banco Central (2021) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Autonomia do Banco Central			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	10	3	76,92%	23,08%
RENOVA	7	1	87,50%	12,50%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 12 - Votação Autonomia do Banco Central (2021)



Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Por fim, como tais organizações, em geral, destacam seu compromisso com pautas ambientais e sociais, observou-se duas medidas ligadas a esses temas.

O PL 3729 de 2004, que flexibiliza e dispensa a licença ambiental para diversas atividades e empreendimentos, teve o texto-base de seu substitutivo aprovado pela câmara dos deputados

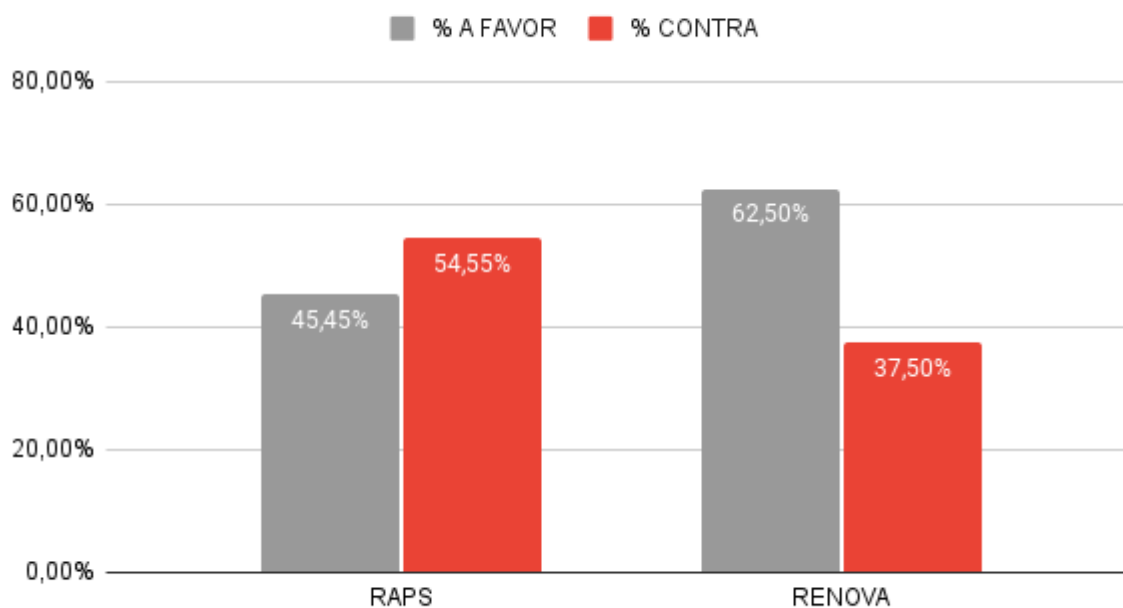
em 13/05/2021 e aguarda análise do senado. Araújo (2021), ex-presidente do Instituto Ibama e analista sênior de políticas públicas do Observatório do Clima, aponta que o projeto é "o maior retrocesso na experiência de licenciamento ambiental das últimas quatro décadas". Outros ambientalistas ouvidos alertam que a dispensa de licenciamento ambiental para atividades como obras nas áreas do saneamento básico, distribuição de energia elétrica de baixa tensão, atividades agropecuárias, silvicultura, pecuária extensiva, semi-intensiva e intensiva de pequeno porte, na prática, institucionaliza a "não licença" como regra.

Como observado na Tabela 22 e no Gráfico 13, a medida dividiu opiniões entre os membros das organizações analisadas, vencendo entre os deputados do RenovaBR com 62,50% dos votos favoráveis e perdendo entre os deputados da RAPS por uma pequena margem de 54,55% de votos contrários.

Tabela 22 - Votação Dispensa de Licença Ambiental (2021) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Dispensa de Licença Ambiental			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	5	6	45,45%	54,55%
RENOVA	5	3	62,50%	37,50%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 13 - Votação Dispensa de Licença Ambiental (2021)

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

O texto-base do PL 827, de 2020, que versa sobre a suspensão, até 31 de dezembro de 2021, de execução de ato ou decisão judicial, extrajudicial ou administrativa que imponha desocupação ou remoção coletiva de imóveis públicos ou privados, foi aprovado no Congresso Nacional e vetado pelo então presidente Jair Bolsonaro, porém o Congresso derrubou o veto, de forma que o projeto foi convertido na Lei nº 14.216, de 2021.

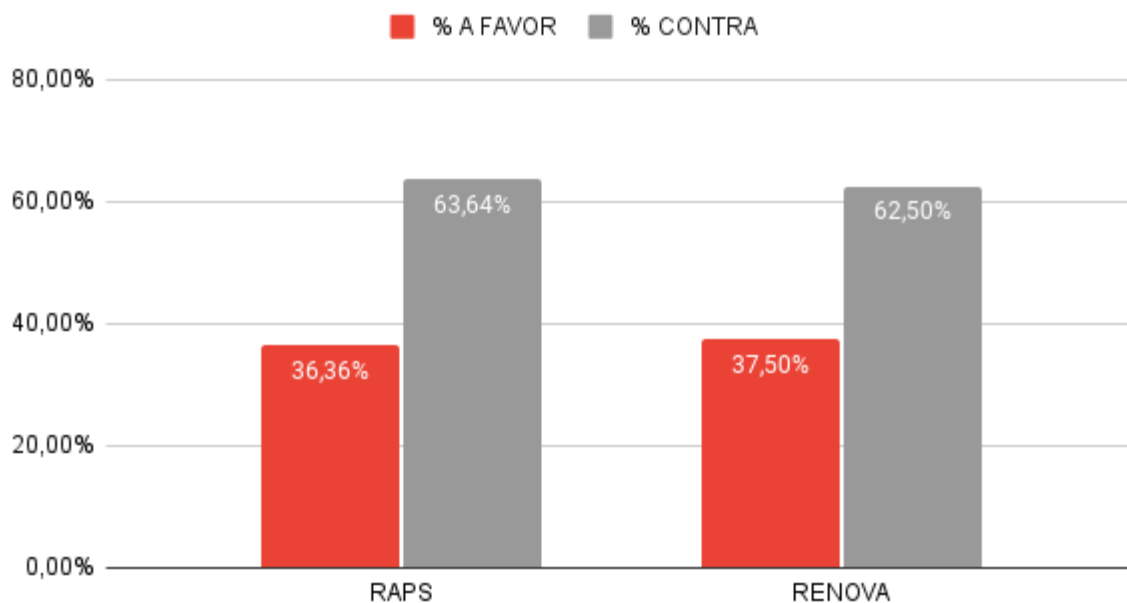
Entre as organizações analisadas, ambas tiveram maioria contrária à medida, ou seja, votaram contra a suspensão dos despejos na pandemia, com mais de 60%, conforme Tabela 20 e Gráfico 14.

Tabela 23 - Votação Suspensão de Despejo na Pandemia (2020) por Organização

ORGANIZAÇÃO	Suspensão de Despejo na Pandemia			
	A FAVOR	CONTRA	% A FAVOR	% CONTRA
RAPS	4	7	36,36%	63,64%
RENOVA	3	5	37,50%	62,50%

Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Gráfico 14 - Votação Suspensão de Despejo na Pandemia (2020)



Fonte: elaboração própria a partir da ferramenta o voto dos deputados (G1)

Muitas outras matérias poderiam ser objeto de análise visando ampliar o entendimento sobre a atuação parlamentar das organizações suprapartidárias selecionadas, mas em decorrência das limitações impostas pela pesquisa, o objetivo foi trazer um panorama, focando em algumas pautas que comumente produzem divergências entre determinadas posições ideológicas.

Assim, em relação à pauta de reformas previdenciárias e trabalhistas, ambas as organizações tiveram maioria favorável. Já quando se trata de privatizações, ambas foram majoritariamente favoráveis nas duas primeiras pautas, da privatização dos correios e do novo marco do saneamento, mas contrárias à privatização da Eletrobras. A autonomia do banco central também teve apoio majoritário das duas organizações. Por fim, a pauta ambiental, marcou uma diferenciação, com a maioria da bancada da RAPS sendo contrária e a maioria da bancada do RenovaBR sendo favorável, mas na pauta social, da suspensão dos despejos na pandemia, ambas foram contrárias.

3.2.2 Proposições Legislativas

Como recorte metodológico optou-se por observar as temáticas de maior prevalência entre os Projetos de Leis (PLs) de autoria dos deputados membros das organizações analisadas, no período de 2019 a 2022. Lembrando que um mesmo PL pode ser classificado em até cinco recortes temáticos diferentes, bem como, pode possuir múltiplos autores.

De acordo com os dados da Câmara dos Deputados, em 2019, os três temas mais votados na casa foram: Política e Administração Pública; Ciência, Tecnologia e Comunicação; e Direitos Humanos. Já em 2020, Política e Administração Pública continua sendo o tema mais votado, mas seguido por Saúde e Direitos Humanos, respectivamente, o que se justifica em razão da pandemia da Covid-19, que se tornou uma emergência de saúde global em 2020. Em 2021, o tema mais votado foi Ciência, Tecnologia e Comunicação, na sequência, Política e Administração Pública e Direitos Humanos. Por fim, o último ano analisado, 2022, repetiu o ranking de temas do ano anterior, com Ciência, Tecnologia e Comunicação liderando, seguida por Política e Administração Pública e Direitos Humanos, respectivamente. Considerando apenas os temas dos PLs que tramitaram no Congresso Nacional no período analisado, de 2019 a 2022, de acordo com a classificação do banco de dados abertos da Câmara Federal⁶¹, temos Saúde e Direitos Humanos e Minorias nas duas primeiras posições, seguido por Finanças Públicas e Orçamento e Trabalho e Emprego, conforme Tabela 24.

Tabela 24 - Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022)

CÂMARA FEDERAL (2019-2022)	
TEMA	PERCENTUAL
Saúde	12,55%
Direitos Humanos e Minorias	12,10%
Finanças Públicas e Orçamento	7,14%
Trabalho e Emprego	7,13%
Administração Pública	6,61%
Direito Penal e Processual Penal	6,38%

⁶¹ Mais informações em: <https://dadosabertos.camara.leg.br/>

Educação	4,77%
Viação, Transporte e Mobilidade	4,22%
Indústria, Comércio e Serviços	4,12%
Defesa e Segurança	3,75%
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	3,24%
Direito e Defesa do Consumidor	3,12%
Direito Civil e Processual Civil	3,09%
Homenagens e Datas Comemorativas	2,96%
Previdência e Assistência Social	2,86%
Economia	2,49%
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	2,16%
Comunicações	1,84%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	1,49%
Arte, Cultura e Religião	1,42%
Política, Partidos e Eleições	1,32%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	1,23%
Esporte e Lazer	0,98%
Direito e Justiça	0,75%
Ciência, Tecnologia e Inovação	0,73%
Turismo	0,39%
Estrutura Fundiária	0,35%
Direito Constitucional	0,31%
Relações Internacionais e Comércio Exterior	0,25%
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	0,23%
Ciências Sociais e Humanas	0,01%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados abertos da Câmara Federal

Entre as organizações analisadas, considerando apenas os PLs, no mesmo período, de 2019 a 2022, a RAPS teve como seu principal tema Administração Pública, com mais de 27%,

seguido por Direitos Humanos e Minorias, com mais de 19%, e Educação, com 5%, conforme Tabela 25.

Tabela 25 - Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022) - RAPS

MEMBROS DA RAPS (2019-2022)	
TEMA	PERCENTUAL
Administração Pública	27,52%
Direitos Humanos e Minorias	19,59%
Educação	5,20%
Saúde	4,62%
Finanças Públicas e Orçamento	4,31%
Arte, Cultura e Religião	3,89%
Direito Penal e Processual Penal	3,31%
Direito e Defesa do Consumidor	2,99%
Previdência e Assistência Social	2,89%
Direito Civil e Processual Civil	2,57%
Economia	2,47%
Defesa e Segurança	2,31%
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	2,31%
Ciência, Tecnologia e Inovação	2,05%
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1,94%
Comunicações	1,79%
Homenagens e Datas Comemorativas	1,73%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	1,58%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	1,58%
Trabalho e Emprego	1,00%
Política, Partidos e Eleições	1,00%
Direito e Justiça	0,89%
Esporte e Lazer	0,74%

Viação, Transporte e Mobilidade	0,68%
Indústria, Comércio e Serviços	0,63%
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	0,16%
Direito Constitucional	0,11%
Estrutura Fundiária	0,11%
Turismo	0,05%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados abertos da Câmara Federal

O RenovaBR, também teve os mesmos três temas, Administração Pública, Direitos Humanos e Minorias e Educação, como principais objetos de PLs entre seus membros, com respectivamente 36%, 14% e 6%, conforme Tabela 26.

Tabela 26 - Principais Temas (PLs) Câmara Federal (2019-2022) - RENOVAR

MEMBROS DO RENOVAR (2019-2022)	
TEMA	PERCENTUAL
Administração Pública	36,16%
Direitos Humanos e Minorias	14,42%
Educação	6,26%
Direito Penal e Processual Penal	5,02%
Saúde	3,79%
Direito Civil e Processual Civil	3,79%
Finanças Públicas e Orçamento	3,05%
Defesa e Segurança	2,64%
Trabalho e Emprego	2,64%
Arte, Cultura e Religião	2,31%
Ciência, Tecnologia e Inovação	2,22%
Previdência e Assistência Social	1,98%
Direito e Defesa do Consumidor	1,81%
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	1,73%

Comunicações	1,65%
Política, Partidos e Eleições	1,48%
Cidades e Desenvolvimento Urbano	1,32%
Economia	1,32%
Viação, Transporte e Mobilidade	1,15%
Indústria, Comércio e Serviços	1,15%
Esporte e Lazer	1,07%
Energia, Recursos Hídricos e Minerais	0,74%
Homenagens e Datas Comemorativas	0,66%
Agricultura, Pecuária, Pesca e Extrativismo	0,58%
Direito Constitucional	0,41%
Direito e Justiça	0,41%
Processo Legislativo e Atuação Parlamentar	0,25%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados abertos da Câmara Federal

Assim, podemos dizer que não há significativas divergências entre as organizações selecionadas quando se trata das principais temáticas, objetos de PLs por parte de seus membros. Mas como boa parte do período analisado foi marcado pela pandemia global do novo Coronavírus, a recorrência de algumas temáticas, especialmente relacionadas à saúde, orçamento público e direitos humanos, muito possivelmente foram afetadas, produzindo vieses. Com essa ressalva, em um primeiro olhar, os cinco temas mais pautados pela RAPS parecem estar alinhados aos temas que defendem, com exceção do fato de que as questões ambientais e de sustentabilidade, principais bandeiras da organização, não figuram nem entre os dez temas de maior incidência entre seus membros. As temáticas pautadas pelos membros do RenovaBR também demonstram similaridades com suas bandeiras, especialmente em relação à Educação e à Administração Pública.

Em que pese o pequeno recorte e a necessidade de uma análise mais profunda, que olhe detalhadamente para cada PL apresentado, alguns indícios podem ser observados quando se isolam grupos minoritários. Considerando apenas os PLs apresentados pelas mulheres das RAPS e do RenovaBR no período analisado, o tema principal é Direitos Humanos e Minorias, com

cerca de 30% de incidência, o dobro do observado entre os homens das mesmas organizações, que apresentaram 15% de PLs com essa temática, ocupando a segunda posição, atrás do tema Administração Pública, com 29%. Outro recorte verificado foi em relação à única representante dos povos originários, que apresentou o índice de 36% de PLs relacionados ao tema de Direitos Humanos e Minorias, ou seja, ainda maior do que entre as mulheres. Os dois autodeclarados pardos do recorte tiveram como temas predominantes em seus PLs Direito Penal e Processual Penal, com 13%, e Esporte e Lazer, com 11% do total. Entre as pessoas com deficiência que integram o recorte analisado, o tema principal foi Administração Pública, com 48%, seguido ao longe por Direitos Humanos e Minorias, com apenas 9% dos PLs.

Tais resultados parecem apontar para uma diferenciação temática a partir da representação de diferentes perspectivas, mas para resultados mais conclusivos seria importante observar um recorte maior, analisando ainda mais profundamente as propostas de leis apresentadas.

Por fim, o ano de 2022, marcado por eleições presidenciais bastante polarizadas, encerrou o ciclo na Câmara Federal para alguns dos membros das organizações analisadas. Nas eleições de 2022, 10 dos 16 membros da RAPS tentaram a reeleição, sendo que três foram reeleitos deputados federais, ou seja 30%. Outros quatro disputaram outros cargos, mas não se elegeram. Alguns, quatro no total, ocupam hoje posições no governo federal, em governos estaduais e em outros órgãos. Ressalvando que ao final da legislatura, o recorte era de 14 membros, pois durante o período analisado um membro da organização faleceu e outro passou a ocupar o cargo de prefeito. Já entre os nove membros do RenovaBR, seis disputaram a reeleição e dois foram reeleitos deputados federais, ou seja 33%. Outros três disputaram cargos diferentes mas não tiveram sucesso. Por fim, um nome foi escalado para ocupar uma secretaria no município do Rio de Janeiro e outro para atuar em órgão federal.

Metade dos deputados que tiveram sua estréia na Câmara Federal em 2018 não conseguiu se reeleger, enquanto entre aqueles que já tinham dois mandatos ou mais, quase sete em cada 10 obtiveram êxito na reeleição⁶². O índice de renovação também caiu em relação a 2018, indo de 47% para 39% em 2022, enquanto o percentual de reeleição foi de 57%, considerando todos os

⁶² Mais informações em:

<https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/metade-dos-deputados-estreadantes-em-2018-nao-conseguiu-novo-mandato-em-2022>. Acesso em: 21 abr. 2023

deputados que passaram pela Câmara Federal durante a legislatura⁶³. Observando o recorte analisado o índice de reeleição foi de 21% entre os membros da RAPS e de 22% entre os membros do RenovaBR. Podemos, portanto, aventar, com base nos dados disponíveis e no recorte analisado, que a tendência à renovação e o sucesso das organizações suprapartidárias, observados em 2018, não se repetiram nas eleições para a Câmara Federal em 2022.

As explicações para isso ainda precisam ser melhor estudadas, mas ao que parece a onda surfada por tais atores, de enfraquecimento dos partidos e da negação da política, que favoreceu a ascensão de *outsiders*, parece estar perdendo força, motivada pelo legado desastroso do governo Bolsonaro⁶⁴ e as irregularidades da Operação Lava Jato, que teve seus principais nomes ingressando na política⁶⁵. O desempenho eleitoral fraco entre o recorte analisado em 2022 talvez também tenha a ver com o distanciamento entre suas atuações e as expectativas de seus eleitores. O perfil dos eleitos, pelas organizações analisadas, em que pesem alguns avanços representativos, é predominantemente de homens brancos. Os índices legislativos demonstraram alto índice de governismo e baixo índice de apoio ao trabalhador, especialmente entre os membros do RenovaBR. As votações das pautas analisadas demonstraram algumas divergências entre os grupos, mas com um predomínio de apoio às pautas neoliberais, inclusive em medidas que possuem grande impacto na vida da população, como a reforma da previdência e a reforma trabalhista. Surpreende especialmente os resultados em relação à pauta ambiental, com a RAPS sendo contra por uma pequena margem, e à pauta social, com ambas sendo contrárias à suspensão dos despejos durante a pandemia. Já as temáticas mais apresentadas pelos membros de ambas as organizações não difere muito no todo, mas é possível verificar algumas variações, ainda incipientes devido ao pequeno recorte, quando se observa as perspectivas de diferentes grupos minoritários.

⁶³ Mais informações em:

<https://www.camara.leg.br/noticias/911393-com-mais-deputados-reeleitos-e-menos-novatos-renovacao-da-camara-se-ra-de-39/>. Acesso em: 21 abr. 2023

⁶⁴ Mais informações em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2022/12/14/legado-economico-de-bolsonaro-reformas-abafadas-por-es-tado-sufocado-e-alta-das-desigualdades.htm>. Acesso em 21 mai. 2023.

⁶⁵ Mais informações em:

<https://www.brasildefato.com.br/2022/02/03/um-ano-apos-fim-da-lava-jato-juristas-analisam-entrada-de-moro-e-dall-agnol-para-a-politica>. Acesso em: 21 mai. 2023

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto anteriormente, de acordo com Young (2006), opiniões, interesses e perspectivas são alguns dos principais aspectos que podem ser representados. A autora aponta que, em geral, os partidos políticos funcionam como veículos para a representação de opiniões através de seus programas, que organizam temas políticos de acordo com "princípios, valores e prioridades". Assim, as organizações aqui analisadas, embora suprapartidárias e com membros em diferentes siglas, também demonstram em suas comunicações públicas e suas atuações "princípios, valores e prioridades", que buscam organizar por meio das suas formações, comunicações, materiais e orientações aos seus membros. Young aponta ainda que

[...] é importante fazer uma distinção genérica entre associações políticas motivadas por um interesse instrumental e associações políticas motivadas por um comprometimento com crenças e valores. Enquanto a primeira forma de motivação é autocentrada, mesmo que autocentrada num grupo, a segunda, freqüentemente, se assume como imparcial ou mesmo altruísta (YOUNG, 2006, p. 161)

Nesse aspecto, a análise começa a encontrar zonas cinzentas e intermediárias, visto que ambas as organizações assumem determinadas crenças e valores, na sustentabilidade, na educação, no combate à desigualdade, na democracia, na renovação, na modernização, mas, ao mesmo tempo, apontam também para interesses instrumentais ligados à uma determinada visão econômica de mundo, alinhada em geral aos interesses das elites econômicas e ao neoliberalismo, o que muitas vezes acaba por se chocar com as crenças e valores apresentadas anteriormente.

Assim, a partir da análise das duas organizações, podemos inferir que suas opiniões são parcialmente divergentes, em pontos como a aceitação de políticos experientes em seus quadros e o financiamento eleitoral. Além disso, suas comunicações institucionais apontam para referenciais políticos e sociais diferentes, pelo menos em relação à narrativa.

A característica híbrida, que coloca as organizações analisadas em um espaço intermediário entre *think tanks*, que buscam difundir ideias e influenciar políticas públicas por meio das mais diversas estratégias, e partidos políticos, que visam ganhos eleitorais para colocar seus programas em pauta, especialmente aqueles mais característicos das chamadas novas direitas latinoamericanas, que se caracterizam pela atuação por meio de *think tanks* e por um apoio à pautas como combate à desigualdade e sustentabilidade, combinado com a defesa de uma visão hegemônica neoliberal.

Ambas as organizações atuam na formulação de políticas públicas, com a RAPS atuando mais diretamente nessa área, por meio dos seus guias temáticos e bancos de propostas, além das formações orientadas à sustentabilidade, e o RenovaBR adentrando no tema de forma mais indireta, por meio de suas formações e narrativas, que preconizam as políticas públicas "baseadas em evidências" enquanto defendem reformas de cunho neoliberal como a da previdência e a trabalhista e importam jargões e práticas da iniciativa privada para o setor público.

De acordo com Young (2006), além das opiniões, os interesses também são passíveis de representação. Mais do que isso, a autora destaca que

A representação do interesse é corrente na prática política, e talvez haja mais teoria da representação do interesse do que de qualquer outro tipo de representação. Não pretendo retomar aqui a vasta literatura sobre os grupos de interesse e os meios pelos quais eles podem obter influência política. Apenas assinalo que faz parte do processo de livre associação na democracia comunicativa que as pessoas tenham liberdade de pressionar, politicamente, por políticas que atendam a seus interesses e de se organizar com outras pessoas que tenham interesses similares a fim de obter influência política (YOUNG, 2006, p. 159).

Faz parte da sociedade e da política se associar em torno de interesses comuns. Os interesses diferem das ideias, princípios e valores na medida em que se referem aos meios para alcançar tais fins (YOUNG, 2006). Porém, Young (2006, p. 159) aponta que "os interesses freqüentemente conflitam não apenas entre agentes, mas também nas ações de um único agente". Ao optar pelo suprapartidarismo e por abarcar uma pluralidade de visões, as organizações analisadas se colocam nessa dualidade, pois seus interesses por vezes se chocam com a profusão de interesses de seus membros. Mas o problema de fato existe quando tanto os meios como os fins estão em desalinhamento entre os membros de determinado grupo ou organização, pois desta forma se perde o objeto próprio do agrupamento. Para Young (2006, p. 159) "[...] é importante notar que os interesses não necessariamente conflitam entre si" e que "a busca de fins em sociedade e o arranjo dos instrumentos políticos que viabilizam essa busca não precisam necessariamente estar estruturados como um relacionamento de soma zero entre os agentes."

Portanto, não há nenhum problema em se associar para representar opiniões e interesses, mas a ressalva aqui se dá em razão das omissões e contradições presentes tanto nas narrativas como na atuação apresentadas pelas organizações analisadas. Por exemplo, o recurso a uma suposta imparcialidade é bastante utilizado como ferramenta narrativa que visa despolitizar o debate em torno de pautas importantes, ocultando seu viés na luta de classes.

Miguel (2022, p. 250) aponta que

Muitos desses movimentos são incubadoras de lideranças financiadas com dinheiro empresarial; sob a bandeira genérica da 'ética na política' – e recusando qualquer identificação ideológica ostensiva – produzem candidatos comprometidos com seus interesses, filiados a diversos partidos. São também uma maneira de burlar a proibição de financiamento de campanhas por empresas, que passou a vigorar em 2018.

Por fim, outro tipo de representação possível de acordo com Young (2006) é a das perspectivas, que têm como característica mais relevante, em comparação com a representação das opiniões e interesses, que a representação de uma perspectiva social não pode ser considerada por si mesma ilegítima, ao contrário de outros tipos de representação que permitem tais questionamentos.

Como perspectiva social compreende-se a localização de determinado agente no campo social, de forma que supõe-se que aqueles que dividem o mesmo campo social possuam pontos de vista semelhantes, em oposição, aqueles que estão distantes possuam uma tendência a ver as coisas de modo diverso. Conforme Young (2006, p. 163), "cada perspectiva social é particular e parcial com relação ao campo social em seu todo, e, a partir de cada perspectiva, alguns aspectos da realidade dos processos sociais são mais visíveis que outros". Assim, não significa necessariamente que pessoas de mesma perspectiva terão opiniões e interesses iguais, mas que suas vivências e pressupostos comuns diferenciam o lugar de onde partem suas reflexões e conexões, sejam elas conscientes ou inconscientes.

Tal complexidade aponta para uma ampla discussão em relação a representação de minorias, pois embora possam partir de uma mesma perspectiva social, não necessariamente terão as mesmas opiniões e interesses, mas isso não enfraquece a relevância do debate sobre representatividade. E talvez esteja justamente nesse aspecto o maior ganho das organizações de renovação política. Ainda que as organizações analisadas tragam esse aspecto mais no discurso do que na atuação prática, ao incentivar a representatividade de minorias subrepresentadas, como a indígena e a de pessoas com deficiência, trás para a política institucional a representação de perspectivas que, como vimos, podem influenciar na prática política. Evidentemente que para se ter uma "renovação" efetiva, no sentido de representação de diferentes perspectivas sociais, ainda há um longo caminho a ser percorrido por tais organizações, especialmente em relação à gênero e raça, quando verificamos que a grande maioria dos seus membros eleitos ainda são de homens brancos.

Outro ponto evidenciado nesta pesquisa é o da narrativa da "nova política" como contraponto à "velha política". De acordo com o fundador do RenovaBR⁶⁶, o projeto surgiu como alternativa ao cenário político de "falta de representatividade", propondo "mais transparência" e "decisões baseadas em evidências", além da "atitude ética que promove a redução da desigualdade". Mas ao observar a atuação prática dos seus membros, tais premissas não se sustentam. Além das votações analisadas e do baixo índice de apoio ao trabalhador, o significativo nível de governismo em relação ao governo Bolsonaro aponta para importantes contradições entre discurso e prática, visto que, conforme Limongi (2019a), Bolsonaro representa a "velhíssima política".

Para o autor (LIMONGI, 2019b), alguns desses grupos utilizam a fachada da renovação para ocultar práticas da velha política, como a defesa de interesses das elites empresariais, driblando o sistema: "como não podem financiar campanhas (o Supremo Tribunal Federal proibiu doações de empresas em 2015), financiam indiretamente a criação de líderes políticos".

A análise apresentada por Lopes (2022) também demonstra que a renovação pregada ficou mais limitada ao aspecto do financiamento eleitoral, especialmente no caso do RenovaBR, do que na atuação, semelhante a dos políticos tradicionais. A maior dependência dos recursos privados, mais uma vez deixa transparecer uma visão onde os benefícios da iniciativa privada se sobrepõem aos sistemas públicos de financiamento eleitoral, o que é facilitado pelas relações estabelecidas entre tais organizações e a elite empresarial nacional.

Fraser (2018, p. 46) aponta para um bloco progressista-neoliberal, que combina "um programa econômico expropriativo e plutocrático com uma política liberal-meritocrática de reconhecimento". De acordo com a autora, o projeto neoliberal precisou de uma nova roupagem para continuar triunfando, utilizando assim "outras aspirações não econômicas de emancipação", como diversidade, empoderamento, multiculturalismo e ambientalismo, reduzindo, desta forma, a igualdade à meritocracia.

O problema é que nenhuma vertente do neoliberalismo é capaz de resolver suas próprias contradições que estão ancoradas nas injustiças de classe do capitalismo financeirizado. Assim, Fraser (2018, p. 63) aponta que "o tipo de mudança que exigimos só pode vir de outro lugar, de um projeto que é no mínimo antineoliberal, se não anticapitalista."

⁶⁶ Mais informações em:

<https://exame.com/colunistas/eduardo-mufarej/renovacao-politica-sem-fronteiras/> Acesso em: 14 mai. 2023.

Tal discussão está diretamente ligada às questões da democracia e da representação. Quando Brown (2019) fala da "desdemocratização" está apontando para como a nova razão neoliberal corrompe e esvazia os fundamentos básicos da democracia liberal. Para Runciman (2018, p. 8):

Uma versão esvaziada da democracia tem o perigo de nos acalantar com uma falsa sensação de segurança. Podemos continuar a confiar na democracia e recorrer a ela como salvação, ao mesmo tempo que fervemos de irritação com sua incapacidade de corresponder às nossas expectativas.

Miguel (2022) também aponta para sinais de transformações no espaço da representação política, causado pela fragmentação dos sujeitos, que torna cada vez mais difícil o processo representativo, ao contrário de quando o eixo de classe era aceito como definição central, os novos fluxos discursivos levam a uma multiplicidade de reivindicações representativas, por vezes concorrentes e é justamente nesse cenário que as clássicas estruturas partidárias aparecem engessadas, reforçando o desgaste dos partidos como principais organizadores das disputas políticas.

Por outro lado, o contexto que beneficiou os *outsiders* e as organizações suprapartidárias, de negação da política, também enfraquecem o engajamento e o debate político como um todo, tão necessários a um modelo de representação participativa. Segundo Young (2006), a ausência da participação cidadã diminui a conexão entre representantes e eleitores, fazendo com que essa conexão tenda ao rompimento que favorece a posição do representante como um agente da elite. Tal situação parece ocorrer no caso das organizações analisadas, em menor ou maior grau, colocando uma contradição entre a negação da política e a defesa de uma política mais participativa.

Para Miguel (2022) os efeitos das estruturas empresariais de gestão de candidaturas ainda não estão muito claros, se tais atores irão se firmar no cenário político nacional e se estamos diante de "uma mudança do vocabulário corrente ou [se] está surgindo toda uma nova sintaxe". O fato é que cada vez mais a influência dos aparelhos privados de hegemonia empresarial apontam para um sistema de "corporate welfare"⁶⁷.

Portanto, a hipótese inicial, de que as organizações analisadas se beneficiaram da crise de representação política desencadeada a partir dos acontecimentos de junho de 2013, parece se

⁶⁷ Laura Carvalho (2018), aponta que Bernie Sanders utilizou a expressão "Corporate Welfare" para se referir a medidas do governo Trump, em um jogo de palavras com o sistema de Bem-Estar Social, onde ao invés de proteger os mais vulneráveis, no "Bem-Estar Corporativo" são as corporações as beneficiárias dos governos.

confirmar ao observarmos o contexto de surgimento e ascensão e as narrativas apresentadas por tais organizações, bem como seus resultados eleitorais em 2018. Por outro lado, podemos inferir que o recurso à retórica da "nova política", adotado pelos atores da pesquisa, parece estar mais presente no discurso de que na atuação prática, visto que pontos como representatividade, participação social, ética, sustentabilidade e inclusão social não foram incorporados satisfatoriamente na práxis política. Elementos como o alto índice de governismo em relação ao bolsonarismo, o baixo índice de apoio ao trabalhador e a adesão, em geral favorável, às pautas neoliberais, corroboram com esse entendimento.

Ainda assim, a análise comparada entre as duas organizações demonstrou algumas diferenças, por exemplo em relação ao financiamento eleitoral e à aceitação de membros já atuantes na política, além de um maior alinhamento do RenovaBR ao referencial neoliberal, apontando para uma menor aderência da RAPS à hipótese inicial.

Em relação às opiniões, interesses e perspectivas representadas, os resultados alcançados apontam mais para indícios do que para conclusões. Por exemplo, a análise das proposições legislativas, a partir das suas áreas temáticas, não trouxe grandes contribuições no geral, mas apontou para algumas diferenciações interessantes quando observados recortes específicos, como de gênero e raça. Um recorte maior e uma análise mais detalhada de cada proposição legislativa, não realizada em função da limitação temporal deste trabalho, poderia fornecer materiais mais relevantes para a investigação.

Assim, a pesquisa aqui em questão, longe de esgotar a discussão, busca evidenciar tais contradições, na narrativa e na atuação prática das organizações analisadas, especialmente em relação às suas conexões empresariais e apoio à medidas neoliberais, em que pese o pequeno e localizado recorte e a necessidade de ampliação dos estudos sobre o tema, contribuindo para o debate sobre representação política. Alguns dos possíveis aprofundamentos metodológicos passam pela continuidade da análise dos mandatos legislativos dos membros das organizações de renovação e formação política, considerando a mudança ideológica na presidência do país a partir de 2023, bem como da atuação nos mandatos executivos e nos cargos de primeiro escalão, além da observação da capilaridade regional de tais organizações, sua presença e influência nos estados e municípios. Também faz-se necessário aprofundar a análise em relação às conexões com atores nacionais e transnacionais na formação de redes de circulação de ideias neoliberais.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. **Presidencialismo de coalizão: Raízes e evolução do modelo político brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Tradução de Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALONSO, Angela. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos**, São Paulo, n. jun. 2017, p. 49-58, 2017. Disponível em: https://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-da-s-ruas.pdf. Acesso em: 12 fev. 2021.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista debates**, Porto Alegre, v.7, n.2, 2013.

ANDERSON, Perry. Bolsonaro's Brazil. London. **Review of Books**, Vol. 41, Nº 3, 2019.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1, p. 211–239, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/RyfdLystcfKXNSPTLpsCnZp/?lang=pt>. Acesso em 28 jun. 2021.

ANTUNES, Davi. **Capitalismo e desigualdade**. Campinas: (tese de doutorado) IE/UNICAMP, 2011.

ARAÚJO, Suely. Organizações ambientais repudiam aprovação de PL do "não-licenciamento" ambiental. [Entrevista concedida a] SUDRÉ, Lu. Brasil de Fato, São Paulo, 13 mai. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/13/organizacoes-ambientais-repudiam-aprovacao-de-pl-do-nao-licenciamento-ambiental>. Acesso em: 22 mai. 2023.

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. Tradução de José Rubens Siqueira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2002.

_____. **Verdade e política: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ARISTÓTELES. **Política**. Lisboa: Vega, 1998. Livro I.

AVRITZER, Leonardo. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos Cebrap**, Vol. 37, Nº 2, 2018.

_____. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; CASTRO, Henrique Carlos de O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, V. 12, N.1, 2018.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Trad. Carmen C, Varriale et al.; Coord. trad. João Ferreira; Rev. geral João Ferreira e Luis Guerreiro Pinto Cacais. 11. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. v. 1.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; AMARAL, Oswaldo E. do. Governos de esquerda e a qualidade da democracia na América Latina: notas de pesquisa. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais eletrônicos [...]**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2012. p. 1-22.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019. Altera o sistema de previdência social e estabelece regras de transição e disposições transitórias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 13 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc103.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Lei Complementar nº 179, de 24 de fev de 2021. Define os objetivos do Banco Central do Brasil e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu Presidente e de seus Diretores; e altera artigo da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 25 fev. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp179.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica; estabelece garantias de livre mercado; altera as Leis nºs 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 12.682, de 9 de julho de 2012, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.934, de 18 de novembro 1994, o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946 e a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; revoga a Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, a Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e dispositivos do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966; e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil (edição extra)**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 20 set. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.html. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento, a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar o nome e as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos, a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição Federal, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País, a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar dos prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 (Estatuto da Metrópole), para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões, e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114026.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Lei nº 14.182, de 12 de julho de 2021. Dispõe sobre a desestatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras); altera as Leis n^{os} 5.899, de 5 de julho de 1973, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, 10.848, de 15 de março de 2004, 13.182, de 3 de novembro de 2015, 13.203, de 8 de dezembro de 2015, 14.118, de 13 de janeiro de 2021, 9.648, de 27 de maio de 1998, e 9.074, de 7 de julho de 1995; e revoga dispositivos da Lei nº 3.890-A, de 25 de abril de 1961. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, p. 3, 13 jul. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14182.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021. Estabelece medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano, e a concessão de liminar em ação de despejo de que trata a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, e para estimular a celebração de acordos nas relações locatícias. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, p. 3, 8 out. 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14216.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Medida Provisória nº 1.045, de 27 de abril de 2021. Institui o Novo Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas complementares para o enfrentamento das consequências da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) no âmbito das relações de trabalho. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, p. 2, 28 abr. 2021.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1045.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Medida Provisória nº 881, de 30 de abril de 2019. Institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica, estabelece garantias de livre mercado, análise de impacto regulatório, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil (edição extra):** seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 abr. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv881.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Medida Provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil:** seção 1, Brasília, DF, p. 5, 12 nov. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv905.htm. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 3729, de 2004. Dispõe sobre o licenciamento ambiental, regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=257161>. Acesso em: 9 jul. 2022.

_____. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei nº 591, de 2021. Dispõe sobre o marco regulatório, a organização e a manutenção do Sistema Nacional de Serviços Postais (SNSP); altera as Leis nºs 5.070, de 7 de julho de 1966, 6.538, de 22 de junho de 1978, 9.472, de 16 de julho de 1997, 10.871, de 20 de maio de 2004, 11.890, de 24 de dezembro de 2008, e 13.326, de 29 de julho de 2016; e revoga as Leis nºs 498, de 28 de novembro de 1948, 937, de 30 de novembro de 1949, 1.882, de 9 de junho de 1953, e 2.610, de 22 de setembro de 1955, e os Decretos-Lei nºs 2.621, de 24 de setembro de 1940, 4.030, de 19 de janeiro de 1942, 6.613, de 22 de junho de 1944, 8.308, de 6 de dezembro de 1945, 8.867, de 24 de janeiro de 1946, e 8.988, de 16 de fevereiro de 1946. Brasília: Câmara dos Deputados, 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2270894>. Acesso em: 9 jul. 2022.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo:** a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Editora Filosófica Politéia, 2019.

CAPELLA, Ana. Cláudia. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. In: Hochman, G.; Arretche, M.; Marques, E. (org.) **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira**. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Política social e desenvolvimento no Brasil. **Economia e Sociedade**, v. 21, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/issue/view/861>. Acesso em: 27 mai. 2021.

CLARK, Giovani. Privatização da Eletrobrás: quais as consequências para o consumidor? [Entrevista concedida a] GLÓRIA, Luíza. **Universidade Federal de Minas Gerais**, 23 jun. 2022. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/privatizacao-da-eletobras-quais-as-consequencias-para-o-consumidor>. Acesso em: 19 mar. 2022.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina. Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. *In*: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org) **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. **Informe 2018**. Santiago de Chile. 2018. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp>. Acesso em: 14 jul. 2021.

CORRÊA, Marcos Sá. A arte de se livrar de um emprego ruim. **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 48, set. 2010. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/guilherme-leal/>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo. **Disputando hegemonia no ensino superior e na universidade**: a atuação das think tanks liberais brasileiras na academia. 2021. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1164716>. Acesso em: 08 ago. 2022.

CRISTOFOLETTI, Evandro Coggo; SERAFIM, Milena Pavan. As Think Tanks liberais no Brasil enquanto aparelhos de hegemonia: influências na sociedade civil e no Estado. **Seminários do LEG**, n. 9, p. 5–26, 2018. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/eventos/index.php/leg/article/view/1472>. Acesso em 28 jun. 2021.

CRUZ, Sebastião Velasco e. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. *In*: Cruz, Sebastião Velasco e; Kaysel, André; Codas, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CUNHA, Natiele Pucinelli da. **Organizações políticas suprapartidárias e a narrativa da renovação**: uma análise da agenda de reforma trabalhista no Congresso Nacional (2019-2021).

2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Gestão de Políticas Públicas) – Escola de Artes, Ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, 2023.

FATTORELLI, Maria Lucia. Entenda os riscos da autonomia do Banco Central; projeto pode ser votado nesta terça. [Entrevista concedida a] COLODETI, Elisângela; ANDRADE, Naiana. **Brasil de Fato**, Belo Horizonte, 8 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/08/entenda-os-riscos-da-autonomia-do-banco-central-pr-ojeto-pode-ser-votado-nesta-terca>. Acesso em: 22 mai. 2023.

FAVARETO, Arilson. O Brasil na contramão, de novo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasil, 14 Ago. 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/lei-do-saneamento-e-as-desigualdades/>. Acesso em: 23 out. 2021.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas mórbidos: a encruzilhada da esquerda brasileira**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019. Edição Kindle.

FERREIRA, Otavio Dias de Souza. **Do Carandiru à lei antiterror: democratização e maré cinza na esfera pública sobre direitos humanos no sistema punitivo em São Paulo**. 2019. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-06082019-143656/pt-br.php>. Acesso em: 30 mar. 2023

FIORI, José Luís. **Estado do Bem-Estar Social: Padrões e Crises**. São Paulo: IEA, 1997.

FISCHER, Karin; PLEHWE, Dieter. La formación de la sociedad civil neoliberal en América Latina: redes de think tanks e intelectuales de la nueva derecha. In: RAMIREZ, H. **O neoliberalismo sul-americano em clave transnacional: enraizamento, apogeu e crise**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2013. p. 58-78.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo: Teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz e Editora UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

FRASER, Nancy. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, v. 17 n. 40 (2018). Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43>. Acesso em: 21 mai. 2023.

FRIDERICHS, Lidiane Elizabete. Instituto Liberal e Instituto de Estudos Empresariais: mentores da nova direita neoliberal brasileira. In: MIRANDA, João Elter Borges. **Existe uma nova direita no Brasil contemporâneo?** In: SANTOS, M. A. M. B.; MIRANDA, J. E. B. (Org.) Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020 (Coleção Singularis, v9).

GIAMBIAGI, Fabio. Estabilização, reformas e desequilíbrios macroeconômicos: os anos FHC (1995-2002). In: GIAMBIAGI et al. (Org.) **Economia brasileira contemporânea (1945-2010)**. 2 Ed. São Paulo: Elsevier Editora, 2011.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias Políticas: do liberalismo ao fascismo**. São Paulo: Ática, 2010. Vol. I.

HOVELER, Rejane. Quatro fatos (e uma interpretação) sobre o “RenovaBR”. **Esquerda Online**, 2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/08/23/quatro-fatos-e-uma-interpretacao-sobre-o-renovabr/?doing_wp_cron=1684706794.3564660549163818359375. Acesso em: 21 mai. 2023.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. Bolsonaro and Brazil's illiberal backlash. **Journal of Democracy**, Vol. 30, N° 1, 2019.

KAYSEL, André. Regressando ao Regresso: elementos para uma genealogia das direitas brasileiras. In: Velasco e Cruz, Sebastião; Kaysel, André; Cudas, Gustavo (Orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

KLIKSBERG, Bernardo. **Como enfrentar a pobreza e a desigualdade?** uma perspectiva internacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/miolo-Kliksberg-final.pdf>. Acesso em: 27 mai. 2021.

KORYBKO, Andrey. **Guerras híbridas:** das revoluções coloridas aos golpes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LAVAL, Christian.; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

LEVITSKY, Steven; ROBERTS, Kenneth (Ed.). **The Resurgence of the Latin American Left**. Baltimore: Johns Hopkins, 2011.

LIMONGI, Fernando. Bolsonaro pratica a velhíssima política. **FGV EESP**, 2019a. Disponível em: <https://eesp.fgv.br/noticia/limongi-bolsonaro-pratica-velhissima-politica>. Acesso em: 19 mar. 2022.

_____. A fábrica brasileira de novos políticos [Entrevista concedida a] GORTÁZAR, N. G. **El País**, 7 jul. 2019b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/07/politica/1562500503_401572.html. Acesso em: 19 mar. 2022.

LOPES, José Marcos. Renovação política pregada por movimentos ficou limitada ao financiamento das campanhas. **Plural**, Curitiba, 14 mar 2022. Disponível em: <https://www.plural.jor.br/noticias/poder/renovacao-politica-pregada-por-movimentos-ficou-limitada-ao-financiamento-das-campanhas/>. Acesso em: 31 mai. 2022.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. Tradução: Marcelo Carcanholo, Universidade Federal de Uberlândia - MG. Post-scriptum traduzido por Carlos Eduardo Martins, Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, RJ. Fonte: Editora Era, México, 1990.

MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista**. 1848 (disponível online).

MASCARO, Alysso Leandro. **Estado e forma política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MAZZA, Luigi. Escola sem partido: A fábrica de gestores públicos do RenovaBR. **Revista Piauí**, São Paulo, Edição 161, fev. 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/escola-sem-partido/>. Acesso em: 27 de agosto de 2022.

MIGUEL, Luis Felipe. Carreira política e sistema partidário no Brasil: entropia ou reconfiguração? **Política & Sociedade**. v. 21 n. 50 (2022): Trajetórias e usos de biografias nas ciências sociais. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2022.e84566>. Acesso em: 21 mai. 2023.

_____. **Democracia e Representação: Territórios em Disputa**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.

MIRANDA, João Elter Borges. Existe uma nova direita no Brasil contemporâneo? In: SANTOS, M. A. M. B.; MIRANDA, J. E. B. (Org.) **Nova direita, bolsonarismo e fascismo: reflexões sobre o Brasil contemporâneo**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020 (Coleção Singularis, v9).

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: SENAC. São Paulo, 2001.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **O que é burocracia** (Coleção Primeiros Passos). 16ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2000.

MOURA, Gabriel Vieira de. **A interação entre os Movimentos de Renovação Política e os partidos na dinâmica eleitoral de 2018**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37549>. Acesso em: 29 jun. 2022.

NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOVELLI, Vinicius. Privatizar ou estatizar? Como o mundo lida com o saneamento básico. **VEJA**, São Paulo, 26 Jun. 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/privatizar-ou-estatizar-como-o-mundo-lida-com-o-saneamento-basico/>. Acesso em: 06 nov. 2021.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa? **Novos Estudos CEBRAP**, n° 31, Out 1991, pp. 25-40. Disponível em: <https://uenf.br/cch/lesce/files/2013/08/Texto-2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PAIVA, Letícia; CASTRO, Juliana. Privatização dos Correios: o que está em jogo e o passo a passo até a venda. **Jota Info**, São Paulo, nov. 2021. Disponível em: <https://www.jota.info/legislativo/privatizacao-dos-correios-o-que-esta-em-jogo-e-o-passo-a-passo-ate-a-venda-09112021>. Acesso em: 22 mai. 2023.

PICUSSA, Roberta. O que esperar dos deputados federais eleitos por grupos de renovação política no Brasil? In: I Seminário Discente de Ciência Política da UFPR (SDCP). **GT Elites Políticas e Estatais**. Curitiba, PR: UFPR, 2020. Disponível em: <https://eventos.ufpr.br/SDCP/SDCP2020/paper/view/3095>. Acesso em 28 jun. 2022.

PITKIN, Hanna. Representação: Palavras, instituições e ideias. **Lua Nova**, n° 67, p. 15-47, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200003>. Acesso em: 31 mai. 2022.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000.

POWER, Timothy; JAMISON, Giselle. Desconfiança política na América Latina. **Opinião Pública**, n° 11 (1), Mar 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762005000100003>. Acesso em: 12 ago. 2021.

PRATTO, F; SIDANIUS, J; LEVIN, S. Social Dominance Theory and the Dynamics of Intergroup Relations: Taking Stock and Looking Forward. **European Review of Social Psychology**, 17, 271-320, 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253326431_Social_Dominance_Theory_and_the_Dynamics_of_Intergroup_Relations_Taking_Stock_and_Looking_Forward. Acesso em: 06 jul. 2019.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROCHA, Camila. “Imposto é Roubo!” - A Formação de um Contrapúblico Ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 2019, 62(3). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/001152582019189>. Acesso em 21 mai. 2023.

_____. *Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina*. In: VELASCO E CRUZ, S.; KAYSEL, A.; CODAS, G. (org) **Direita, volver!:** o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SALGADO, Eneida Desiree; SANTOS, Iago Korello; BERGONZINE, Wesley Alves. O novo já nasce velho: breve análise sobre dois movimentos políticos. **Resenha Eleitoral** (Florianópolis), v. 24, n. 2, p. 15-42, 2020. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/18/14>. Acesso em 28 jun. 2022.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2017.

SERRANO, Andrea Avila. Think tanks e política econômica na América Latina: ideias, elite intelectual e formas de dominação estatal in **GT "Elites, Espaços e Formas de Dominação"** 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/44-encontro-anual-da-anpocs/gt-32/gt14-24>. Acesso em 28 jun. 2021.

SILVA, Tatiana Teixeira da. Os think tanks na Política Externa Americana para o Brasil. 2015. 260 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/bitstream/1/12474/1/tese%20Tatiana%20Teixeira.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2023.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A classe média no espelho**. São Paulo: Ed. Sextante, 2018.

TOMAZINI, Carla. As Análises Cognitivas de Políticas Públicas: Uma Agenda de Pesquisa. **Revista Política Hoje**, Volume 27, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/239107/30893>. Acesso em: 12 de mai. 2020.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**, nº 67, p. 191-268, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200007>. Acesso em: 31 mai. 2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. vol.2. São Paulo: Ed. UnB, 2004.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**, nº 67, p. 139-190, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000200006>. Acesso em: 31 mai. 2022.

ŽIŽEK, Slavoj. **O sujeito incômodo: o centro ausente da ontologia política**. São Paulo: Boitempo, 2016.